

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E AS
POLÍTICAS SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES

JOSETE PEREIRA PERES SOARES

Campos dos Goytacazes
Março/2009

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E AS
POLÍTICAS SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES

JOSETE PEREIRA PERES SOARES

ORIENTADORA: Profª Drª SILVIA ALICIA MARTINEZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais, sob a orientação da Profª Drª Silvia Alicia Martinez.

Campos dos Goytacazes
Março/2009

**O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E AS POLÍTICAS
SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

JOSETE PEREIRA PERES SOARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais, sob a orientação da Profª Drª Sílvia Alicia Martinez.

Aprovada em: 12/03/2009

Comissão examinadora:

Profª Marlúcia Cereja de Alencar (Doutora em Comunicação- UFRJ)

Profª Liéte de Oliveira Accácio (Doutora em Educação- USP- São Paulo)

Profº Marcelo Carlos Gantos (Doutor em História- UFF- Rio)

Profª Sílvia Alicia Martinez (Doutora em Educação- PUC - Rio) Orientadora

A todos os que acreditam na
escola pública.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível agradecer a todos que caminharam comigo durante este processo. Farei apenas alguns agradecimentos, na certeza de que todos os demais ficarão gravados na minha memória e no trabalho que ora apresento.

O agradecimento especial é todo para a minha orientadora Prof^a Dr^a Silvia Alicia Martinez, que acreditou em mim, me apoiou, incentivou, ajudou, caminhou comigo, mostrando caminhos melhores para apresentação e elaboração deste trabalho. Agradeço pela sua amizade, companheirismo, profissionalismo, eficiência e por se mostrar uma pessoa tão “humana” durante todo o percurso.

Agradeço à Universidade Estadual do Norte Fluminense, por ter acreditado em mim e na minha pesquisa, desde a banca inicial de avaliação, até a banca de qualificação do projeto através de seus professores: Marcos Pedlovisk, Adélia Miglivisch, Liéte Accácio e o prof. Marcelo Gantos.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação durante todo o período de aulas teóricas e também de pesquisa. Um agradecimento particular ao prof. Marcos Pedlovisk, que com seu profissionalismo, rigor, exigência, olhar de pesquisador “com olhos de águia”, mas com coração de professor acima de tudo, me permitiu vislumbrar o início da pesquisa universitária, com todas as suas exigências e também benesses.

À professora Vania Cristina Alexandrino Bernardo que, com toda a competência, paciência e boa vontade fez a revisão gramatical deste trabalho.

Agradeço aos professores Marlúcia Cereja de Alencar, Liéte de Oliveira Accácio e Marcelo Carlos Gantos pela participação na Comissão Examinadora deste trabalho. Obrigada pelas horas desprendidas para leitura, avaliação e participação. Sou muito grata a vocês.

À minha família, o meu agradecimento mais sincero: meu esposo Joni e meus filhos Jônatas e Tiago, que me apoiaram em todo o tempo, e caminharam juntos comigo, compartilhando os momentos de alegria e também de tristeza. Aos meus pais por todo o apoio e compreensão.

Agradeço aos colegas e funcionários do ISEPAM, e de maneira especial à minha diretora Ângela Sanches, por toda a compreensão, ajuda, incentivo, respeito e apoio em todas as horas de que necessitei.

A todos os alunos, funcionários e gestores das universidades entrevistadas, que com tão boa vontade me forneceram dados importantes para elaboração e conclusão deste trabalho. Obrigada por compartilharem comigo um pouco da angústia e esperança de vocês.

À minha família “maior”. Vocês foram muito importantes em todos os momentos, não tenho como agradecer tudo que fizeram e fazem por mim. Muito obrigada. Dentre estes um agradecimento especial a Vambria pela boa vontade e competência na tradução do resumo.

E finalmente o meu maior agradecimento, que embora estando em último lugar, ocupa o primeiro em minha vida, ao meu amado Jesus, que cuida de mim como a “menina dos seus olhos”, me ajudando em todo o tempo, me ensinando, dando sabedoria e capacidade para aprender, me fortalecendo e animando durante todos os dias da minha vida.

“Pensa-se, em regra, que as universidades representam o produto puro e simples da atividade criadora dos grupos de especialistas que nelas trabalham cooperativamente. Isso é verdadeiro, mas em parte. O que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas — é o que se faz com o que elas produzem”.
Fernandes, 1966.

RESUMO

O acesso ao Ensino Superior no Brasil esteve restrito, historicamente, a uma pequena parcela da população. Ao longo dos anos, surgiram diversas tentativas de universalizar o ensino, o que nem sempre deu bons resultados. O PNE prevê, até o final da década, a oferta de Educação Superior a pelo menos 30% da população de faixa etária entre 18 a 24 anos. Neste contexto, dentre outras medidas, foi criado pelo governo federal o PROUNI, um Programa que destina vagas, na educação superior, em instituições privadas de ensino superior, a jovens de classes desfavorecidas. Estas bolsas são oferecidas com descontos de 50% e 100% nas mensalidades, de acordo com a renda *per capita* do aluno. As instituições que aderirem ao Programa recebem isenções de alguns impostos. Objetivou-se neste trabalho investigar o acesso de jovens no ensino superior através do PROUNI em Campos dos Goytacazes, e em que medida esta política pública e social tem contribuído para atender a inserção destes, verificando também os diversos motivos pelos quais alguns não permanecem. A pesquisa, predominantemente qualitativa, foi realizada com alunos bolsistas do Programa, no interior de suas instituições de ensino, e constou de questionários e entrevistas com estes, além de entrevistas com gestores de instituições privadas. Investigaram-se, ainda, os motivos de os alunos escolherem os cursos e as instituições, o tipo de bolsa predominante, a quantidade de vezes que tentaram acesso a uma instituição pública, além do grau de satisfação destes. Conclui-se que, apesar de o Programa ser insuficiente para ampliar o número de acesso de estudantes de baixa renda no ensino superior, os alunos bolsistas dizem estar satisfeitos com o mesmo, por estudarem em universidades de qualidade e sem custo para eles; e que a oferta de vagas ainda é pequena em relação à demanda. Muitos alunos ainda disseram que, caso não tivessem conseguido a bolsa do PROUNI, eles continuariam tentando entrar em uma universidade pública, o que se entende que se caso eles tivessem conseguido passar em um vestibular para instituição pública, o PROUNI não seria a primeira opção para eles.

Palavras-chave: Ensino Superior, Escola pública, Educação.

ABSTRAT

Historically, the access to a College Education in Brazil was restricted to a small part of the population. Throughout the years several attempts have appeared to generalize education, which have not always given good results. The PNE foresees an offer for College Education to at least 30% of the population from an age group between 18 to 24 years old until the end of this decade. In this context, among other proceedings, a new educational program was created by the federal government, which was named PROUNI. Its aim is allow the access of disfavored classes in society to a College Education by designating places for them in private colleges. These scholarships offer a 50% to 100% discount on the monthly fees, proportionally to per capita income of the student. The institutions that adhere to the Program receive some taxes exemptions. It was objectified in this work to investigate the access of disfavored classes in society into a College Education through the PROUNI in Campos dos Goytacazes, and how this public and social policy has contributed to take care of their insertion, also verify the many reasons for which some do not remain. The research, predominantly qualitative, was developed with scholarship holders of the Program in their college, and consisted on questionnaires and interviews with these, beyond interviews with managers of these private institutions. The reasons why the students chose the courses and the institutions, the type of predominant scholarship, the amount of times that had tried access to a public institution were investigated, and their level of satisfaction as well. The conclusion was that although the Program's insufficiency in order to extend the number of low income students' access in College Education, the scholarship students said that they are satisfied with it, for studying in quality university at no cost for them, and that the designated places are low related to the demand. Also, many students said that if they didn't get the scholarship from PROUNI, they would continue trying to get into a public university, which takes us to the conclusion that if they had had a successful result on a public college admission exam, PROUNI wouldn't have been the first choice for them.

Keywords: College Education, Public School, Education System.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01- Referente à relação de IES presenciais com os respectivos números de vagas de bolsistas do PROUNI, número de bolsistas entrevistados e percentual.

Tabela 02- Referente à relação de IES a distância com os respectivos número de vagas de bolsistas do PROUNI, número de bolsistas entrevistados e percentual.

Tabela 03- Tabela referente ao número de bolsistas atuais nas duas maiores IES discriminadas por ano.

Tabela 04- Tabela referente ao número total e atual de bolsistas nas duas maiores IES.

Tabela 05- Tabela referente a motivos de suspensão de bolsas nas duas maiores IES.

Gráfico 1- Gráfico referente a motivos de suspensão de bolsas nas duas maiores IES.

Gráfico 2- Gráfico referente ao número total de bolsas nas duas maiores IES.

Gráfico 3- Gráfico referente ao perfil dos alunos nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 4- Gráfico referente ao perfil dos alunos nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 5- Gráfico referente à faixa etária das IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 6- Gráfico referente à faixa etária das IES a distância pesquisadas.

Gráfico 7- Gráfico referente ao estado civil das IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 8- Gráfico referente ao estado civil das IES a distância pesquisadas.

Gráfico 9- Gráfico referente à escolaridade dos pais nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 10- Gráfico referente à escolaridade dos pais nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 11- Gráfico referente à escolaridade das mães nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 12- Gráfico referente à escolaridade das mães nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 13- Gráfico referente ao endereço atual dos bolsistas do PROUNI nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 14- Gráfico referente ao endereço atual dos bolsistas do PROUNI nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 15- Gráfico referente aos cursos nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 16- Gráfico referente aos cursos nas IES à distancia pesquisadas.

Gráfico 17- Gráfico referente às universidades nas quais os alunos do PROUNI tentaram vestibular nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 18- Gráfico referente à quantidade de tentativas para o vestibular nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 19- Gráfico referente à quantidade de tentativas para o vestibular nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 20- Gráfico referente à divulgação do Programa em IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 21- Gráfico referente à divulgação do Programa em IES a distância pesquisadas.

Gráfico 22- Gráfico referente à decisão do bolsista em fazer o curso superior em IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 23- Gráfico referente à decisão do bolsista em fazer o curso superior em IES a distância pesquisadas.

Gráfico 24- Gráfico referente à escolha da IES pelo bolsista em IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 25- Gráfico referente à escolha da IES pelo bolsista em IES a distância pesquisadas.

Gráfico 26- Gráfico referente à escolha do curso nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 27- Gráfico referente à escolha do curso nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 28- Gráfico referente à opção feita pelos alunos e atendida nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 29- Gráfico referente à opção feita pelos alunos e atendida nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 30- Gráfico referente aos períodos contemplados nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 31- Gráfico referente aos períodos contemplados nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 32- Gráfico referente aos turnos nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 33- Gráfico referente ao percentual de bolsas oferecidas nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 34- Gráfico referente ao percentual de bolsas oferecidas nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 35- Gráfico referente à satisfação dos bolsistas com o Programa nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 36- Gráfico referente à satisfação dos bolsistas com o Programa nas IES a distância pesquisadas.

Gráfico 37- Gráfico referente à decisão do que fazer caso não tivessem conseguido a bolsa nas IES presenciais pesquisadas.

Gráfico 38- Gráfico referente à decisão do que fazer caso não tivessem conseguido a bolsa nas IES a distancia pesquisadas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABMES- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ANUP- Associação Nacional das Universidades Particulares
BIRD- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM- Banco Mundial
BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica
CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTEE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CRUB- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EAD- Educação a Distância
ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC-PROVÃO- Exame Nacional de Cursos
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FACULTEC- Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense
FAFIC- Faculdade de Filosofia de Campos
FDC- Faculdade de Direito de Campos
FMC- Faculdade de Medicina de Campos
FOC- Faculdade de Odontologia de Campos
FIES- Financiamento estudantil
FMI- Fundo Monetário Internacional
FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES- Instituições de Ensino Superior
IFF- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISECENSA- Instituto Superior de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora
ISEPAM- Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert

IST- O Instituto Superior de Tecnologia em Horticultura do município de Campos dos Goytacazes

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

MP- Medida Provisória

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

PIS- Programa de Integração Social

PL- Projeto de Lei

PNE- Plano Nacional de Educação

PROUNI- Programa Universidade para Todos

REUNI- Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEMESP- Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

PRÉ-VEST- UENF- Pré vestibular da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UBES- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCAM- Universidade Cândido Mendes

UEE-RJ- União Nacional dos Estudantes do Rio de Janeiro

UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNESA- Universidade Estácio de Sá

UNIFLU- Centro Universitário Fluminense

UNIVERSO- Universidade Salgado de Oliveira

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1- Um breve olhar sobre as Políticas Sociais	18
1.1- As Políticas de proteção social no Brasil.....	18
1.2- <i>Welfare state</i> - O Estado de Bem- Estar Social.....	21
1.3- O Neoliberalismo e as políticas sociais.....	22
1.4- Universalismo, Focalização e a Constituição Brasileira de 1988.....	27
Capítulo 2- A relação entre o Público e o Privado na Educação Brasileira	31
2.1- O Público e o privado no início da colonização brasileira.....	32
2.2- O Público e o privado na Constituição Brasileira de 1988.....	36
2.3- O Público e o privado e a democratização do ensino.....	42
2.4- O Ensino Superior e a LDBEN 9394/96.....	44
Capítulo 3- O Programa Universidade para todos: PROUNI	51
3.1- Lançando luz sobre o PROUNI.....	51
3.2- Caminhos percorridos na investigação.....	61
3.2.1- Iniciando a pesquisa e afinando os instrumentos.....	63
3.2.2- Tempo de coletar dados.....	65
3.2.3- O Trabalho de campo com os bolsistas PROUNI.....	69
3.2.4- Narração das visitas às IES na modalidade presencial.....	71
3.2.5- Narração das visitas às IES na modalidade a distância.....	73
3.2.6- Descobrimo as IES que não farão parte da pesquisa.....	74
3.2.7- As IES que farão parte da pesquisa sem que houvessem sido planejadas.....	76
3.2.8- Tempo de encerrar o trabalho de campo.....	77
Capítulo 4- Apresentando os dados: um pouco da realidade do bolsista PROUNI	78
Considerações finais	120
Referências Bibliográficas	125
Anexos	
Anexo 1.....	132
Anexo 2.....	138
Anexo 3.....	139
Anexo 4.....	143
Anexo 5.....	145
Anexo 6.....	147
Anexo 7.....	148
Anexo 8.....	149
Anexo 9.....	150

INTRODUÇÃO

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na região Norte Fluminense. A sua área territorial é de 4.031,91 km², distribuída em 14 distritos, com uma população de 426.154 hab., de acordo com o Censo de 2007. O nome da cidade de Campos foi mudado para Campos dos Goytacazes, em 24 de outubro de 1988, em homenagem aos primeiros habitantes, os índios goitacáz.

Em relação ao ensino superior, no qual está o foco da pesquisa, o município conta com um número de matrículas de 22.336, sendo 18.379 na rede privada, de acordo com o Censo de 2005. Segundo Piquet, Givisiez e Oliveira (2006, p. 39 e 40), a cidade é “na atualidade o maior pólo de educação superior do interior do Estado do Rio de Janeiro”, priorizando não apenas cidades próximas, mas também “do sul do Espírito Santo, dos municípios fronteiriços de Minas Gerais, atingindo até o sul da Bahia [...]”.

A delimitação do objeto de pesquisa do presente trabalho surgiu após observação do aumento da demanda para ingresso no Ensino Superior no município de Campos dos Goytacazes, principalmente nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

A presente pesquisa busca analisar parte de um programa lançado pelo Governo Federal, instituída pela Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2004, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que busca inserir jovens de classes menos favorecidas no ensino superior da rede privada.

Neste sentido, o trabalho objetiva investigar como se dá o ingresso dessas pessoas nessas instituições, e em que medida o Estado auxilia, através de oferta de políticas públicas e sociais, a fim de atender uma procura em aumento.

Foram investigados os alunos inseridos em IES privadas do município de Campos dos Goytacazes, que fazem parte do Programa, assim como o número de matrículas e permanência destes; em cumprimento de seu objetivo, os diversos motivos pelos quais eles eventualmente não permaneceram no PROUNI; como se dá o processo de escolha da universidade; as críticas e os elogios dos alunos bolsistas ao Programa, e outros dados que auxiliarão a compreender de que maneira este tem contribuído para inserção de classes menos favorecidas no ensino superior, ou seja, observar o PROUNI.

Além de ser um assunto de grande interesse da comunidade acadêmica do município, que estuda políticas públicas e sociais, o que ainda motivou a pesquisa foi a observação, através de bibliografia e pesquisas já realizadas, da escassez de trabalhos na área. Entende-se que em função de o Programa ser bem recente, o assunto não foi amplamente investigado. Os artigos encontrados estão relacionados a críticas e esclarecimentos sobre sua implementação, mas não foram encontradas pesquisas sobre alunos bolsistas e universidades.

Desde à sua implantação, o PROUNI tem sido alvo de críticas por parte dos estudiosos de políticas públicas e sociais brasileiras, e por aqueles que defendem a ampliação e valorização da educação pública. Criado em 2005 através de lei, após período intenso de discussões, ele mantém, como objetivo, auxiliar na democratização do ensino superior.

Em virtude disso, considerou-se ser um assunto de extrema importância, sendo aceito o desafio de investigar o Programa a fim de verificar os benefícios, ou não, produzidos por ele desde à sua implantação.

O primeiro capítulo apresenta uma introdução, ainda que breve, das políticas sociais no Brasil com a finalidade de lançar luz para a compreensão do Programa ora em foco.

O segundo capítulo traz algumas considerações sobre as políticas públicas e sociais na área educacional, um breve histórico dessas políticas na educação brasileira, chegando até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

O terceiro capítulo tem como objetivo principal lançar luz sobre o PROUNI, expondo o processo pelo qual ele passou, desde que foi instituído como Medida Provisória, como Projeto de Lei, até chegar a ser instituído como Lei. Neste capítulo, também será possível observar os diferentes olhares de pesquisadores, ainda que não abundantes, suas críticas, e a possibilidade de o Programa cumprir o seu propósito como política pública e social. Ainda são narrados os caminhos percorridos durante o processo de pesquisa, o acesso dos alunos à universidade, a metodologia utilizada, bem como as mudanças ocorridas na mesma, as dificuldades e prazeres de estar em um campo de pesquisa, em contato com alunos, professores, funcionários, enfim, todo o angustiante e instigante meio universitário, descobrindo novos dados e confirmando algumas idéias prévias sobre o assunto.

No último capítulo, o de número 4, encontra-se a parte mais prazerosa e motivadora da pesquisa, que é a apresentação dos dados e a análise feita, juntamente com os autores com os quais dialogamos durante o trabalho. Neste capítulo, estão demonstrados, os perfis dos alunos, as vagas reais encontradas nas instituições pesquisadas, as opiniões dos alunos bolsistas sobre o Programa, as tentativas de acesso destes em instituições públicas, assim como as opiniões dos gestores de instituições privadas e outros aspectos.

O trabalho é finalizado com as considerações finais, trazendo algumas conclusões observadas, sem o propósito de dar ponto final ao assunto, permitindo que outros possam continuar a investigação, ampliando-a de acordo com interesses diversos.

1- UM BREVE OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS

Neste capítulo, são abordadas as políticas públicas e sociais no Brasil, desde uma perspectiva histórica. Como forma de compreender a evolução destas políticas, a década de 1930 servirá como data inicial, chegando até a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988. A compreensão das políticas públicas e sociais se faz necessária, uma vez que a pesquisa se debruça sobre as políticas educacionais brasileiras, não podendo, desta forma, deixar de conceber o entendimento destas sem uma prévia compreensão daquelas.

1.1- As políticas de Proteção Social no Brasil

Investigar as políticas sociais brasileiras requer um olhar sobre a nossa história econômica e social. Pelo fato de o Brasil ser um país em desenvolvimento, o que ocorre nos países centrais, como Estados Unidos, reflete na economia brasileira.

A crise que ocorreu no mundo, em 1929, foi um destes acontecimentos, que abalou não somente os Estados Unidos e outros países centrais, mas também o Brasil. A crise e a queda da bolsa de Nova York trouxeram grandes prejuízos, tanto para os países centrais como para os países em desenvolvimento. Para o Brasil, quedas nas exportações de produtos foram registradas, obrigando-o a investir no mercado interno. A crise do café foi um fator importante. Romanelli (2005, p. 47), escreve que

economicamente falando, a crise se acentuou quando a política econômica do Governo, que visava a proteger os preços do café no mercado internacional, já não pôde ser sustentada, devido às bases sobre as quais se vinha processando. A super-produção chegara a tal ponto, que as retiradas do mercado de parte da produção, processo que se vinha realizando, havia muito tempo, com financiamentos vindos do exterior e que garantia lucros ao produtor e “socializava os prejuízos”, não puderam mais ser levadas a efeito.

Isso acontecia porque o Governo estava impedido de obter financiamentos, e, em função da superprodução e esta não pôde ser distribuída. A saturação do mercado mundial do café brasileiro afetou as exportações do produto, mas mesmo

com as adversidades, o Brasil começa a emergir da crise, investindo no mercado interno, pelo fato de ter acumulação primitiva de capital (ROMANELLI, 2005).

Nesse período de crise econômica e política, Getúlio Vargas chega ao poder através de um Governo Provisório. Este primeiro governo de Getúlio Vargas foi marcado pela elaboração da Constituição Brasileira, a qual foi promulgada em 1934. Esta Constituição foi de grande importância, além de outras coisas, pela legislação trabalhista, que trazia o início da proteção social para trabalhadores brasileiros. Dentre alguns benefícios oferecidos, estavam a garantia de férias anuais remuneradas, descanso semanal, regulamentação do trabalho feminino e infantil, salário mínimo capaz de satisfazer as condições de cada região, proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, trabalho diário não excedente a oito horas, e outros, com objetivo de trazer proteção social ao trabalhador. Mesmo com críticas feitas ao Governo de Getúlio Vargas, de promover ações populistas pelo desejo de agradar às massas para continuar no poder, não se pode negar que esta foi a primeira vez que os trabalhadores recebiam tais benefícios.

Foi então, a partir da década de 1930, que a proteção social começa a ser notada no Brasil. Neste período, as classes proprietárias rurais, compostas por grandes latifundiários, detinham a maior parte do poder econômico e de decisões do país, tendo a prevalência sobre a vida econômica da nação, embora constituíssem um grupo pequeno. A emergência das classes urbanas trabalhadoras, e a ascensão da burguesia industrial são fatores que começam a direcionar, ainda que aos poucos, livres forças de mercado (POCHMANN, 2004).

Aos poucos, o modelo agrário-exportador foi dando lugar a uma nova etapa de desenvolvimento brasileiro, o processo de industrialização. Era o fim de um ciclo e o início de outro, ou o fim da hegemonia agrário-exportadora para a estrutura urbana industrial. Com a mudança de modelos, tem lugar o Estado Interventor. Após a Revolução de 1930, o setor-chave para a economia passa a ser a industrialização. A fim de reduzir o poder agrário e estimular o setor industrial, o Estado confiscou os lucros parciais do café e também aumentou o custo do dinheiro que era emprestado aos agricultores, forçando assim a redução do poder (OLIVEIRA, 1972).

Estas foram algumas das ações do Governo para forçar o país a entrar no processo de industrialização e abandonar o antigo modelo, além de diminuir a força econômica e política dos grandes latifundiários.

Surge, então, uma nova burocracia para regular a economia brasileira, além da criação de empresas estatais para ajudar a impulsionar o desenvolvimento industrial. O presidente era quem detinha todo o poder político e também era o responsável pela formulação de políticas públicas (MATTOS, 2006).

A legislação trabalhista, presente na Constituição de 1934, buscava beneficiar os trabalhadores, contudo como escreve Santos (1979), os benefícios destas políticas sociais eram apenas para os trabalhadores assalariados e urbanos, que tinham carteira assinada. Mesmo tendo chegado os benefícios, estes não eram para todos, mas somente para alguns, configurando políticas excludentes e seletivas.

Anteriormente à Revolução de 1930, os trabalhadores tinham o custo de reprodução inserido na estrutura de produção, ou seja, as empresas eram responsáveis tanto pela constituição, como pela manutenção das vilas operárias. Mas a partir da Revolução de 1930, com o salário sendo apresentado como de subsistência, como força de trabalho que o trabalhador poderia vender, cada operário passa a ser responsável pelas suas próprias necessidades sociais. O salário mínimo ganha expressão, assim como a estrutura tributária, a fim de que o Estado pudesse financiar políticas públicas, como saúde, educação, previdência e assistência.

O financiamento geral da proteção social representava em torno de um terço do custo total do empregado urbano, dificultando assim o acesso ao contrato formal de trabalho. Isso fez com que a ampliação da cobertura de proteção social tivesse consequência na queda do valor do benefício, resultando em um serviço público precário. As classes médias abandonaram a saúde pública e o ensino fundamental, e passaram a buscar proteção social no sistema privado, deixando de ser parceira na universalização do sistema. O setor privado foi um dos grandes beneficiados por esta natureza mercantilizada de funcionamento do Estado (POCHMANN, 2004).

Segundo Oliveira (1972, p. 35), a nova legislação trabalhista trouxe um novo impulso à economia brasileira, criando condições para a existência de um pacto de classes, na qual “a burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas, para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais”.

Mattos (2006, p. 5) escreve sobre a formação de “ilhas de racionalidade”¹, as quais permitiram justificar políticas públicas em nome de critérios técnicos. Estas ilhas de racionalidade acabaram servindo mais ao setor privado do que ao público. Organizavam-se no interior do próprio Estado, e foram “catalisadas a partir do próprio Estado”. Mattos afirma, ainda, que a “burocracia foi concebida no próprio Estado e nas forças que se articulavam em seu interior”.

Este tipo de acordo fortalecia os interesses privados em detrimento dos interesses do cidadão comum, e permitia que o setor privado recebesse mais privilégios do que o público. A burocracia formada pelo próprio Estado e a estrutura organizacional dentro do mesmo permitiu isso. Então, as políticas que eram para estar a serviço do cidadão, acabaram servindo a interesses pessoais, políticos e clientelistas. A criação de empresas estatais também facilitou esses acordos.

No Estado Desenvolvimentista, o Estado assume a direção do processo de desenvolvimento interno e promove a acumulação de capital, fornece infraestrutura e planeja o novo modelo, surgindo o centralismo, o autoritarismo, o nacionalismo e o populismo, dando lugar ao clientelismo, que operou e ainda está presente na política econômica e social brasileira. “As políticas públicas configuraram-se como expressão instrumental do populismo. Tinham dois objetivos: proteger o trabalhador assalariado [...] e apoiar a consolidação de novos grupos sociais”. Este Estado Desenvolvimentista foi essencialmente nacionalista e “surge como um eixo ideológico de conceito único de cultura brasileira e de projeto nacional”. (PINHEIRO, 1995 p. 73). Os benefícios oferecidos pela legislação trabalhista tinham como propósito articular a classe média no projeto de desenvolvimento.

1.2 - *Welfare state*- o Estado de Bem-Estar Social

De acordo com Andersen, (1991, p. 98), quando o Estado “envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos”, este é chamado de Estado de Bem-Estar Social, ou *welfare state*. Segundo o autor, não se pode concluir a existência de um *welfare state* somente comparando o volume de despesas sociais. Este deveria suprir mais do que as necessidades básicas do cidadão e não pode ser compreendido apenas como direitos e garantias,

¹ São alianças entre os interesses políticos e econômicos que se organizaram de forma sofisticada no interior da burocracia estatal, dentro de uma burocracia tradicional, caracterizada pelo clientelismo político (MATTOS, 2006).

mas sim ser considerado o entrelaçamento das atividades estatais, o papel do mercado e da família na provisão social. Os gastos sociais nem sempre significam um Estado de Bem-Estar, e não depende tanto dos benefícios em si, mas quanto eles colaboram para produzir cidadãos com direitos sociais.

Draibe (1993, p. 13) ao relatar sobre o Estado de Bem Estar Social no Brasil, escreve que

um moderno Estado de Bem Estar Social só emerge a partir das transformações político-institucionais dos anos 30 e sua plena consolidação apenas se completa durante os anos 70, quando então se mostra como um sistema coerente, definido por princípios próprios e assentado sobre um esquema de financiamento específico.

Ao se considerar o Estado de Bem-Estar Social no Brasil, pode-se entender que foi por um período bem curto, pois o *welfare state* tem como propósito cuidar dos interesses e do bem-estar básico dos cidadãos, o que não aconteceu no Brasil, pois apenas alguns trabalhadores, os assalariados, receberam alguns benefícios, enquanto os demais ficaram à margem destes. As políticas sociais não os alcançaram.

De acordo com Fiori (1997, p. 12), um dos grandes surtos de expansão dos sistemas de proteção social ocorreu nos regimes autoritários. Ele cita que “o *welfare state* cada vez mais extenso, pesado e oneroso foi o responsável central, segundo os conservadores, da crise econômica que avançou pelo mundo a partir de 1975”. Independente do nome dado, o sistema de proteção social no Brasil teve uma carreira muito curta, levando-se em consideração um estado de bem-estar que garanta direitos básicos aos cidadãos.

Atualmente, o sistema de proteção social na América Latina, segundo Draibe (2002, s/p), mostra sinais de desmantelamento, e no Brasil esse fato não tem sido muito evidente, pois este ainda tem mostrado sinais do antigo sistema nacional de políticas sociais.

1.3- O Neoliberalismo e as Políticas Sociais

A partir dos anos de 1970, emergem, com maior ênfase, as idéias neoliberais. Estas idéias, surgidas a partir do liberalismo, defendem a prevalência do mercado

sobre o Estado, demonstrando oposição a um Estado Interventor. Para os neoliberais, a solução é reconstituir o mercado, a competição, diminuindo a intervenção do Estado na economia, e permitindo privatizações. Este foi o desafio da reunião chamada de “Consenso de Washington”², quando os países ricos se reuniram para determinar o crescimento da América Latina, definindo algumas condições para empréstimos e investimentos, entre elas a privatização e redução nos gastos sociais.

Apesar de defenderem a não intervenção do Estado na economia, os neoliberais querem um Estado forte, para que o mercado possa se expandir, sustentando que o campo do bem-estar deveria estar nas mãos da iniciativa privada, e que a intervenção do Estado somente deveria acontecer para garantir um mínimo para a pobreza; os neoliberais ainda se opõem à gratuidade, universalidade e igualdade. (LAURELL, 1995).

Com a ênfase nas políticas neoliberais implantadas principalmente a partir dos anos de 1970, o princípio do Estado de Bem-Estar Social vai sofrendo modificações com os discursos dos defensores do neoliberalismo, os quais dizem que o cidadão tem direito a escolher o tipo de assistência que ele quer ter para si e para sua família, e o Estado por sua vez deve proporcionar esta escolha. Este pensamento também defende a idéia de que o mercado, como instrumento de liberdade do cidadão, deve ser o canal por onde se possam conseguir melhores condições de subsistência. Este deve ser forte, sem intervenção do governo, criar suas próprias regras e se autorregular.

Essas idéias neoliberais começaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. Muitos trabalhadores passaram a trabalhar ininterruptamente para garantir maior bem-estar para eles e suas famílias, crescendo a competitividade, mas diminuindo a qualidade de vida. Quando o mercado começa a ditar as regras, a população fica desprotegida, pois o mercado somente irá se comprometer com o seu crescimento, desenvolvimento, e não com o bem-estar da população. O Governo fica ainda em uma situação cômoda, pois passa a ser apenas o fiscalizador da economia, intervindo com menor intensidade no processo da mesma.

² [...] Um conjunto de proposições que condensariam o que na época as instituições multilaterais sediadas em Washington julgavam como um conjunto adequado de políticas para serem adotadas pelos países da América Latina. Tais países estavam, então, à procura de uma agenda que lhes permitisse deixar para trás a “década perdida” de 80 e retomar o caminho do crescimento econômico. (GIAMBIAGI, 2003, p. 9).

As “teorizações” neoliberais conduzem quase sempre à primazia do mercado sobre o Estado, e a defesa do Estado Mínimo. A tese do Estado Mínimo define que o mercado é o meio mais eficiente de alocar recursos, tendo como ponto principal a redução do Estado, de sua função. Esta corrente de pensamento busca soluções ágeis e eficientes. A maior crítica dos neoliberais ao Estado está relacionada ao Estado de Bem-Estar Social, ao defenderem a não intervenção do Estado no mercado e nos programas sociais, pois isso inibiria a atividade e concorrência privada, além de limitar a liberdade individual (DRAIBE, 1993).

Apesar de não se buscar defender o pensamento e as idéias neoliberais, há que se concordar que o que permitiu as críticas ao Estado de Bem-Estar Social, no caso brasileiro, foi o próprio Estado, ao criar políticas públicas ineficientes, com intenções eleitoreiras, populistas, permitindo acordos políticos com a iniciativa privada, fazendo com que esta se expandisse e oferecesse em muitos casos, como no da educação e saúde, um serviço mais eficiente e de melhor qualidade. Se o Estado cumprisse o seu papel na execução de políticas públicas, certamente a iniciativa privada não iria encontrar tanto espaço como o que encontra na população brasileira, que depende de políticas públicas para viver com mais dignidade.

Para os neoliberais, a intervenção do Estado é antieconômico e antiprodutivo, pois permite o desestímulo do investimento do capital, e desestimula os trabalhadores. A sua ineficácia é vista também através do monopólio econômico e estatal, com interesses particulares de grupos organizados, os quais não atendem às necessidades da população, além de não conseguirem eliminar a pobreza, tornando os pobres dependentes do paternalismo estatal (LAURELL, 1995).

Esta crítica dos neoliberais demonstra certa coerência, quando o Estado faz planejamento de políticas públicas para ajudar na erradicação da pobreza e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mais necessitados. A população pobre continua crescendo e o Estado não poderia apenas fornecer saúde e educação, mas infraestrutura com moradias e possibilidades de inserção no mundo do trabalho, permitindo melhores remunerações, a fim de que a população que recebe algum tipo de benefício não se torne dependente do Estado.

A respeito disso, Cardoso (2004, p. 43) escreve sobre a crítica feita ao assistencialismo, que se faltarem avaliações objetivas para se detectar os aspectos negativos, o problema da pobreza não se resolverá.

Assistencialismo é um estilo, é um modo de fazer, que tem como consequência criar uma relação de submissão e não oferecer os instrumentos de superação das carências que estão sendo minoradas. Quando associadas ao clientelismo, as formas de assistências se transformam em instrumentos de poder.

Fiori (1997) relata que as reformas neoliberais estiveram presentes, principalmente na contenção de sindicatos, na privatização de serviços sociais que antes estavam nas mãos do Estado, além do enfraquecimento das forças políticas de esquerda, que acabaram por promover cortes em gastos sociais e direcionamento de proteção social a grupos específicos da população, encorajando a assistência social através do poder exercido pelo mercado. Os grupos privados passaram a ter um papel de maior importância, e os setores filantrópicos e voluntários passaram a ter maior autonomia.

Esta foi uma grande oportunidade para que o setor privado (de assistência social, educação e outros), começasse a ampliar o seu campo de ação, que sempre teve destaque entre a população brasileira. Os pensamentos difundidos acerca dos direitos de a população escolher o tipo de assistência, educação e outros, começam a fazer parte do cotidiano das pessoas, assim como o fato de que o Estado é o responsável por financiar estas escolhas. Tudo isso ocorre dentro da burocracia do próprio Estado, enquanto o setor privado amplia a sua cobertura através de acordos políticos internos com o governo. Nos anos de 1970 e 1980, o fortalecimento da máquina estatal permitiu que na mesma medida em que o Estado penetrava nas relações econômicas e sociais, ele também ficasse vulnerável a outros grupos sociais organizados, os quais planejavam políticas públicas, sociais e econômicas segundo os seus próprios interesses.

Há que se concordar com Pereira (s/d) quando ele cita que todo Estado em crise necessita de reformas. Estas podem ser redução do mercado, privatização ou liberalização do comércio quando este se apresenta irregular, mas mesmo que estas reformas sejam orientadas para o mercado, isso não significa que elas sejam necessariamente de cunho liberal. Somente se justificariam como neoliberais se tivessem como objetivo eliminar o Estado de ações no plano econômico. Contudo, não se pode ser ingênuo ao pensar que os neoliberais investem em propagar seus ideais de maneira transparente, pois ao defenderem o mercado, eles defendem seus próprios interesses.

A centralização ocorrida até o início dos anos de 1980, que era uma das principais características das políticas públicas no Brasil, também teve grande parcela de participação quanto à pouca eficiência na distribuição das mesmas. Segundo Farah (2000), em função da centralização, as decisões eram tomadas em âmbito federal, e os Estados e municípios eram somente executores do processo. Esta situação demonstrava deficiências, pois permitia articulações entre as instâncias de governo, troca de favores, clientelismo, além de configurar fragmentação institucional. Cada setor planejava suas ações de forma independente dos demais. As políticas promovidas pelo Estado contemplavam interesses da sociedade civil e do mercado, possibilitando uma ação excludente e seletiva, quando alguns trabalhadores eram beneficiados e outros não.

Apesar de os neoliberais não desejarem a intervenção do Estado na economia, eles defendem um Estado forte para que haja crescimento da economia e investimento no mercado, como dito anteriormente. Em seu ideário, as políticas sociais criam dependência do Estado e tiram a liberdade de o cidadão escolher o que ele quer de assistência, seja no campo da saúde, seja no campo da educação. O mercado se aquece quando o trabalhador busca crescimento financeiro a fim de melhorar o seu nível de vida. Para os neoliberais, segundo Draibe (1993, p. 8), o sistema de políticas sociais foi responsável por ampliar o *déficit* público, a inflação, o desestímulo ao trabalho e ao estudo e outros. A eliminação da pobreza também tem uma razão econômica, para que, através das políticas públicas, a população mais pobre possa adquirir independência, inclusive do assistencialismo emergencial. A pobreza e a falta de acesso da população menos favorecida a bens e serviços, segundo os neoliberais, acabam se tornando "um entrave à modernização das economias".

Nas políticas sociais aplicadas no Brasil, podem ser vistas algumas características da proposta neoliberal, como a desativação de programas sociais públicos, provocando cortes em gastos sociais; ações no campo social através de programas assistenciais de auxílio à pobreza, dirigidos a grupos específicos para que não haja prejuízo para o mercado, além da "descentralização nos novos parâmetros para a alocação de recursos, na redefinição das relações público-privado no financiamento, e na provisão de bens e serviços sociais" (DRAIBE 2002, s/p).

Analisando brevemente os ideais neoliberais, entende-se que as políticas sociais não podem ser responsáveis pela inflação, *déficit* público e outros, mas sim a

falta de avaliação das mesmas, de aplicação responsável das verbas públicas, com a fiscalização a fim de que não haja desvio e, principalmente com um planejamento de políticas sociais de médio e longo prazo.

1.4- Universalismo, Focalização e a Constituição Brasileira de 1988

Identifica-se, no pensamento neoliberal, a intenção em extinguir o universalismo nas políticas sociais. No entanto, também é necessário investigar mais profundamente o universalismo para a população brasileira, pois no período inicial das políticas sociais, estas contemplavam apenas uma parte dos trabalhadores, os assalariados, de carteira assinada, ou os que se uniam em sindicatos, que faziam muito “barulho” a fim de chamar a atenção das autoridades. Foram classes como as de professores, funcionários públicos e outros que prestam serviços essenciais à população, que geralmente conseguiam algumas vantagens, em detrimento de trabalhadores rurais, ou mesmo os informais, o que mostra as políticas sociais com características excludentes.

Algumas situações começam a mudar com a promulgação da Constituição de 1988. A descentralização trouxe maior autonomia aos Estados brasileiros, ampliando direitos a toda a população. Os trabalhadores menos privilegiados começaram a ter alguns direitos, dentre eles atendimento médico gratuito.

De acordo com Pochmann (2004), com a Constituição de 1988, foi possível atingir a unificação do sistema de assistência e previdência social, tanto para os trabalhadores urbanos como para os trabalhadores rurais. As preocupações com o sistema de proteção social, contudo, não acabaram, pois apesar de todo o esforço, o nível de pobreza e desigualdade ainda não diminuiu.

Um fato que não se pode negar é que o Estado não tem sido o principal responsável em prover recursos necessários para o bem-estar da população, seja por falta de planejamento, seja pela má administração das verbas públicas. Isso ocorre principalmente na área da saúde e da educação. Esse fato alimenta o desejo dos que com certo esforço, buscam prover seus próprios recursos para a assistência social deles e de suas famílias, reforçando a desigualdade social.

A focalização é um projeto defendido por neoliberais, pois para eles isso ajudaria a resolver os problemas dos mais pobres, apesar de muitas vezes o planejamento dos beneficiados ter custos mais altos do que o de programas universais. Kerstenetzky (2005) diz que, em algumas situações, para se encontrar o

foco correto, é necessário estender um benefício a todos dentro de um determinado território relativamente homogêneo, e não apenas aos mais necessitados, e neste caso, universalizar pode ser um caminho para encontrar o público-alvo.

Cardoso (2004, p. 42) também defende um programa de focalização em função “da necessidade de eliminar do mundo a mancha da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos”, que segundo ela é hoje generalizada. Entretanto, a autora destaca, ainda, que somente a focalização não é suficiente para diminuir as desigualdades sociais, mas será necessário o envolvimento do público-alvo assistido. “É necessário desenvolver auto-estima, capacidade de comunicação e, ainda, confiança em seus saberes e em sua capacidade de aprender” (CARDOSO, 2004, p. 44). Para ela, este deve ser um dos objetivos concomitantes com a assistência feita aos mais necessitados, posto que é necessário incentivar a autonomia das pessoas assistidas.

Mesmo os que não são favoráveis ao neoliberalismo acabam concordando com essas afirmações, pois se essa autonomia não ocorrer, é provável que o Estado necessite criar mais programas, cada vez mais abrangentes e onerosos, a fim de prover as necessidades cada vez mais urgentes de uma população que cresce a cada dia, principalmente nas áreas menos privilegiadas, e entre os menos favorecidos.

No pensamento neoliberal, a focalização facilita a assistência a grupos mais carentes, no entanto, o que pode acontecer é ter uma oferta de serviços de baixa qualidade, ou serviços exclusivos para pobres, de cunho assistencialista e clientelista, com pouco comprometimento com a diminuição da pobreza e com poucos resultados efetivos, já que não há um programa de gradativa independência por parte dos assistidos, permitindo a acomodação de muitos, com a ajuda que recebem.

Draibe (1993, p. 13) descreve que na assistência focalizada há um confronto entre a tradição universalista do cidadão como direito à saúde, habitação, previdência e outros, com a receita neoliberal buscando a focalização de serviços, com ações voltadas para os segmentos mais necessitados da população. E a dúvida passa a ser, ou se dá tudo a todos, como forma de universalizar, ou se dá de maneira focalizada àqueles que mais necessitam.

Políticas Sociais de acordo com Laurell (1995, p. 153), é um “conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais”. Para a

autora, existe, na América Latina, nos últimos anos, uma queda de salários, aumento de subemprego e desemprego, empobrecimento da população trabalhadora, um retrocesso social, dando abertura para que surjam novos grupos sociais de pobreza. Isso permite que os gastos sociais e os serviços públicos sejam reduzidos, pois quanto maior a população assistida, mais escassas serão as políticas implementadas. Com o avanço do capitalismo, surgem também lutas pelas garantias e necessidades sociais, como educação, saúde e outros. Esta queda social acaba se transformando em fato político, logo envolvendo projetos de partidos políticos. Na visão neoliberal, o acesso a direitos sociais não pode ser estendido a toda a população, mas deve estar vinculado ao desempenho do trabalho, ao seu pagamento, deixando o bem-estar apenas para os comprovadamente indigentes, reforçando assim a mercadoria da força de trabalho.

Com a reforma do sistema de proteção social após a Constituição de 1988, de acordo com Draibe (2002), surgem idéias de descentralização e transparência, o direito social como fundamento da política e o comprometimento do Estado com o sistema de provisão pública estatal. O setor privado passa a ter papel complementar no bem-estar e na seguridade social como forma de proteção. O ponto de partida para as reformas sociais ocorreu em dois ciclos. O primeiro contemplava saúde e assistência social; e o segundo, incluía política educacional, que é o foco central neste trabalho.

Segundo Almeida (2004, p. 01), a ascensão do presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, “significou a primeira grande mudança de elites governantes no país desde o final do regime militar em 1985”. A Constituição e as mudanças ocorridas após este período criaram todo um cenário para que o presidente eleito do PT pudesse continuar a implementação de políticas sociais prometidas durante a campanha. A prioridade para a transferência de riquezas marcou o governo, e quando este recebeu o governo federal, o país já caminhava em direção a reformas no sistema de proteção social, iniciadas após a Constituição de 1988, tais como a descentralização e a universalização de direitos, principalmente na saúde e na educação. O governo pregava redução de pobreza e das desigualdades sociais. Um dos projetos mais importantes foi o “Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil”, sendo este visto como ponto central do governo Lula.

No final de 2003, de acordo com Almeida (2004), o Ministério de Assistência Social e o Ministério de Segurança Alimentar foram fundidos e um novo programa foi incorporado, o Bolsa-Família, unido assim o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. No setor de educação, a proposta principal em relação ao ensino básico foi a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), permitindo a inclusão do ensino médio nos benefícios do programa.

Ainda no setor da educação, em relação ao ensino superior, um dos pontos altos do governo Lula, neste primeiro mandato, foi a intenção explícita de democratizar o ensino superior, visando oportunizar o acesso aos mais pobres, através do PROUNI, — o que será tratado, nos próximos capítulos — e no segundo mandato, em 2008, o governo busca também investir nas instituições de ensino superior públicas através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual está em andamento.

No próximo capítulo, será abordada parte dessa política educacional, aprofundando a relação entre o público e o privado, para aproximação do objeto desta pesquisa, ao se buscar entender a política universitária atual.

2- A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O conceito de público neste trabalho está relacionado à responsabilidade do Estado como provedor de políticas públicas e sociais. Público será tratado, de maneira mais específica, em relação à educação. No entanto, vale ressaltar um dos sentidos de escola pública, trazido por Saviani (2005, p. 3), que estava relacionado à escola popular, “destinada à educação de toda a população”. Este conceito foi difundido no séc. XIX como uma escola que se ocuparia do ensino elementar. Segundo o autor, a

noção de instrução pública vinculada à iniciativa de organização dos sistemas nacionais de ensino, tendo como objetivo permitir o acesso de toda a população de cada país, a uma escola capaz de garantir o domínio das competências relativas ao ler, escrever e contar,

Hoje, segundo Saviani (2005, p. 3 e 4), o conceito de escola pública e estatal está relacionado a uma “escola organizada e mantida pelo Estado, e abrangendo todos os graus e ramos de ensino”. Este conceito, melhor entendido a partir do século XX, demonstra que o Poder Público é o responsável por criar e manter a escola pública atual.

Bobbio (1995, p. 26) cita a “dicotomia” existente nas esferas público e privado. Ele analisa os dois termos, no sentido de que essa dicotomia pode trazer uma conotação negativa para um, enquanto positiva para outro. Ou seja, o público passa a ser um termo mais forte, e o privado é visto como apenas não-público, ou então, quando somente um é definido. A esfera de um termina quando é iniciada a esfera do outro. A esfera do público pode diminuir ao aumentar a esfera do privado e vice-versa. O autor traz a discussão do que seria a “publicização do privado” (intervenção dos poderes públicos na regulação da economia) e “privatização do público” (intervenção dos poderes privados na regulação da economia).

A questão do público e privado na educação tem sido tema de grandes discussões que perpassaram o século XX. Buscar-se-á tratar deste assunto sob a lente de alguns pesquisadores envolvidos no tema em questão.

2.1- O Público e o Privado no início da Colonização Brasileira

A formação da sociedade brasileira sofreu influências tanto do governo português como da Igreja católica. O Estado português esteve sempre preocupado com a organização da economia, e os padres jesuítas com a formação cultural e educacional da colônia. Alguns dados referentes ao ensino no Brasil serão abordados.

O ensino privado brasileiro está amplamente ligado à igreja católica, pois, afinal, foram os jesuítas os primeiros educadores no Brasil. Mas este não era um ensino público, senão privado, sustentado pela igreja católica. De acordo com Saviani (2005, p. 9), o Estado apenas pagava “o salário dos professores e fornecia as diretrizes curriculares da matéria a ser ensinada”.

Este parece ser um quadro que se vivencia atualmente, quando o Estado se propõe a ser um fiscalizador da educação, elaborando Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Diretrizes Curriculares, mas ensaiando uma autonomia para as escolas e, principalmente para as universidades, apesar de ser um ensino público.

Após a expulsão dos jesuítas, na segunda metade do séc. XVIII, tem-se o período das aulas régias. Apenas neste período, após a expulsão da Ordem dos Jesuítas, é que o Estado português passou a assumir a responsabilidade sobre a educação no Brasil, na segunda metade do século XVIII, quando foram introduzidas as Aulas Régias. Houve um grande avanço após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Porém, o Estado tinha pouca preocupação com as Aulas Régias, sendo a responsabilidade destas delegada à família.

Apesar desta dicotomia entre público e privado ficar mais nítida após a Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, essa discussão está presente desde a época da colonização. Alguns dados sobre o assunto estão nos abundantes estudos sobre a história da educação brasileira.

Após a Independência, a prevalência da instrução passa a ser de uma pequena elite, que buscava o aprendizado de hábitos europeus, como música e língua estrangeira, ficando excluída a população mais pobre. O efetivo controle do Estado sobre a educação foi após a construção dos grupos escolares, que tinham como objetivo modernizar a educação para o povo (XAVIER, 2003).

A expansão da rede pública foi ampliada nos anos 30, em função das exigências de desempenho das profissões, em face da ordem econômica vigente. A

política educacional se consolida a partir dos anos 30, juntamente com as políticas públicas e sociais.

Saviani (2005, p. 11) reafirma que a partir da Revolução de 1930 é que “começamos a enfrentar os problemas próprios da uma sociedade burguesa moderna, entre eles, o da instrução pública popular”. Neste espaço, torna-se mais nítida a dicotomia entre público e privado. A população que migrava do campo para a cidade necessitava de instrução, a fim de assumir os novos cargos existentes, além da nova classe média de pequenos comerciantes e outros que começavam a surgir.

O surgimento dos Pioneiros da Educação Nova marcou as novas propostas. Anísio Teixeira foi um dos pioneiros. Ele buscava uma educação para todos, na qual a escola deveria transformar-se em “agência de educação dos trabalhadores comuns [...] da ciência nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia”. A “*escola comum ou pública*” deveria prover uma educação para todos os indivíduos, independente de classes sociais. (TEIXEIRA, 1999, p. 45). Os pioneiros enfrentaram grandes divergências em relação às suas idéias, principalmente dos privatistas que não queriam deixar de aumentar os seus lucros com a educação, diante dos quais um dos maiores adversários, como já foi abordado, era a Igreja Católica que sempre teve o apoio do governo, pois quando este necessitava de auxílio, principalmente político, o encontrava através de líderes católicos influentes, tanto na sociedade, como na política.

A classe dominante, segundo Teixeira (1999), não precisava da escola pública, mas quando frequentava, a transformava em uma escola de classe, exigindo condições econômicas a fim de frequentarem, tornando algumas escolas públicas seletistas. Por outro lado, esse fato poderia trazer a possibilidade de melhorias na escola pública, que sempre foi feita para atender os pobres.

A escola ainda refletia o dualismo social entre favorecidos e desfavorecidos, por isso a escola para todos nunca chegou a acontecer. Quando os pobres tinham acesso, era para que eles pudessem participar da elite (TEIXEIRA, 1999, p. 45), e não para melhorar o seu desempenho. Anísio defendia uma escola universal, gratuita, obrigatória, e de qualidade, ministrada pelo Estado, para não correr o risco de estar sob a direção de particulares, e ser oferecida somente a quem tivesse posses e dando continuidade às desigualdades sociais, ou seja, uma escola pública, mantida com recursos públicos. Este fato é importante, pois, seria uma exigência

para o governo assumir o seu papel de prover políticas na área da educação para a população, e por ser defendida uma escola de qualidade, seria para que não fosse uma escola com intenções de atender os pobres, mas a toda a população, buscando minimizar as desigualdades sociais.

A Igreja Católica sempre teve influência direta sobre a educação brasileira. Com o ideário dos Manifestos dos Pioneiros, em 1930, houve muita crítica à interferência da Igreja Católica no ensino. Os Pioneiros ainda defendiam a organização de um sistema de ensino nacional, unificado, buscando viabilizar uma independência entre o ensino e o poder, tanto doméstico, como religioso no ensino brasileiro. Esta ruptura permitiria considerar a educação como tarefa do Estado, sendo a família coadjuvante no processo.

Os Pioneiros defendiam “que, nas sociedades modernas, a educação devia ser entendida como um setor e um serviço de natureza pública e, portanto, precisava ser assumida como tarefa primordial do Estado” (XAVIER, 2003). Por isso, eles foram acusados de comunistas pelos intelectuais ligados à Igreja Católica. A fim de amenizar as contendas, a estratégia adotada pelos pioneiros e pelo Estado, foi a aprovação na Constituição de 1934, nas escolas públicas, do ensino religioso. Esta ação favoreceu os Pioneiros no sentido de continuarem com o projeto educacional, e os intelectuais católicos de continuaram tendo influência na educação através do ensino religioso.

Desde o Regime Militar, a iniciativa privada já tinha favorecimentos, porque, entre o grupo que defendia o Projeto da Lei (LDBEN), estavam agentes e colaboradores do Golpe de Estado de 1964. Este projeto de Lei era de origem privatista, dando origem mais tarde à Lei 4.024/1961 (CUNHA, 2007, p. 4), a qual vigorou até 1996, com a implantação da nova LDBEN (9394/96). Porém, o caráter privatista não desapareceu.

Após o “milagre econômico”, que ocorreu no período da industrialização, a classe média sofreu uma ampliação, fazendo surgir uma nova clientela, própria da iniciativa privada, desejando status. Com isso, os empresários de ensino conseguiram imunidade fiscal, além de garantia de pagamentos de mensalidades através de bolsas de estudo. As instituições de ensino privadas cresciam, na medida em que recebiam subsídios do governo através de bolsas de estudo e de isenção fiscal. A imunidade fiscal trouxe possibilidades de acumulação de capital a estes empresários (CUNHA 2007). A justificativa destes sempre foi a de que eles estavam

prestando um serviço à população, e ainda que não fosse totalmente público, era um serviço prestado, o qual o Estado não podia exercer plenamente. Isso fazia com que estes empresários sempre exigissem algumas vantagens.

Segundo Brito (2001, p. 131), as políticas sociais, no processo brasileiro de desenvolvimento capitalista, foram muito marcantes, pois o Estado foi o mediador das classes dominantes na reprodução das forças de trabalho, além de ajudar na manutenção da ordem social, colaborando para a exclusão social. Isso ocorreu porque as classes médias e altas buscavam qualificação para seus filhos, enquanto as classes populares dependiam do ensino público, não o sonhado e planejado por Anísio Teixeira e os Pioneiros da Educação Nova, mas um ensino público com pouco investimento pelo Estado, já que a iniciativa privada satisfazia aos grupos que exerciam maior pressão, que eram os de classe média e alta. A separação Estado/Igreja na República não rompeu com a hegemonia do setor privado/confessional no Brasil, segundo Brito (2001). A Igreja sempre continuou a exercer influência na economia, principalmente na educação, pois quando o Estado não consegue suprir as necessidades da população, a iniciativa privada ocupa essas brechas para garantir a educação a todos, com um discurso de serviços prestados, mas com exigências de redução de impostos, bolsas de estudo e outros.

O debate dos privatistas, segundo Cunha (1985, p. 120), sempre girou em torno da democratização das oportunidades escolares no Brasil. Estes reivindicavam do governo transferências de recursos para entidades particulares, a fim de que pudessem oferecer ensino gratuito, de qualidade, a mais alunos por um custo menor. Instituições privadas ainda buscam conseguir subsídios do governo a fim de que suas empresas recebam verbas.

Como todas as demais políticas sociais brasileiras, a implantação do sistema educacional foi excludente e seletista, do qual a classe média recebeu maior atenção e as classes mais baixas da população ficaram excluídas. A partir dos anos 50, a fim de corrigir desigualdades sociais e promover o desenvolvimento, houve um impulso do projeto desenvolvimentista, embasado na industrialização, reforçando a intervenção do Estado, principalmente como produtor de serviços. “A modernização conservadora associou de modo reiterado patrimonialismo e poder, resultando em apropriação do público pelo privado” (BRITO, 2001, p. 134). Esse foi um período de crescimento para instituições privadas, principalmente na área da educação, o que

foi e ainda está sendo difícil de controle pelo Estado, visto que o espaço dado a estas instituições privadas foi sempre crescente dentro da economia brasileira.

Em síntese, com a Proclamação da República em 1889, a educação pública se faz mais presente na sociedade brasileira. “É a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população” (SAVIANI, 2005, p. 10), contudo o ensino privado continuou caminhando lado a lado com o ensino público, e algumas vezes à frente deste.

2.2 - O Público e o Privado na Constituição Brasileira de 1988

No processo de redemocratização da sociedade brasileira com a elaboração da Constituição e da LDBEN, são retomados os debates em torno da liberdade de ensino e também a respeito da laicidade, e, sendo a partir da década de 80, a relação entre público e privado na educação foi sendo alterada. Neste contexto, há duas formas diferentes de privado. A primeira está relacionada ao mercado, a empresas, com objetivos lucrativos, para os quais a privatização de políticas educacionais está voltada tendo em vista o financiamento público de consumo de serviços privados; e a outra, mais ampla, está relacionado com o encolhimento do Estado, e a falta de investimento deste na área da educação. (BONAMINO, 2003).

Cury (1999, p. 124) relata que a discussão entre público/privado começa a ser mais analisada após a Constituição de 1988, quando acontece o “reconhecimento das instituições privadas como coexistentes às instituições públicas...”, além do “reconhecimento da lucratividade como componente do segmento empresarial da liberdade de ensino”, envolvendo aí as instituições lucrativas e não lucrativas, fazendo, ainda, a diferenciação entre as confessionais, as comunitárias e as filantrópicas. Este fato dá maior legalidade às instituições privadas que atuam na educação.

De acordo com Cunha (2007), as forças de conflito que fragmentam os sistemas educacionais são o Estado e o Mercado. O Estado comporta todas as instituições ligadas à educação, como Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação e outros, e o Mercado se constitui de empresas privadas de ensino, bem como das entidades que as representam. Estas têm a visão da educação como um mercado promissor, no qual os funcionários se empenham pela melhoria do “produto”, que são os alunos, como fazem o controle de

qualidade de uma empresa. Uma das características disso está no *ranking* das notas conseguidas por cada instituição. O que seria para avaliar a qualidade da instituição e controle do governo sobre estas, acaba se tornando uma grande disputa, onde o estudante é apenas o produto final.

Pode-se observar aqui a aplicação de políticas neoliberais, quando o Estado incentiva a iniciativa privada a investir onde seria de sua responsabilidade, com a justificativa de que a família tem o direito de escolher o melhor meio de assistência para ela e para seus filhos. Isto permite que as famílias busquem investir em empregos cada vez mais lucrativos, com maior investimento de tempo, a fim de que possam dar melhores condições de educação, e outras formas de assistência a seus filhos, fazendo o caminho proposto pela política neoliberal, na qual o mercado dita as regras do jogo. Como consequência, pode-se observar o desmantelamento da família, pais ausentes e desconhecidos dos filhos, e estes, mesmo os de classe média, buscando em outros meios a segurança que eles não têm em seu lar. Esta situação se torna um círculo vicioso, pois se há a ausência da família, cada vez mais, existem mais pessoas, crianças e adolescentes, mães solteiras procurando assistência do Estado.

Cury (1999) aborda a questão da qualidade oferecida tanto pelo sistema público, como pelo privado. No caso do primeiro, é claro o quadro de pouco investimento, enquanto o segundo tem apresentado uma pressão por mais vagas desde a década de 70. A hegemonia entre público e privado não pode ser confundida somente com dominância política ou quantitativa; mas, sim, na maneira pela qual um grupo social consegue tornar conhecida a sua direção, apesar de reconhecer a presença de um grupo concorrente. Neste caso, o grupo privado busca a qualidade no que faz, através de investimento em materiais didáticos, na forma e conteúdo de currículos, na inserção na sociedade de informação, em cursos e programas mais voltados para o mercado de trabalho e também em uma área muito crescente no ensino privado, que é o investimento em cursos universitários presenciais e semipresenciais.

Outro fator abordado por Cury (1999) é que, na LDBEN 9394/96, o ensino público e gratuito é oferecido de forma prioritária nas modalidades fundamental e médio pelos governos municipais e estaduais, e o superior pela União, mas não relata gratuidade. De acordo com a LDBEN 9394/96 no Art. 4º, o ensino será obrigatório apenas para o Ensino Fundamental. O acesso aos níveis mais elevados

será segundo a capacidade de cada um, sendo livre a iniciativa privada (Art. 7º), desde que cumpra as normas da educação nacional e passe pela avaliação da União. Além disso, a educação básica, assim como o ensino médio e superior, podem ser oferecidos também pela rede privada.

Este fato desobriga o governo de prover recursos para os alunos que optarem em fazer o ensino superior, além de deixar livre a escolha sobre o ensino que os pais querem dar a seus filhos. O sonho de Anísio Teixeira em ter esta escola pública; gratuita e de qualidade, ainda, é perseguido hoje por vários profissionais de educação, ficando cada vez mais distante esta possibilidade.

Nestas definições, surge a noção do público não estatal, quando se entende que é na Constituição de 1988, que ficam destinados os recursos públicos às modalidades não lucrativas de iniciativa privada, na qual também é abordada a distinção entre o que é público e o que é privado. Um outro fator é a descentralização que reduz as atribuições do governo federal, aumentando, assim, as responsabilidades dos Estados e Municípios. A União passa a ter um papel mais focado na avaliação dos resultados educacionais. A aplicação da Constituição está expressa na LDBEN 9394/96, delimitando as funções de público e privado.

Disso resulta uma questão já amplamente pesquisada, que é a dupla rede brasileira de escolarização. “A rede positivamente discriminada começa no privado e prossegue no superior público, enquanto a rede negativamente afirmada segue a rota contrária”. Ou seja, a família que pode pagar um ensino privado, nos primeiros anos de escolaridade, o faz, para que seus filhos possam conseguir uma vaga no ensino público superior; e a que não tem recursos matricula seus filhos no ensino público, e no ensino superior eles são cooptados para o ensino privado, na maioria das vezes com subsídios das esferas municipal, estadual ou federal (CURY 1999, p. 127). Neste ponto, o Estado financia a educação e beneficia as empresas privadas que prestam este serviço³.

Segundo Brito (2001), os empresários que investem na educação o fazem onde há o retorno mais imediato de seus investimentos, neste caso, o nível superior, ficando a cargo do poder público as demais modalidades, nas quais maiores gastos

³ Apesar desta situação ser a mais comum, pesquisa feita com jovens filhos de empresários, constatou que estes buscam universidades privadas, pois além de ser mais fácil o ingresso, eles podem contar também com o auxílio de cursos particulares de reforço, caso necessitem. Este é o caso de uma pequena parcela da população, pois segundo a pesquisa, estes alunos não dependem de maneira exclusiva do ensino superior, porque podem continuar com os negócios da família, a saber, a administração de suas empresas. (Nogueira, 2004).

são requeridos pelo volume de atendimento e o retorno se consegue em longo prazo. O retorno mais rápido se dá no ensino superior, porque apesar de ser mais dispendioso, resulta num retorno destes profissionais formados de maneira mais rápida para o mercado, gerando mais lucros e aumentando a concorrência. Isso faz com que haja menor investimento das instituições privadas de educação no ensino fundamental e maior investimento no ensino superior.

As universidades públicas podem ser vistas como incômodas. Um dos motivos é que por serem produtoras de conhecimento trazem pouco retorno ao mercado, formando muitas vezes um número crescente de desempregados com escolaridade elevada, além de não cumprirem “bem o papel de reprodução ideológica”. Essa idéia partiu de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, a partir do Consenso de Washington, estabeleceu que a universidade pública de países latino-americanos não apresentava retorno suficiente, sendo necessário dar prioridade a universidades privadas, em função do baixo investimento, além de serem subsidiadas pelo Poder Público.

Este fato permite a redução de gastos em universidades públicas para que haja crescimento nas universidades privadas. Outra questão é a aplicação de recursos pelo Governo nas Instituições Federais, onde há o aumento de cursos e o número de estudantes cresce, e apesar desse aumento, o investimento em novos materiais, equipamentos e instalações não são proporcionais. (LUCAS E LEHER, 2001, p. 4). No entanto, o governo federal recentemente tem planejado mudar esta situação com iniciativas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que será comentado mais adiante.

Uma grande crítica quanto ao crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas foi que elas não ofereciam uma formação de qualidade, mas apenas expediam diplomas. Com o decorrer dos anos, o Governo Federal instituiu o exame para verificar o ensino oferecido pelas IES privadas, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O Sistema de Avaliação foi instituído pela Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004. Nos anos de 1996 a 2003, os cursos de graduação foram avaliados através do Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão), que avaliava os cursos de graduação em relação ao processo ensino-aprendizagem, e a partir de 2004 através do SINAES.

O objetivo do SINAES, de acordo com o Art. 1º, é assegurar o processo nacional de avaliação de Instituições de Ensino Superior, o desempenho acadêmico

de seus alunos e dos cursos de graduação, com vistas à melhoria da qualidade do Ensino Superior, e também à orientação de sua oferta. Conforme o Art. 5º, a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), afirmando no parágrafo 11 que cabe ao Ministério de Estado da Educação determinar os cursos de graduação e quais estudantes responderão ao ENADE, e no parágrafo 2º, diz que ele será aplicado no final do primeiro e do último ano do curso.

Esta é uma das maneiras que o Governo atual encontrou para exercer a sua função de avaliador da educação, e também para conter o excesso de novos cursos e universidades que surgem constantemente, com pouca qualidade. Através destes exames de avaliação, o governo ainda utiliza os resultados destes para aprovar novos cursos nas IES privadas, e aprovar isenções fiscais, como é o caso do PROUNI, objeto deste trabalho.

Di Pietro (2002, p. 105) ao tratar da evolução do conceito de serviços públicos, diz que quanto ao objeto, estes podem ser administrativos, sociais, comerciais ou industriais. O serviço público classificado como social atende as necessidades da população, da coletividade, no qual seria essencial a atuação do Estado, mas executados também pela iniciativa privada. É o caso da educação, previdência, cultura e outros.

No Art. 6º da Constituição Federal de 1988, sobre os Direitos Sociais, a educação, a saúde, o trabalho e outros são tidos como direitos sociais nos quais toda a população deveria ter garantias. Quando o Estado não tem condições de suprir estes e outros direitos da população, ele pode permitir a entrada da iniciativa privada para prover as necessidades daquela, mas todos devem ter garantias dos direitos sociais.

Ao tratar da classificação quanto à exclusividade ou não do serviço público, Di Pietro (2002, p. 107) o apresenta como exclusivo ou não exclusivo do Estado. Os serviços exclusivos estão relacionados à energia elétrica, transportes e outros. E existem os que podem ser executados por particulares “mediante autorização do Poder Público”, como é o caso da assistência social. A educação está entre esses últimos. Os serviços não exclusivos do Estado são considerados próprios quando é o Estado que oferece; e quando não é este que oferece, ele é um serviço público impróprio, ao ser oferecido por particulares. Mas o Estado é o responsável para autorizar e controlar esses serviços públicos. Eles ainda são considerados públicos

por atenderem as necessidades da população, mas são impróprios, quando não têm a gestão direta ou indireta do Estado.

O Art. 209 da Constituição de 1988 trata da oferta de educação. Ela é livre à iniciativa privada desde que atenda a algumas condições, como o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. O Estado então concede autorização para o funcionamento de instituições privadas, mas ele continua sendo o grande articulador do processo.

A escola regular no Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, está dividida em pública e privada. Na Constituição, no Art. 206, inciso III declara que um dos princípios pelos quais o ensino deverá ser ministrado será através do “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. As instituições privadas de ensino são reconhecidas por lei. “As escolas públicas são oficiais por sua natureza jurídica e por seu caráter de serviço público próprio” (CURY, 2006, p. 144). Essas escolas são ligadas ao Estado e são de responsabilidade deste, além de ser direito do estudante enquanto cidadão.

A escola pública pode ser oferecida pela União, Estados, Distrito Federal e municípios. E a escola privada presta serviço de interesse público, mas seus atos e diplomas, para serem reconhecidos, necessitam da autorização do Estado. O poder público faz um tipo de “credenciamento” à iniciativa privada enquanto exerce fiscalização sobre ela. Com isto, o governo busca reduzir custos, enquanto a iniciativa privada ocupa os espaços abertos deixados por este. (CURY, 2006, p.145).

Não é intenção deste trabalho sugerir a extinção ou diminuição dos serviços privados de educação, mas observar o papel do Estado enquanto provedor de políticas públicas e sociais para a população. O papel de fiscalizar a educação também não é ponto de divergência, mas além de fiscalizar o Estado, deveria cumprir com as suas funções, e não deixar que o mercado e a população em geral façam a tarefa de casa que é dele.

Brito (2001, p. 134) analisa que “as escolas comunitárias e confessionais disputam com as instituições recursos públicos sob a forma de subsídios diretos, isenções fiscais ou créditos educativos”. O governo deveria fiscalizar os beneficiários dos títulos de filantrópicas e de que maneira esses títulos têm sido fornecidos pelos órgãos responsáveis, além de uma avaliação constante por parte do governo se as exigências feitas a estas instituições estão sendo cumpridas.

As primeiras vantagens da iniciativa privada, na área da educação, foram garantidas pela Lei 4.024/61 ao conceder bolsas de estudos em estabelecimentos oficiais, e na lei 9394/96, Art. 20, na qual há uma ampliação dos subsídios dados às instituições privadas, quando estas são enquadradas em categorias específicas, a saber:

- Particulares- são as que são mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- Comunitárias- são as instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, podendo ser cooperativas de pais, professores e alunos. Devem estar incluídos, nesta entidade, representantes da comunidade;
- Confessionais- são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que expressam orientação confessional ou ideologia específica;
- Filantrópicas⁴.

Estas três últimas categorias constituem as instituições sem fins lucrativos, como veremos mais adiante.

No capítulo específico sobre o tema a ser tratado, o PROUNI, se verá a importância destas instituições acima no processo de subsídios do Estado com o ensino. Essas instituições poderão receber verba pública de acordo com o Art. 213 da Constituição Federal e do Art. 77 da LDBEN 9394/96; e no Art. 150, inciso VI, letra c, é vetada a cobrança de impostos a instituições sem fins lucrativos.

2.3 - O público e o privado e a democratização do ensino

A educação, como dito anteriormente, passou a ser vista como um serviço, e não como direito do cidadão. Segundo Chauí (2003), a educação precisa ser vista como um investimento social e político, e não como gasto público, e isso só será possível se ela for considerada um direito do cidadão, e não como um privilégio de poucos.

A educação em nível superior no Brasil sempre foi considerada uma instituição para poucos, para os privilegiados, e a universidade pública como um local de difícil acesso. Em princípio, podemos dizer que a universidade pública

⁴ Estas não possuem explicação na LDB

começou a sofrer perdas de investimentos, permitindo com isso que ela fosse vista como inviável e como uma instituição de muitos gastos e poucos retornos. Isso serviu para que os investidores particulares usassem este fato para pleitear o lugar que estava sendo ocupado pelas universidades públicas, através de investimento privado. A lógica era: se a universidade pública não consegue inserir os jovens no Ensino Superior, com gastos aceitáveis, a solução, então, seria investir em instituições privadas, com gastos menores e maior eficiência na oferta de vagas.

Este foi um processo ocorrido nas universidades públicas brasileiras, nas quais prevaleceu a falta de investimentos. Como explicita Santos, “debilidades institucionais identificadas, em vez de justificarem uma reforma da universidade pública, serviram para justificar a abertura do bem público universitário à exploração comercial” (2005, p. 10). Ou seja, o governo abriu mão de seu papel de promotor de políticas públicas para o papel de coadjuvante, apenas como fiscalizador destas. As falhas encontradas na universidade pública poderiam se tornar um alerta para o governo de que essa necessitava de ajuda urgente, e não entregar o ensino nas mãos da iniciativa privada, e desta forma, desvalorizar ainda mais o ensino público.

No município de Campos, que será analisado em capítulo posterior, as IES públicas não conseguem atender às demandas da população que procuram os seus serviços, ora por não oferecerem cursos que apresentam maior procura, como Direito e outros; ora por não terem acesso facilitado; ora pelo fato de os alunos buscarem acesso ao Ensino Superior com poucas exigências⁵. Um dos fatos que comprovam isso está relacionado à busca de vagas nas duas IES públicas mais procuradas no município, a UENF e o IFF (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense), antigo CEFET, que apresentam baixos percentuais na relação candidato/vaga, chegando a ter menos de um candidato por vaga⁶ em alguns casos, apesar de a UENF ter um sistema de cotas que reserva 45% das vagas para alunos negros. Isso demonstra também a baixa auto-estima, a consciência de falta de preparo do ensino médio público, a falta de interesse nos cursos oferecidos pelas universidades públicas, o que poderá ser assunto de uma outra pesquisa.

⁵ Dentre os vários tipos de acesso à universidade privada estão: acesso diferenciado, onde o aluno apenas elabora uma redação e faz uma entrevista; existe o vestibular on-line, com resultado prometido em meia hora; vestibular agendado manuscrito, também com uma redação; acesso direto através do ENEM e o vestibular tradicional.

⁶ Alguns cursos apresentam no vestibular da UENF e do CEFET, o percentual de candidatos/vagas de 0,57; 0,80; 1,26; 1,57; 1,87 dentre outros, de acordo com os sites das universidades em 2008.

Segundo Catani e Hey (2006, p. 5), uma das grandes barreiras para o ingresso nas universidades ainda é o vestibular que

acaba funcionando como um mecanismo de seleção social, excluindo os setores sociais menos favorecidos do acesso às instituições superiores públicas de qualidade e, no interior delas, aos cursos de maior prestígio profissional e simbólico.

Mas uma pergunta que se deve fazer é se a facilidade do acesso às instituições públicas seria uma alternativa correta, já que isso tornaria o ensino cada vez mais desvalorizado, assim como as universidades públicas de qualidade que primam por oferecer um ensino de alto nível.

Uma das visões mais centradas sobre o assunto está presente nas análises de Chauí (2003, p.13), quando relata que para se pensar numa mudança, na universidade pública sob uma perspectiva de formação e democratização, algumas compreensões são necessárias, dentre elas a necessidade de se desfazer o mal entendido entre a atual democratização da educação superior e a massificação. Ela diz que “somente a reforma da escola pública de ensino fundamental e médio pode assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública”. E acerca da exclusão social, declara que “a universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus de ensino público”. Estes são fatores para serem analisados em outras pesquisas se realmente quisermos defender um ensino superior gratuito e de qualidade à população, pois o que necessita ser verificado não é somente o acesso, mas também a permanência.

2.4 - O Ensino Superior e a LDBEN 9394/96

Não é o objetivo principal deste trabalho estudar com profundidade o ensino superior no Brasil, e sua trajetória até o presente, visto que há abundante material de pesquisa na área. Far-se-ão apenas algumas incursões sobre o ensino superior brasileiro. Segundo Cunha (2007), o príncipe João não criou universidades no Brasil, mas algumas instituições de ensino superior isoladas, para formar profissionais, a de Medicina, na Bahia; a de Engenharia, no Rio de Janeiro (junto com a Academia Militar), os cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo. Estes foram os cursos

superiores iniciados no Brasil. Houve, então, a multiplicação dessas faculdades isoladas. As primeiras universidades surgiram a partir da união dessas faculdades.

De acordo com Fernandes (1992), somente na segunda metade da década de 1960 uma nova identidade para a universidade começava a ser definida, com a reforma universitária, através da promulgação da Lei 5.540⁷. Uma das características da Reforma universitária foi que o ensino e a pesquisa necessitavam andar juntos. A universidade era considerada a instituição própria do ensino superior, sendo as faculdades isoladas, uma exceção. A partir dos anos de 1970, com a alteração do sistema produtivo, aumenta a demanda do ensino superior, e foi nos anos de 1980, que as faculdades isoladas começaram a se expandir, algumas delas alcançando o *status* de universidade. Junto com esta expansão, surge também a crise da universidade, que tem como um dos pontos principais a autonomia científica e pedagógica gerada principalmente a partir da redução do papel do Estado como provedor de políticas públicas e sociais. Este quadro é mais grave nas universidades públicas. De acordo com Schwartzman,

os sistemas universitários modernos têm em si o germe da universidade clássica, mas também muitas outras coisas que têm pouco a ver com ela. Por isto mesmo, eles são necessariamente instáveis e contraditórios, e sujeitos a um processo constante de disputa e competição. (SCHWARTZMAN, 1989, p. 65)

O que se tem hoje é um sistema universitário muito mais complexo, com universidades presenciais e a distância, apesar de sua origem ser a universidade clássica. Segundo Schwartzman (1989), a generalização da chamada educação de terceiro grau, faz com que os conceitos mais clássicos de universidade se diluam em um sistema educacional muito mais amplo e complexo. As próprias exigências do mercado fazem com que as instituições, principalmente as privadas, comecem a fazer adaptações em seus currículos, nos sistema de acesso, em novos cursos, tornando-se necessário, mudanças constantes.

Fávero (2006) cita que hoje há duas posições quanto às funções e ao papel da universidade. Existem os que defendem como suas funções básicas o desenvolvimento de pesquisa científica e a formação profissional, e os que consideram como prioridade a formação profissional. Estas e outras posições

⁷ Lei da Reforma Universitária (novembro de 1968).

permitem que se pense em uma nova reforma universitária. Para Santos (2005, p. 46),

as reformas devem partir do pressuposto que no século XXI, só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior; não há universidade.

.De acordo com a LDBEN 9394/96 no Art. 4º, o ensino será obrigatório apenas para o Ensino Fundamental, e o acesso aos níveis mais elevados de ensino será segundo a capacidade de cada um, sendo livre à iniciativa privada (Art. 7º), desde que cumpra as normas da educação nacional e passe pela avaliação da União, conforme já escrito anteriormente.

Dentre as atribuições da União, no Art. 9º, está a incumbência de baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação, assegurar processo nacional de avaliação das instituições de Ensino Superior, autorizar e supervisionar cursos de graduação, dentre outros. As atribuições da União podem ser delegadas aos Estados, e ao Distrito Federal caso tenham instituições de Ensino Superior.

O Ensino Superior tem a finalidade de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, além de diplomar estudantes em diferentes áreas de conhecimento e incentivar trabalho de pesquisa. O Ensino Superior também poderá ser ministrado em instituições públicas ou privadas. (LDBN 9394/96, Art. 20 e 45).

Muitas mudanças ocorreram com a LDBEN 9394/96. Uma das mais discutidas é a classificação das instituições sem fins lucrativos, em comunitárias, filantrópicas ou confessionais, e as com fins lucrativos. As IES privadas podem, de acordo com a lei, receber auxílio do governo, além de isenções de impostos. O auxílio do governo para instituições de educação privadas sempre aconteceu, porém com a LDBEN 9394/96, essa ajuda foi formalizada, dando a estas IES mais direitos.

Segundo Gentili (2001), nas últimas décadas, a partir de medidas como redução do investimento público, os governos neoliberais promovem reestruturação nos sistemas nacionais de educação. Juntamente com a redução do investimento público, está também a redução do papel do Estado, passando a ser Estado avaliador. Estas reformas foram incentivadas principalmente por organismos

internacionais, como o Banco Mundial (BM) ou Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

De acordo com Santos (2005), antes do advento do neoliberalismo, que se fortalece a partir dos anos de 1980, a crise nas universidades brasileiras já existia, principalmente no que se refere aos poucos profissionais que chegavam ao mercado de trabalho através delas. Mas com o fortalecimento do neoliberalismo, o mercado passa a necessitar de mais força de trabalho, principalmente a profissionalizante. A universidade como instituição responsável pela gestão de conhecimento, exercia pouco esse papel, o de profissionalizar, ficando por isso relegada a um plano inferior.

O BM, como um dos representantes legais do capitalismo e do neoliberalismo, investe nos países periféricos e semiperiféricos, entre eles, o Brasil, a fim de incentivar o crescimento do movimento neoliberal, com uma visão voltada para o mercado. No governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1990, foi quando houve maior influência do BM com relação à educação brasileira, no entanto com maior ênfase para o setor privado. Houve neste governo, através de parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), investimento de “cerca de 750 milhões para instituições de ensino superior com recursos de empréstimo do Banco Mundial. Foram 310 milhões para universidades privadas e 33 milhões para universidades públicas”, segundo Santos (2005, p. 21). Houve o crescimento da rede privada de ensino, juntamente com a crescente procura do mercado por mão de obra especializada, principalmente a superior. O governo buscava, entre outras metas, a democratização do ensino superior no país, a fim de que este acompanhasse o crescimento educacional exigido para o período, a saber, de propostas neoliberais, com crescimento e fortalecimento do mercado e redução estatal na economia, com crescimento de receitas.

A crise existente na universidade, principalmente pela crítica de elitização e estagnação da oferta de vagas, segundo Santos (2005), foi uma oportunidade para que o governo aprovasse o fortalecimento das universidades privadas a fim de dar suporte às universidades públicas existentes, oferecendo um serviço com viés público, pois servia a uma população com direitos à educação, mas que não conseguia acesso à universidade pública. Como o capitalismo crescia com certa rapidez, a solução mais viável foi investir nas instituições privadas para formar para o mercado.

O que se pode observar aqui é o movimento bem articulado pelo governo. Primeiro este não incentiva o crescimento das universidades públicas, não investe nelas; e quando há necessidade de crescimento na área educacional de ensino superior, ele mesmo usa a sua aparente ineficiência em oferecer vagas para justificar a entrada no mercado de IES privadas, com apoio das instituições públicas para suprir a carência.

As instituições de ensino privadas sempre tiveram ajuda do governo de forma direta ou indireta, mas agora era a chance de iniciarem uma corrida à frente das instituições públicas e com apoio do próprio governo, já que as públicas não cumpriam bem o seu papel, segundo discurso dos neoliberais.

Em pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Anísio Teixeira (INEP) e Ristof (2006, p. 14) declaram que “a LDB aparece como marco legal básico que sintetiza uma determinada política educacional”, além de desencadear um processo de reformulação profunda no sistema de educação superior brasileira. Segundo os autores, alguns resultados desta mudança são o crescimento de instituições, matrículas e cursos a fim de disputarem o mercado educacional existente.

O setor público, no que concerne ao ensino superior, segundo Gentili (2001, p. 99), sofreu o impacto devido ao aumento das instituições privadas, das matrículas e dos gastos governamentais que deveriam ser destinados ao ensino superior público. Isso fez com que estas duas décadas de reformas universitárias deixassem “como consequência a intensificação dos mecanismos já estruturais de exclusão educacional”, nos quais os alunos mais pobres sentem dificuldades em ingressar em universidades públicas e nelas permanecer. Segundo o autor, a crise universitária da América Latina tem uma dimensão dupla, que é a queda da produção de conhecimento, cujo campo intelectual começa a se esvaziar e a diminuição do compromisso político-democrático dos intelectuais.

Neste quadro, o governo ao invés de investir no ensino público, de qualidade, de valorização dos profissionais e do espaço público, está sempre buscando consertar o que está feito, e disso resulta um problema maior do que o anterior. Faz-se necessário reportar-se ao PROUNI, como uma tentativa do governo em aumentar a oferta de vagas e democratizar o ensino superior tão cheio de críticas. Ele busca nesta estratégia resolver dois problemas. O primeiro está relacionado ao grande número de vagas ociosas em universidades privadas; e, em segundo lugar, oferecer

vagas a alunos de baixa renda que não conseguem vagas nas universidades públicas.

O primeiro problema surge quando, após a LDBEN, segundo mencionado por (RISTOF, 2006), a relação candidato/vaga no Brasil entre 1996 e 2004 começa a apresentar crescentes índices de ociosidade na educação superior, com destaque para a rede privada. Em 2004, das 2.320.421 vagas disponíveis nas IES privadas, apenas 1.303.110 foram preenchidas, ou seja, apenas 56,2%, significando que 1.017.311, ou seja, 43,08% não foram preenchidas. No Estado do Rio de Janeiro, segundo a pesquisa, o setor privado apresentou um índice crescente de ociosidade das vagas, iniciando com 29,04% em 1991 e atingindo 51,99% em 2004. Na rede pública, apenas 3,2% de vagas não foram ocupadas em 2004. Segundo a pesquisa esse desaquecimento do mercado educacional está relacionado ao desequilíbrio apresentado entre oferta e procura.

Foi neste período de crescimento de número de vagas ociosas de IES privadas, que o governo inicia o seu projeto de aumentar o número de vagas no ensino superior através do PROUNI, que foi um programa com muitas críticas, que começou, como Projeto de Lei (PL), depois através de Medida Provisória (MP) até chegar a ser instituído como Lei, com muitas mudanças no processo e com grande *lobby* de proprietários de instituições privadas. A respeito do PROUNI, Ristof (2006) diz o seguinte:

O Estado do Rio de Janeiro foi contemplado com 9.449 bolsas, sendo 6.639 totais e 3.052 parciais. A par do aumento da oferta privada na educação superior que o programa aprofunda; do financiamento público indireto para os estabelecimentos de ensino superior privados que proporciona, pois é bem esse o caso da renúncia fiscal que o embasa e do fortalecimento do setor privado que mais se expandiu nos últimos anos, isto é, com fins lucrativos. Na sua continuidade, deve-se tomar consciência de uma série de desafios que lhe são impostos: falhas estruturais do programa, no seu relacionamento com as IES particulares e as sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas), no que se refere às formas de isenção de impostos; alto índice de evasão do estudante por falta de recursos para custear seus estudos; falta de uma avaliação de seus impactos e resultados no ensino. Um dos maiores desafios, entretanto, é garantir que os alunos atendidos pelo PROUNI tenham garantido seus direitos de acesso a um ensino de qualidade, referendado por um sistema de avaliação permanente. (p. 65).

Este Programa do governo federal será foco de discussão no capítulo seguinte, quando se verificará o seu início, seus objetivos, o público a que ele se destina e algumas considerações de autores que analisam e estudam o mesmo. É necessário esclarecer que a função desta discussão é a verificação de fatos de um caso específico, o do município de Campos dos Goytacazes, e que a avaliação do Programa não é objetivo desta pesquisa.

3- O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: PROUNI

Neste capítulo, serão esplanadas as principais características do Programa em estudo, desde a sua implantação em 2005, até a presente data, traçando a sua trajetória, as mudanças ocorridas, as críticas feitas através das lentes de alguns autores e da própria pesquisadora, após observação da lei e de sua implantação no momento atual, quando será apresentado o percurso metodológico.

3.1- Lançando luz sobre o PROUNI

O PROUNI é um Programa do Governo Federal que tem como finalidade conceder bolsas de estudo parciais e integrais em IES privadas para alunos com renda *per capita* de até 03 salários mínimos. As IES que aderem ao Programa recebem isenção de alguns impostos, o que se aprofundará no decorrer deste capítulo.

As exigências para as IES privadas aderirem ao Programa e os alunos se inscreverem no mesmo estarão sendo esboçadas nas próximas páginas. No entanto, o objetivo não é esgotar o assunto do PROUNI, mas fazer algumas investigações no que concerne à entrada e permanência de jovens de classe baixa no ensino superior e o papel do Programa neste processo.

Após a expansão do ideário e das políticas neoliberais a partir da década de 80, a população brasileira começou a perceber que havia uma insegurança quanto à sua proteção social e em relação ao mercado, deixando assim dúvidas quanto aos futuros empregos. Isto fez com que muitos jovens de classes desfavorecidas buscassem qualificação profissional através de estudos. Adultos que tinham abandonado os bancos escolares também se voltaram à busca de aperfeiçoamento, ao perceberem que podiam perder espaço para os novos funcionários que estavam chegando com boas qualificações.

Neste período, acima citado, o ensino superior obteve um grande crescimento, principalmente na área privada. O setor educacional particular percebeu o momento e lançou no mercado cursos rápidos e com baixo custo para a criação e expansão de matrículas em IES privadas para suprir a demanda. Contudo, o mercado não pôde absorver todo este contingente de graduandos, criando assim uma situação muito peculiar, com muitos estudantes bem formados, porém nem todos com campo de trabalho desejável.

O setor particular perde neste processo muitos alunos, pois muitos não conseguem se manter nas universidades, criando assim um quantitativo de vagas ociosas no ensino superior privado. O Governo é o responsável por manter e fiscalizar o ensino superior, e percebendo a situação, segundo pesquisadores como Catani (2006), Carvalho e Lopreato (2005) e outros, cria um Programa que beneficia as IES privadas, exercendo uma dupla função social, a de oferecer à população uma educação, vista pelo Governo, de qualidade; e, ainda, facilitar a obtenção da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê um aumento de 30% de jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior até 2010.

O PROUNI é um Programa instituído pelo governo federal através da Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005 (anexo 01). O governo buscou aprovar o Programa através de Projeto de Lei em 2004, mas segundo o ministro da educação Tarso Genro (Revista Caros Amigos, 2004), o Congresso não pôde apreciá-lo em tempo devido. A intenção do governo era instituir o Programa ainda em 2004, mas como o tempo não permitia, segundo o ministro Tarso Genro, por se tratar de uma situação de urgência e relevância, o Programa foi aprovado através de MP (213, de 10 de setembro de 2004). A intenção era colocar já no primeiro semestre de 2005, 60 mil alunos nas universidades. De acordo com Maranhão, (Revista Gestão Universitária, edição 39), a MP seria instituída em Abril de 2004, mas por apresentar muitas críticas, o presidente Lula decidiu enviar na forma de PL ao Congresso a fim de que fosse votado em caráter de urgência, o que não ocorreu. O PL ganhou 292 emendas, principalmente de órgãos que defendem o ensino privado. Para evitar as discussões, o governo editou a MP 213, suspendendo assim os debates.

O PROUNI apesar de ser um Programa novo, pois a Lei que o instituiu foi de 2005, tem recebido várias críticas com a oferta de bolsas de estudo.

Para Coelho (2005), o PROUNI antecipou-se à Reforma Universitária⁸ e fere a concepção da Reforma, que tem como eixo a instituição pública, e isenta de impostos instituições privadas, cuja verba poderia ser utilizada para o setor público educacional. O Programa não ajuda no conceito de educação como bem público, e

⁸ O documento do Ministério da Educação reafirma princípios e consolida diretrizes da reforma da educação superior, apresentado em agosto de 2004, tendo em vista a formulação de uma Lei Orgânica da Educação Superior. Este documento define a instituição pública como modelo de referência para a expansão do sistema (COELHO, 2005, p. 1).

não prioriza investimentos em instituições públicas pelo Estado, antes compra vagas nas instituições privadas, além de anistiar dívidas⁹.

O Programa prevê conceder bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) tanto para estudantes de graduação, como para os de cursos sequenciais de formação específica em IES privadas, com ou sem fins lucrativos¹⁰.

Dentre as instituições sem fins lucrativos, estão as entidades beneficentes. São consideradas entidades beneficentes, de assistência social, as que oferecerem, no mínimo 01 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação para cada 09 (nove) alunos pagantes. Deverá ainda aplicar anualmente grátis pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta na assistência social na área da saúde.

As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desejarem transformar a instituição em sociedade de fins econômicos, poderão fazê-lo, passando a pagar a quota patronal para a previdência social gradativamente no prazo de 05 (cinco) anos no valor de 20% (vinte por cento) devidos a cada ano, até atingir o valor integral das contribuições.

Tanto as bolsas integrais, como as parciais, são oferecidas a estudantes que cursaram o Ensino Médio em escola pública, ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. As bolsas também são destinadas a portadores de deficiência, autodeclarados indígenas e negros¹¹, e professores da rede pública de ensino para cursos de licenciatura, Normal Superior e Pedagogia¹². No entanto, este assunto não será tratado de forma aprofundada nesta pesquisa.

Para ser beneficiário da bolsa integral, o estudante deve comprovar uma renda familiar mensal *per capita*, que não exceda a um salário mínimo, e para ter uma bolsa parcial de 50% (cinquenta por cento), a exigência é que a renda *per capita* não exceda a três salários mínimos. Para professores da rede pública de ensino, não há exigência de renda familiar *per capita*.

⁹ As instituições que adotarem as regras do PROUNI poderão rever o cancelamento do certificado de filantropia e até restaurá-lo, recebendo assim a anistia de dívidas dos últimos 6 anos (COELHO, 2005, p.1).

¹⁰ A LDBn/96 dividiu as instituições de Ensino Superior em *com fins lucrativos* e *sem fins lucrativos*.

¹¹ Apesar desta oferta, não foram encontrados alunos desta procedência durante a pesquisa. A explicação para tal fato pode estar nas exigências quanto à renda *per capita*, a saber: o aluno não sentiria necessidade de se autodeclarar negro ou mencionar qualquer outra característica, visto que a falta de renda por si só preencheria as exigências do Programa.

¹² Os professores citados não necessitam comprovar renda, e, apesar disso, eles não foram encontrados entre os entrevistados. Um dos motivos, para tal fato, pode ser a falta de divulgação sobre os beneficiados com o Programa.

Outra exigência para concorrer a uma bolsa do Programa é que o estudante seja preselecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É necessário obter uma nota mínima no ENEM de 45 pontos, não sendo permitido usar notas anteriores do exame, mas a nota do exame imediatamente anterior à inscrição.

Para que uma instituição participe do Programa, é necessário a assinatura de um termo de adesão com o prazo de 10 (dez) anos de vigência. As instituições com ou sem fins lucrativos deverão oferecer no mínimo 01 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) de estudantes regularmente matriculados, excluindo os bolsistas do PROUNI ou da própria instituição; ou oferecer 01 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) alunos pagantes, complementando assim com bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) até atingir o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm alunos do PROUNI. Para as IES que aderirem ao Programa, consta que os cursos que forem considerados insuficientes, segundo critérios do SINAES, por duas avaliações consecutivas, serão desvinculados do Programa.

A instituição de Ensino Superior que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições durante o termo de adesão: Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. As IES que aderirem ao PROUNI terão prioridade na distribuição dos recursos do FIES.

Estes são alguns pontos da Lei 11.096 de 13 de Janeiro, de 2005, que instituiu o PROUNI, os quais trouxeram maior discussão quando lançada como MP, permitindo tantas emendas.

Em todo o Estado do Rio de Janeiro no ano de 2005 foram oferecidas 9.449 bolsas do PROUNI, entre parciais e integrais. Em 2006 13.239, em 2007 10.053 e no 1º semestre de 2008 5.076 bolsas em todo o Estado do Rio de Janeiro, segundo *site* do PROUNI. Em Campos dos Goytacazes, de acordo com o *site* oficial do PROUNI¹³, foram oferecidas em 2005, 719 bolsas; em 2006, 387; em 2007, 338 e no 1º semestre de 2008, 157 bolsas entre parciais e integrais. Isso totaliza em Campos

¹³ Estes números não correspondem com os encontrados durante a pesquisa de campo, como será demonstrado no último capítulo.

dos Goytacazes 1.601 bolsas PROUNI desde a sua implantação, ou seja, de 2005 até o 1º semestre de 2008.

Conforme dados do INEP, no Censo de 2004, o Estado do Rio de Janeiro possui 118 instituições de Ensino Superior, sendo 62 na capital e 56 no interior. Destas, 13 são públicas (federal, estadual e municipal) e 105 são privadas (particular, comunitária, confessional e filantrópica) De acordo com o MEC, através do INEP (2004), das 2013 IES no Brasil, 1789 são privadas.

Apresentando um breve panorama das instituições de ensino superior do município de Campos dos Goytacazes, pode-se informar que existem hoje onze instituições privadas de Ensino Superior de modalidade presencial. Na modalidade semipresencial, foram localizadas três. Dentre as instituições públicas encontramos uma universidade estadual, cujo *campus* central fica na cidade; duas universidades federais¹⁴ que estão na cidade de Campos pelo processo de interiorização, mas cujos *campi* centrais ficam fora de Campos e um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, recentemente criado a partir da transformação do antigo CEFET, com a sede principal também na cidade de Campos. Estas instituições atendem estudantes de todo o município, como também de municípios vizinhos.

O Programa foi instituído por PL¹⁵ em 13 de Maio de 2004. No entanto, o Programa, como já apontado, teve muitos pontos discutidos, o que levou o governo a aprová-lo através de MP¹⁶. De acordo com a Constituição, Art. 62, em caso de relevância e urgência, o Presidente da república poderá instituir MPs. Estas medidas terão força de lei, e devem ser submetidas imediatamente ao Congresso Nacional. Entretanto, estas medidas perderão a sua eficácia, caso não sejam convertidas em lei no prazo de 30 dias a partir de sua publicação. Em 13 de Janeiro de 2005, foi sancionada a lei¹⁷ que instituiu o PROUNI.

Algumas mudanças significativas ocorreram desde a instituição do Programa através do PL, passando pela MP, até a Lei que instituiu definitivamente o Programa.

No PL, um ponto que chama a atenção é que a concessão seria uma bolsa integral a brasileiros não portadores de diploma superior, com renda familiar até um

¹⁴ Uma destas universidades no momento oferece apenas um curso.

¹⁵ De acordo com a Constituição de 1988, o Congresso Nacional e Suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, cabendo a estas discutir e aprovar Projetos de lei. Art. 58, parágrafo 2º, inciso I.

¹⁶ MP nº 213, de 10 de setembro de 2004.

¹⁷ Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

salário mínimo. Na MP, houve a alteração do salário, que passou de um para um salário e meio, além da concessão de bolsas parciais de 50% , ou meia bolsa com a exigência da renda *per capita* de até três salários mínimos. Na lei, além da meia bolsa houve a abrangência para bolsas parciais de 25%, com exigência de até três salários mínimos.

Outro fator é que no PL o beneficiado seria o aluno que cursou o Ensino Médio na rede pública de ensino, ou professor da rede pública de educação básica. Na MP, foi acrescentado, o item que diz respeito a benefícios para alunos que estudaram na rede privada com bolsa integral, além de portadores de necessidades especiais e a não exigência da renda para professores da rede pública de ensino, com a obrigação de que o curso seja licenciatura ou pedagogia. Na lei, foi incluído para o professor o curso Normal Superior.

No PL, o processo de seleção do aluno deveria ser o ENEM, considerando os resultados e perfis socioeconômicos, ficando o aluno dispensado do processo seletivo específico das instituições privadas de ensino superior. Na MP, além da preseleção pelo ENEM, ficam estipulados outros critérios a serem definidos pelo MEC; e, na etapa final, a seleção pela IES privada de acordo com seus próprios critérios. Na lei, a redação fica conforme a MP.

No PL, a IES que aderir ao Programa deverá oferecer uma bolsa para cada nove alunos matriculados regularmente. Na MP, foi incluído o termo “pagantes”, e bolsa integral, além de incluir os termos com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes. Na lei, houve uma mudança. A IES privada com fins ou sem fins lucrativos não beneficentes que assinar o termo de adesão, deverá oferecer uma bolsa integral para cada 10,7 (dez inteiros e sete décimos) de estudantes pagantes e matriculados ao final do ano letivo anterior, excluindo as bolsas integrais oferecidas pelo PROUNI, ou pela própria instituição.

Na MP, a IES privada sem fins lucrativos, não beneficente, poderá oferecer uma bolsa integral para cada dezenove estudantes pagantes e matriculados, desde que ofereça adicionalmente bolsas parciais de 50% na proporção necessária para que se atinjam dez por cento da receita anual da instituição. Na lei, o número de alunos pagantes sobe de dezenove para vinte e dois e a porcentagem da receita anual é reduzida de dez por cento para oito e meio por cento.

No PL, estava especificado que o termo de adesão não poderia ser firmado com instituição com desempenho insuficiente pelo SINAES. A MP inclui a exigência

de que por três avaliações consecutivas com desempenho insuficiente, o termo não poderá ser firmado. Na lei, a redação diz que o MEC desvinculará do PROUNI o curso considerado insuficiente por duas avaliações consecutivas.

A MP afirma que a distribuição de recursos pelo FIES será prioridade para as IES que aderirem ao PROUNI. Na lei a redação fica semelhante.

Outro ponto polêmico na lei trata-se de entidades beneficentes de assistência social, que tiveram os seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social indeferidos nos dois últimos triênios, por não atenderem às exigências de gratuidade. Caso estas instituições adotem o PROUNI, elas poderão requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a concessão de um novo certificado.

Uma das grandes críticas feitas ao Programa é a renúncia fiscal, segundo o qual o governo deixa de cobrar das instituições privadas “volume considerável de impostos, que poderiam ser destinados ao setor público estadual” (COELHO, 2004), porém uma defesa do governo é que o valor que não é arrecadado soma apenas 14,7% do que a União gastou com o Fundo de Financiamento para Estudantes Universitários (FIES) apenas em 2004, (segundo o MEC para a Folha de São Paulo). A renúncia fiscal¹⁸ em 2005, segundo o governo, foi de 106.737.984 e em 2006, 264.637.566, embora não seja objetivo deste trabalho desenvolver o assunto.

Segundo o INEP, o Censo mais atual do ano de 2005 apresenta um número de matrículas no Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro de 511.656 (quinhentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e seis matrículas), sendo que 192.918 (cento e noventa e dois mil, novecentos e dezoito) são matrículas no interior do Estado.

Busca-se na pesquisa investigar, junto aos estudantes, o grau de satisfação deles com o Programa, as suas expectativas caso não estivessem inseridos, a opinião pessoal deles enquanto alunos, as tentativas de ingressarem em uma universidade pública, sobre a escolha da universidade, bem como críticas, elogios e contribuições. Investiga-se também acerca do quantitativo que é inserido nas IES pesquisadas e os que saem, observando os diversos motivos.

Neste sentido, uma das críticas ao PROUNI discutidas por Catani (2006), é que o Programa promove sim, uma política de acesso ao Ensino Superior, mas não

¹⁸ Fonte: Receita Federal- Demonstrativo dos Gastos governamentais Indiretos de Natureza Tributária- DGT 2006, de março/2008. Receita Federal-nota COPA/nº10,de02/03/2007.

se preocupa com a permanência do estudante no mesmo. O acesso ao PROUNI envolve baixo custo para o governo, pelo fato de o dinheiro não sair dos cofres públicos, mas, deixa de ser arrecadado, além de ter surgido a partir da necessidade de cumprir a meta do PNE¹⁹.

Carvalho e Lopreato (2005 p. 101) fazem uma análise do Programa em algumas áreas que nos interessam neste estudo. Nos anos 90, com a promulgação da LDBEN 9394/96, houve alteração na diferenciação das IES privadas. Até então, “todas as instituições particulares de ensino usufruíam imunidade tributária sobre a renda, os serviços e o patrimônio”. A partir da nova classificação em filantrópicas, comunitárias e confessionais, a última deixou de ser beneficiada com recursos públicos de forma direta e de maneira indireta da renúncia fiscal, enquanto as demais continuaram isentas de tributos. A intenção do governo seria incluir as classes menos favorecidas no ensino superior, mas o “discurso encobre a pressão das associações representativas dos interesses do segmento privado, justificada pelo alto grau de vagas ociosas”.

Estas vagas ociosas causam incertezas nas IES privadas e o Programa chega como uma esperança para estas IES que apresentam vagas excessivas. Entretanto, as IES mais beneficiadas são as com fins lucrativos, pois ficam isentas de todos os tributos que recolhiam em troca de um pequeno número de bolsas de estudo. Este é um dos motivos pelos quais algumas instituições filantrópicas buscaram se tornar com fins lucrativos, pois estas são favorecidas apenas com a isenção do Programa de Integração Social (PIS). O valor da renúncia dependerá do nível de adesão e do tipo de IES que vier a participar do Programa. Sendo assim, não é possível prever exatamente o valor da renúncia fiscal.

Estas vagas excessivas nas IES privadas surgem após a LDBEN 9394/96, com o surgimento de novos cursos e credenciamento de novas instituições. Na lei 9.870, de 23 de novembro de 1999, “o legislativo brasileiro ratificou a possibilidade das instituições educacionais operarem com fins lucrativos”. (RISTOF, 2006, p. 14).

Quanto às vagas públicas, o que preocupa não é a ausência de vagas, mas o crescimento do número de candidato/vaga, dificultando assim os que não estão bem preparados para um vestibular de alto nível em instituições públicas. O caráter social

¹⁹ PNE- Lei 10. 172/2001 que previa o aumento de matrículas de jovens de 18 a 24 anos em cursos superiores até 2010 para 30 % (CATANI, 2006).

também tem deixado dúvidas, pelo fato de os alunos necessitarem mais do que gratuidade, mas moradia estudantil, bolsas de pesquisa e outros, que somente a universidade pública pode no momento oferecer. (CARVALHO e LOPREATO, 2005).

Catani *et.all* (2006, p. 14) escrevem que “o Prouni promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência dos estudantes”. Esse fato é destacado porque o PL ao chegar ao Congresso sofreu muitas propostas de mudanças pelas IES privadas através de seus representantes como Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento do Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) e Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES). O PL chega a receber 292 propostas de emendas como dito acima, todas beneficiando as mantenedoras de IES privadas, chegando a adotar praticamente todas as propostas feitas.

Dentre as mudanças, está a sugestão das instituições filantrópicas em destinarem 20% de bolsas integrais gratuitas, a inclusão de bolsas parciais a ampliação da renda *per capita* e a exigência do processo seletivo após o ENEM.

A fiscalização da evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das IES privadas deverá ser realizada por um grupo interministerial²⁰, composto de um representante do MEC, um representante do Ministério da Fazenda e um representante do Ministério da Previdência Social. Foi criado então uma Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI (CONAP)²¹ que é um órgão colegiado com atribuições consultivas, vinculado à Secretaria de Educação Superior (SESu) com a função de interagir com a sociedade civil, recebendo queixas, denúncias, críticas e sugestões, além de propor a organização de comissões para acompanhamento local.

A comissão seria composta de 02 representantes do corpo discente nomeado pela União Nacional dos Estudantes (UNE); 02 estudantes do ensino médio público, designados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); 02 representantes do corpo docente das IES privadas designados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); 02 representantes

²⁰ Parágrafo único do Art. 16 da Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005.

²¹ Criado através da Portaria nº 301, de 30 de Janeiro de 2006, sendo nomeados os membros da comissão através da Portaria nº 941, de 27 de Abril de 2006.

dos dirigentes das IES privadas, designados pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e pelo Conselho de reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); 02 representantes da sociedade civil, designados pelo Ministro da Educação e 02 representantes do MEC, também designados pelo Ministro da Educação. A Comissão para acompanhamento local proposta não foi encontrada durante a pesquisa.

Segundo Catani, *et all* (2006, p. 6), a seleção interna da IES após a preseleção pelo PROUNI, permite modificações, como a redução da quantidade de bolsistas, visto que no processo de seleção interna alguns alunos não comparecem, outros perdem e outros, ainda, não se matriculam, permitindo “o estudante ser tratado como consumidor e não como cidadão”. A transformação de IES filantrópicas em IES com fins lucrativos reduz o número de bolsas para as que fizerem a opção, e reduz impostos, já que estas entidades são as mais beneficiadas com a isenção. Estas instituições, com fins lucrativos pagam mais impostos, mas também recebem maior isenção. O PROUNI começa a ser desfigurado com estas mudanças, constituindo-se em um Programa assistencialista que simplesmente concede acesso ao ensino superior. Outra crítica dos autores é que a permanência dos estudantes nas IES é responsabilidade individual dos mesmos, pois o papel do governo é apenas inseri-los. A ampliação da renda *per capita* para três salários mínimos foi devido ao receio de os estudantes com bolsas parciais não poderem cumprir os seus compromissos financeiros, e com isso haver evasão.

Esta pressão exercida pelas IES privadas na execução do PROUNI demonstra o quanto estas exercem papel fundamental na educação, seja pela força da pressão, seja pelo crescimento numérico.

De acordo com Ristof (2006), o crescimento do ensino superior tem relação estreita entre a educação e as regras do mercado. Com o surgimento do neoliberalismo, surge uma insegurança nas classes médias e nas classes mais desfavorecidas quanto à instabilidade do mundo do trabalho, permitindo com isso que estas duas classes buscassem um diploma superior. As IES privadas se apresentam em busca de bons negócios, oferecendo cursos rápidos e com baixo custo, principalmente os tecnológicos, a partir do ano 2000.

Este crescimento no ensino superior ocorreu mais nas IES privadas. Pela lei 9870 de 23 de novembro de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado na condição de mantenedoras de instituições que oferecem ensino superior poderão

assumir caráter comercial. Com o crescimento, esta permissão na lei permitiu as IES privadas operarem com fins lucrativos.

De acordo com a pesquisa acima, as IES privadas cresceram de 1996 a 2004 151,6%. Houve ainda uma centralização no sistema de ensino público, pois a União é quem exerce o controle sobre o ensino superior, inclusive, nas instituições privadas. E com o crescimento destas, houve pouco investimento nas públicas.

O estudo ainda mostra que a relação entre as vagas oferecidas na graduação presencial e os candidatos que disputam essas vagas, é que as vagas nas instituições públicas ficaram estagnadas. Isso demonstra o nível de ociosidade de vagas nas IES privadas, trazendo um desaquecimento em função de a oferta ser maior do que a procura.

Este pode ter sido um dos motivos para que o governo adotasse o PROUNI com tanta urgência a fim de beneficiar as IES privadas que apresentavam vagas ociosas, ao mesmo tempo em que vê o prazo se esgotando de inserir no ensino superior, até 2010, pelo menos 30% de jovens na faixa de 18 a 24 anos de acordo com o PNE.

3.2 - Caminhos percorridos na investigação

O município de Campos dos Goytacazes obteve crescimento de IES públicas e privadas a partir da segunda metade dos anos de 1990. A cidade tem atraído instituições presenciais e semipresenciais, pois além de grande concentração de cursos de ensino médio, são observadas ainda novas áreas de investimento na região, por exemplo, no setor petrolífero.

As primeiras faculdades, segundo Boldes (2005), se instalaram no município de Campos dos Goytacazes a partir de 1960. A Faculdade de Direito de Campos (FOC), foi criada em 1960; a Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC) em 1961; a Faculdade de Medicina de Campos (FMC) em 1967; a Faculdade de Odontologia de Campos (FOC) em 1972. A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi instalada em 1962; a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 1992; o Centro de Educação Tecnológica (CEFET-Campos) criou cursos superiores a partir do ano de 2000, sendo estas instituições federais. E a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, (UENF), foi fundada em 1993.

Boldes (2005) escreve que, na década de 1970, chega a Campos dos Goytacazes a primeira IES privada, a Universidade Cândido Mendes (UCAM), em

1976; seguindo-se a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) em 1996 e a Universidade Estácio de Sá (UNESA) em 1997. Após o ano de 2000 outras instituições de ensino superior foram criadas: o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM)²² em 2001 e o Instituto Superior de Tecnologia em Horticultura do município de Campos dos Goytacazes (IST)²³ em 2002, ambas instituições públicas; ademais do Instituto Superior de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA) em 2002 e a Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense (FACULTEC), criada em 2004, sendo estas instituições de caráter privado. Em 2004 é criado na cidade de Campos, o Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) que se originou da FOC, FDC e FAFIC.

Observa-se ainda a existência de IES privadas em nível semipresencial, ou a Distância (EAD) que apresentam um grande crescimento no município oferecendo cursos de licenciatura e formação profissional, atraindo assim estudantes de todas as faixas etárias, do Município e de municípios vizinhos. Estas IES não são de fácil localização, por estarem inseridas em instituições de ensino privadas com pouca divulgação, tendo sido localizadas duas, que terão seus nomes preservados por fazerem parte da pesquisa.

De acordo com Boldes (2005), o INEP/MEC do ano de 2002, posiciona o município de Campos dos Goytacazes em terceiro lugar no *ranking* do Estado do Rio de Janeiro referente a cursos de graduação e em quadragésimo no Brasil. Estes fatos permitem dimensionar o município como um importante centro de ensino superior.

Na busca por compreender o Ensino Superior em Campos dos Goytacazes, foi iniciado o pré-projeto com a intenção de verificar as diversas maneiras de ingresso ao Ensino Superior.

As quatro universidades públicas exigem ingresso através de vestibular: A UENF; o CEFET, o qual recebeu a partir de 2008 a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), que além de oferecer licenciaturas em várias áreas, ainda oferece Ensino Médio e Técnico; a UFF e a UFFRJ. As duas últimas oferecem apenas alguns cursos, por terem o *campus* central em outras cidades. Além das universidades públicas, existe a oferta de vagas

²² Foi criado através do Decreto 28.947 de 14 de Agosto de 2001.

²³ Foi criado através do Decreto 30.937 de 18 de Março de 2002.

nos institutos públicos citados, a saber, ISEPAM e IST, que também exigem ingresso através de vestibular.

Dentre as IES privadas, estão: UNIVERSO; UNESA; UCAM e o Centro Universitário Fluminense, além do Instituto Superior ISECENSA, citado acima. Estas são as principais IES privadas em modalidade presencial do município.

Nas IES privadas, os alunos podem ingressar através de diversas modalidades, desde o vestibular tradicional, acesso diferenciado, redação, acesso direto através do ENEM. São oferecidos diversos tipos de bolsas, tais como: 1) bolsas da prefeitura local 2) bolsas de prefeituras de municípios vizinhos, 3) bolsas da Petrobrás, 4) bolsas com valores menores oferecidas para funcionários públicos estaduais ou filhos e enteados destes, 5) bolsas da Marinha do Brasil, militares e familiares do Exército, Aeronáutica, 6) através do PROUNI, vinculado ao ENEM e outros. O acesso através do PROUNI vinculado ao ENEM teve início a partir de 2005, quando os estudantes puderam contar com esse tipo de acesso ao ensino superior. O PROUNI foi criado pelo governo Federal para facilitar o ingresso de estudantes carentes nas universidades privadas, o qual é o objeto de nossa pesquisa.

3.2.1- Iniciando a pesquisa e afinando os instrumentos

Na fase inicial, o objetivo da pesquisa seria verificar a entrada e permanência de alunos de baixa renda em IES privadas no período compreendido entre o 2º semestre de 2007 e o 1º semestre de 2008. Esta escolha tinha sido feita em função do acesso a informações como: as IES que ofereciam bolsas, o número de bolsas oferecidas, os cursos e outras informações, por estarem disponíveis no *site* do MEC apenas no período de inscrição para as bolsas, que ocorre antes do início de cada semestre, sendo após este período recolhidas. Em cada novo semestre, instituições variadas aderem ao Programa, vagas para novos cursos são oferecidas, causando grande dificuldade de acesso aos dados gerais, inclusive, das IES privadas que estavam no Programa e agora não fazem mais parte deste.

Apesar da posse dos dados iniciais a serem pesquisados, estes foram ampliados, incluindo na pesquisa todos os dados disponíveis, não obedecendo à previsão inicial, pelo fato de as IES fornecerem dados de todos os alunos do Programa desde o início de sua implantação, em 2005. Mas havendo suspeita de

que nem todos os dados seriam confiáveis, foi decidido que a maneira mais segura de verificá-los seria a pesquisa na própria instituição.

Os instrumentos selecionados para tal fim foram entrevistas, questionários e conversas informais. Segundo Brandão (2002, p. 28), “(...) a questão está em ser capaz de selecionar os instrumentos de pesquisa em consonância com os problemas que se deseja investigar”. Antes do início da pesquisa de campo, foi realizado um pré-teste do questionário com dois alunos do Programa, a fim de verificar a qualidade das perguntas contidas nele ainda em formação. Foram verificadas as falhas no instrumento de pesquisa, e refeito o que era importante para validar o trabalho.

Procedeu-se também à pesquisa documental realizada em documentos eletrônicos, tais como o *site* do PROUNI e de outras instituições, além de pesquisa bibliográfica em livros, artigos eletrônicos e leis, tais como a LDBEN, a Lei que instituiu o PROUNI, o Plano Nacional de Educação (PNE), a Constituição Federal, dentre outros. No presente texto, optamos por reproduzir as transcrições de pequenos textos, aqueles mais significativos para a pesquisa, seguindo ensinamentos de Brandão (2002, p. 41), quando escreve que: “a análise do material exige uma seleção permanente (...) conectada ao recorte da pesquisa; não se justifica, pois, a restituição da fala do entrevistado em sua integralidade”.

Para Bauer e Gaskell (2002, p. 64), a pesquisa qualitativa “se refere a entrevistas do tipo semiestruturadas”. Estas entrevistas se distinguem

da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas, e de outro lado, distingue-se da conversação continuada menos estruturada da observação participante. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 64).

A pesquisa ora apresentada foi predominantemente qualitativa, apesar de fornecer algumas tabelas e dados quantitativos. Os questionários apresentados continham perguntas fechadas, semifechadas e abertas. Não foi possível dar prevalência a uma pesquisa puramente quantitativa, em função dos dados nem sempre previsíveis de serem coletados, bem como o número pequeno de pesquisados. Os dados serão analisados no último capítulo do trabalho, bem como em outros capítulos da medida em que se fizer necessário.

3.2.2 - Tempo de coletar os dados

Segundo Brandão (2002, p. 42), “(...) o contexto em que se desenvolveu a pesquisa deve ser situado com precisão, quer do ponto de vista do seu próprio recorte, quer do ponto de vista de outras pesquisas”. O período abordado neste estudo inicia no 1º semestre de 2005, data do início do Programa, e encerra no final 1º semestre de 2008, não sendo possível fazer a verificação do 2º semestre, em função do tempo da pesquisa.

O trabalho de campo foi iniciado no mês de Março de 2007, a fim de que a pesquisa fosse realizada com um tempo suficiente para que todas as IES que fazem parte do Programa pudessem ser pesquisadas.

A pesquisa foi realizada em 02 universidades na modalidade a distância, que são semipresenciais, 02 universidades presenciais, além de outras três instituições de ensino superior. A metodologia constou de entrevistas com 07 alunos e 11 conversas informais (ver anexo 02), aplicação de questionário²⁴ com perguntas abertas, semifechadas e fechadas com 129 alunos bolsistas (anexo 03), entrevistas com 02 gestores de IES privadas que fazem parte do PROUNI (anexo 04) e entrevista com 01 gestor de IES privada que não faz mais parte do PROUNI (anexo 05). Os gestores que concederam as entrevistas assinaram uma autorização para que trechos destas pudessem ser utilizados neste trabalho (anexo 06).

De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p. 65),

a entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

As entrevistas com os gestores tiveram um tópico-guia²⁵, porém procederam sem rigor quanto à sequência dos tópicos, a fim de permitir liberdade para que os entrevistados expressassem suas idéias. Com os alunos, as entrevistas foram

²⁴ Os questionários foram separados em categorias, visto que segundo Brandão (2002, p. 39), tanto estes como entrevistas podem ser utilizados desta forma, pois podem auxiliar a consistência dos dados e potencializar a análise e interpretação dos mesmos.

²⁵ É um conjunto de títulos de parágrafos, que funciona como um lembrete para o entrevistador, quando der um “branco” durante a entrevista. Servirá como um sinal de que há uma agenda a seguir. (BAUER, 2002).

abertas, dando oportunidade para que eles expressassem livremente os seus pensamentos.

A princípio, todas as IES que estavam no Programa no período pesquisado foram selecionadas para a pesquisa, mas após os primeiros contatos com estas instituições, verificou-se que duas das que ofereciam bolsas, de acordo com dados fornecidos pelo *site*, não existiam e duas IES na modalidade presencial não quiseram fornecer os dados, sendo que uma delas não constava na lista oficial. Das IES presenciais, foram coletados dados de duas delas que também não estavam na listagem de instituições participantes do Programa.

Os números de questionários aplicados foram os seguintes: Na IES que se chamará de A foram aplicados 33 questionários (16% do total de bolsistas); na Universidade B, foram 51 questionários, (32% do total de bolsistas); na IES Y, de modalidade semipresencial foram 13 (55% do total de bolsistas); na X, também semipresencial foram 03 (76% do total de bolsistas); na L²⁶, foram 20 (44% do total de bolsistas); na M²⁷ foram 02 e na J²⁸ foram 07 (70% do total de bolsistas), conforme tabela 01 e 02, a seguir.

²⁶ Apesar de esta IES ser presencial, no momento ela possui apenas alguns alunos da 1ª turma, de 2005, pois não participa mais do Programa.

²⁷ Esta é uma IES presencial que também só possui alunos da 1ª turma, de 2005, pois também saiu do Programa, porém os responsáveis não quiseram fornecer os dados atuais. As duas pessoas pesquisadas foram localizadas fora da universidade.

²⁸ Esta IES atende alunos na área de saúde, e, apesar de ser presencial, só possui 10 alunos da turma inicial em 2005, pois também saiu do Programa, sendo localizados apenas 07 alunos.

IES PRESENCIAIS	ADERIU AO PROGRAMA	SAIU DO PROGRAMA	BOLSISTAS 2005 A 2008	BOLSISTAS ENTREVISTADOS	%
A	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	PERMANECE ATÉ A PRESENTE DATA	202	33	16
B	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	PERMANECE ATÉ A PRESENTE DATA	158	51	32
L	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	FINAL DO 1º SEM. 2005	46	20	44
M	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	FINAL DO 1º SEM. 2005	NÃO FORNECIDO	02	
J	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	FINAL DO 1º SEM. 2005	10	07	70
T	NÃO FORNECIDO	NÃO FORNECIDO	NÃO FORNECIDO	—	

Tabela 01- Referente à relação de IES presenciais com os respectivos números de vagas de bolsistas do PROUNI, número de bolsistas entrevistados e percentual.

IES A DISTÂNCIA	ADERIU AO PROGRAMA	SAIU DO PROGRAMA	BOLSISTAS 2005 A 2008	BOLSISTAS ENTREVISTADOS	%
X	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	PERMANECEM ATÉ A PRESENTE DATA	04	03	76
Y	INÍCIO DO 1º SEM. 2005	PERMANECEM ATÉ A PRESENTE DATA	24	13	55
W	NÃO FORNECIDO	NÃO FORNECIDO	NÃO FORNECIDO	—	
G	NÃO FORNECIDO	NÃO FORNECIDO	NÃO FORNECIDO	—	

Tabela 02- Referente à relação de IES a distância com os respectivos números de vagas de bolsistas do PROUNI, número de bolsistas entrevistados e percentual.

Entende-se que esta amostragem torna-se significativa para a pesquisa, pois representa alunos do PROUNI de várias IES privadas da cidade, ficando de fora 02 universidades, que não quiseram participar, e também pelo fato de as respostas aos

questionários de cada uma estarem dentro de um padrão em comum. As tabelas 01 e 02 mostram o número de alunos participantes de cada IES na modalidade presencial e na modalidade a distância respectivamente, que participam ou participaram do Programa desde a sua implantação, a partir do ano de 2005. Apesar do aspecto qualitativo predominante da pesquisa, “a incomensurabilidade das práticas sociais não significa, no entanto, que não se possa e deva tentar aproximações quantitativas dos fenômenos”. (BRANDÃO, 2002, p. 28).

Cada IES que oferecia vagas para o PROUNI recebeu visita a fim de fornecer os nomes dos alunos, os cursos e possíveis endereços, sendo que, este último dado não foi possível de ser obtido, o que foi bem compreendido. Não houve possibilidade de localizar os alunos fora da instituição, pois além dos endereços não terem sido fornecidos, a maioria deles trabalha durante o dia, ou mora em outro município, pelo que a pesquisa foi realizada dentro das instituições em horários de intervalo, o que muitas vezes provocava que os alunos deixassem de fazer outras atividades para atenderem à pesquisa, o que faziam na maioria das vezes com muito prazer. Ao serem informados que era uma pesquisa de um curso de mestrado da UENF, os alunos foram muito receptivos, e foi percebido ainda que se sentiram importantes por fazerem parte de uma pesquisa. Em todo o tempo em que o questionário foi aplicado, buscou-se um clima de respeito para com os alunos, deixando para outro dia o contato ao se perceber que a hora não era adequada, pois se entende que o pesquisador necessita ser uma pessoa agradável, e não inconveniente.

De acordo com Bogdan e Sari (1994, p. 48)

os investigadores qualitativos freqüentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência.

A presença constante no interior das IES, no local onde os alunos estudam, foi um dos elementos que ajudou no trabalho, mas por outro lado trouxe alguns prejuízos, como o tempo breve que alguns deles tinham para a coleta dos dados.

O contato com os alunos ocorreu após a autorização dada pelos responsáveis das IES, quando estes receberam pessoalmente todas as informações acerca da pesquisa, da garantia do sigilo do nome da IES e qualquer informação pessoal sobre os alunos. O contato com estes foi feito pessoal e individualmente por se entender

que este tipo de abordagem permite verificação dos dados coletados, além de possibilitar coletar outros dados que surgirem no momento. Os questionários foram aplicados nas IES concomitantemente, a fim de que o tempo estabelecido para o trabalho de campo fosse suficiente para atender a todos.

Os dados coletados em tais como cursos, (motivo de suspensão de bolsas, total de alunos matriculados em cada semestre, e número de bolsistas atuais) foram fornecidos por documentos das duas maiores IES presenciais. Outros dados referentes aos alunos foram fornecidos pelos próprios. Isto equivale dizer que os dados demonstrados foram apenas os coletados com fonte segura e os fornecidos pelos pesquisados.

Os alunos foram selecionados de maneira aleatória dependendo da disponibilidade deles em responder o questionário, de serem localizados em sala de aula ou na própria IES. Os cursos selecionados ficaram condicionados aos alunos pesquisados, apesar de haver um empenho em se ter uma amostra satisfatória do maior número de cursos possível, o que nem sempre é conseguido.

Foi buscado, em duas ocasiões, contato através de e-mail com o PROUNI, pedindo o envio de dados, como quantas universidades no município estavam inseridas no Programa, e o número de alunos do município de Campos. A resposta através de e-mail (anexo 07) foi que os dados eram os que estavam no *site*, não sendo assim fornecidos dados novos, além de não serem condizentes com a realidade do Programa no município.

Há ciência de que o número de alunos entrevistados e as questões levantadas nos questionários não respondem a todas as perguntas e questionamentos feitos acerca do PROUNI no município de Campos dos Goytacazes, mas certamente podem fornecer alguns subsídios para a continuação da pesquisa, através do levantamento e/ou aprofundamento das questões ou mesmo de outros questionamentos.

3.2.3 - O trabalho de campo com os bolsistas PROUNI

Em função da permanência de 05 meses no interior das instituições pesquisadas, outros dados puderam ser coletados, como o espaço físico, o comprometimento das IES com os seus alunos, e outras observações que trouxeram enriquecimento à pesquisa, e até mesmo confirmando o que era revelado pelos que estavam sendo pesquisados. Segundo Brandão (2002, p. 40),

[...] a flexibilidade sempre reclamada para as entrevistas (não-estruturadas) não tem nada a ver com uma conversa. A entrevista é *trabalho*, reclamando uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado, os encadeamentos, as indecisões, contradições, as expressões, os gestos [...].

Foi a partir deste contato permanente com os alunos que nasceram as conversas informais apresentadas no decorrer da análise dos dados, assim como as percepções a respeito das IES e de seus alunos. Apesar de haver um número de conversas informais maior do que o apresentado, as que constam na pesquisa foram consideradas as mais relevantes.

Os alunos foram muito receptivos no contato inicial. Perguntas foram respondidas tais como: “De que maneira os dados serão utilizados?” “É necessário o nome no questionário?” (Foi esclarecido que o nome no questionário se devia ao fato de que seria usado somente para facilitar um futuro contato, caso necessário, mas que seria preservado, assim como os nomes das universidades pesquisadas). Alguns alunos, principalmente das IES semipresenciais, demonstraram algumas dificuldades de compreensão, apesar das perguntas serem de linguagem bastante simples; outros demonstraram certa desconfiança inicial, o que logo foi dissipado com a garantia de sigilo, o que permitiu conversa informal com eles.

Durante o preenchimento dos questionários, em alguns momentos, colegas dos alunos que estavam sendo pesquisados, e até os próprios, se aproximavam desejando saber sobre a pesquisa e buscando informações do pesquisador tais como: como conseguir uma bolsa do PROUNI ou mesmo da prefeitura, como poderiam cursar uma pós-graduação e várias perguntas relacionadas aos cursos da UENF, sendo necessário esclarecimentos sobre o papel do pesquisador, que não tem por função a divulgação do Programa em questão, sempre sendo buscado um equilíbrio entre firmeza e respeito pelas perguntas que os alunos faziam, pois “*empatia, engajamento mútuo* (pesquisador e pesquisado) e, *objeto de pesquisa*, são elementos da triangulação fundamental para a conclusão do processo”. (BRANDÃO, 2002, p. 40).

Pelo fato de ter sido realizado contato pessoal com os alunos pela pesquisadora, acredita-se na confiabilidade dos dados oferecidos por eles, pois

todos os alunos demonstraram respeito pela pesquisa, até com muito cuidado para não errarem ao preencherem os questionários, e quando isso ocorria ficavam preocupados.

Em cada visita feita, havia o cuidado de registrar as notas de campo, sendo possível observar as diferenças em cada IES e dos alunos também, como as relações destes com o curso, em função do horário do mesmo. Os alunos do turno da manhã foram mais receptivos, se oferecendo inclusive para buscarem outros alunos do Programa em suas salas, e indicando os dias em que alguns alunos assistiam determinadas disciplinas. Porém, no turno da noite, os alunos mal se conheciam, faziam disciplinas em períodos diversos, e não sabiam os nomes dos colegas, além de demonstrarem menos interesse pela pesquisa.

3.2.4 - Narração das visitas às IES na modalidade presencial

As visitas nas IES na modalidade presencial e na modalidade a distância que fizeram parte da pesquisa serão narradas respectivamente. A primeira visita foi na universidade B, no dia 26 de Março de 2008, quando foi apresentada, como também nas demais, uma carta de apresentação da UENF assinada pela orientadora, professora Sílvia Alcília Martínez. A carta foi encaminhada ao diretor com autorização para o início da pesquisa. A coordenadora pedagógica foi procurada, a qual encaminhou a uma sala onde duas funcionárias tratam especificamente do PROUNI, cuidando de dados cadastrais, e também fazendo entrevistas com os alunos que são selecionados, conferindo os documentos, e cuidando de todos os assuntos relacionados a eles junto ao PROUNI dentro da universidade. Foi explicado o teor da pesquisa, sobre a descrição dos dados coletados e da identidade da universidade.

Apesar da autorização para iniciar, não foi concedida a permissão para acesso ao endereço dos estudantes, ocasião quando foi pedida a listagem dos alunos do Programa a fim de identificá-los através dos cursos. Após esta primeira visita, muitas se seguiram, até que fossem iniciados efetivamente os contatos com os alunos. Foram aproximadamente três meses e alguns dias para aplicar os questionários nesta IES.

Apesar da informação sobre os cursos dos alunos, não era possível localizá-los, mas havia a informação de que eles eram em torno de 171. Durante o período de contato com os alunos, foi feito plantão todos os dias, esperando pelos mesmos. Aos ser percebida a necessidade de um grande número de alunos para

responderem o questionário, a funcionária responsável prontificou-se a chamar os alunos no horário do intervalo para que eles viessem à sua sala a fim de que fosse apresentada a elas a proposta da pesquisa.

Além do contato com os alunos, em função da presença constante da pesquisadora na universidade, professores e funcionários já a reconheciam e cumprimentavam. Foi então fornecido pela funcionária, um relatório que tinha quase todos os dados necessários, como quantos entraram, quantos saíram, quantos estavam ativos, e até as justificativas, ainda que reduzidas, dos que desistiram ou foram reprovados pela instituição, os cursos, e outros dados que estarão presentes na apresentação dos mesmos.

Nesta IES presencial, uma observação feita foi o perfil bem semelhante dos alunos. Eles demonstravam muito interesse e atenção com a pesquisa. Apesar da boa recepção, houve cuidado para não interferir nas respostas dadas, mas deixar que cada um deles escrevesse livremente. Foi observado ainda que a maioria dos alunos antes de responder, folheava o questionário a fim de verificar o número de páginas. Isto demonstra que um questionário muito extenso pode não ser adequado para pesquisa, visto que as pessoas nem sempre dispõem de tempo suficiente para tal.

Na universidade A, na modalidade presencial, estava sendo aguardada a autorização para a pesquisa. Foi então comunicado por uma funcionária à pesquisadora, que o *site* do PROUNI estava com problemas, e que os dados não poderiam ser fornecidos no momento, apesar de já ter sido autorizado pelo diretor da mesma. A estratégia buscada então foi, mesmo sem conseguir a listagem dos alunos, iniciar os contatos, pois esta era a maior IES e com o maior número de alunos do Programa, de maneira que não poderia ficar fora da pesquisa.

Em função da proximidade do período de férias, a pesquisa foi iniciada nesta IES mesmo sem a listagem dos alunos. Os contatos eram feitos pessoalmente, nos corredores, no pátio, nas salas de aula, do tipo "bola-de-neve", quando através de um aluno, outro era contactado. A frequência a esta universidade foi intensa e nos dois períodos, a saber, no turno da manhã e no turno da noite.

Após vários dias, foi fornecida a listagem desta IES, contendo 271 alunos que foram inseridos no Programa, e também os alunos que desistiram por motivos diversos, como também os que perderam as bolsas por reprovação em algum semestre. A listagem ajudou pouco no processo de aplicação de questionários, pois

tinha somente os cursos, mas não os períodos, e, com isso o tempo "gasto" era muito grande, buscando a localização das salas dos cursos. Quando as provas começaram, a aplicação dos questionários também foi encerrada, pois, os alunos estavam com pouca disposição em atender qualquer solicitação naquele momento.

3.2.5 - Narração das visitas às IES na modalidade a distância

As universidades a distância, serão chamadas de universidade X, a primeira e universidade Y a segunda. As duas universidades funcionam nas dependências de instituições privadas, na parte central da cidade, às quais oferecem toda a Educação Básica.

Vários contatos por telefone e também pessoalmente foram feitos com a instituição X, no entanto, o contato com os alunos demorou muito a ser iniciado. Várias visitas foram necessárias para o contato com os alunos, pois por ser semipresencial os alunos frequentam apenas uma vez por semana, e em algumas visitas feitas alguns deles não estavam presentes, ou estavam fazendo provas ou em tele-conferência. Nesta universidade, há apenas 04 alunos do Programa, mas somente 03 destes foram localizados e, apesar de ser um número pequeno, é bem significativo pelo quantitativo de alunos nesta instituição. O clima em sala de aula mostrou-se sempre muito descontraído, os tutores/monitores com grande interesse pelos alunos; e do corredor, durante o tempo de espera, era possível ouvir discussões em aulas, e a busca em entender os assuntos apresentados na atualidade.

Esta IES foi a que recebeu maior número de visitas até o contato com os alunos. Foi observado bem de perto o funcionamento desta, apesar de não ter sido o objetivo inicial. As provas são enviadas para o e-mail de um funcionário e em determinado dia todos a realizam. Os alunos demonstram levar o estudo bem a sério, apesar das faltas. Eles têm uma salinha para estudos e podem usar sempre que necessário. Existe um tutor/monitor para cada disciplina, e a própria funcionária é aluna de um dos cursos.

A outra universidade semipresencial será chamada de Y. A recepção foi muito boa, e esta foi a primeira que forneceu uma lista com nomes dos alunos, período, curso e os dias da semana em que eles comparecem ao local. O funcionário responsável tinha tentado o mestrado na UENF, e segundo ele, conhecia o grau de exigência do curso, e resolveu ajudar na pesquisa no que fosse possível.

Ao todo, a universidade abriga 25 alunos do PROUNI, entre cursos de pedagogia (11), Letras (01), Serviço Social (06), Técnico de Administração em Pequenas e Médias Empresas (01) e Técnico em Gestão e Recursos Humanos (05). Os contatos foram iniciados no dia 05/05/08, quando foram aplicados os primeiros questionários. No primeiro dia, foram preenchidos quatro questionários com alunos do curso de Serviço Social.

Muitas visitas foram feitas também a esta IES, pois os alunos estavam distribuídos em todos os dias da semana e em muitos horários diferentes. Os questionários foram aplicados em mais de 50% dos alunos do Programa nesta instituição.

Pôde ser observada nesta instituição, a seriedade com que funcionários e alunos assumem a educação. Uma dificuldade encontrada como em todas as IES foi o fator tempo. A maioria dos alunos reside em outro município, e o horário para as entrevistas e aplicação dos questionários era durante o intervalo, que era o único tempo que eles tinham para outras atividades. Esta IES tem um número bem significativo de alunos, não só do Programa, mas também particulares. Vários alunos se aproximavam dizendo: "*Infelizmente eu não faço parte do PROUNI*".

Em contato com uma aluna desta IES semipresencial que residia no Estado do Espírito Santo, aconteceu um encontro bem especial, quando ela, chorando, começou a contar a sua trajetória até chegar ali, da morte de seus pais e esposo e como era o seu sonho terminar o curso, no caso Serviço Social para exercer a profissão dos seus sonhos. Pode ser percebido que para alguns alunos de IES semipresenciais ter um curso superior é muito importante.

3.2.6 - Descobrimo as IES que não farão parte da pesquisa

Muitas incursões foram feitas às universidades inseridas no PROUNI. Foi descoberto que duas na modalidade a distância, que constavam no *site* do PROUNI, não existem. Uma delas tinha o nome do bairro, o nome da rua, mas não tinha o número do prédio. Ao ser procurado o endereço no dia 07/04/08, foi localizada uma extensa rua, sendo observado um prédio no final da mesma, o único que poderia indicar a presença de alguma instituição. Ao serem buscadas informações, foi dito por um funcionário que ali funcionava uma igreja, e que há alguns anos tinha uma "escola", mas que não funcionava mais. Ao ser perguntado sobre o curso, ele disse que era um curso sobre negócios imobiliários. Foi fornecido um telefone, da matriz

em Guarus, mas o contato com a pessoa responsável não foi possível. De acordo com o *site* do PROUNI, esta universidade oferecia 02 bolsas para o "Curso Superior de tecnologia em Negócios Imobiliários", mas não estava em funcionamento havia alguns anos, apesar de estar oferecendo bolsas do PROUNI.

Em uma outra universidade foi feito contato por telefone a fim de agendar a visita. No endereço indicado, funcionava uma escola privada de Ensino Médio e pré-vestibular. A informação recebida foi que eles usam um programa de São Paulo, com o nome da universidade que estava oferecendo as bolsas, mas que lá não funcionava nenhuma universidade. De acordo com o *site* do PROUNI, esta universidade oferecia 10 bolsas, para os seguintes cursos: Administração; Ciências Contábeis; Letras, com habilitação em Português e Inglês; Letras, com habilitação em Português, Espanhol e Pedagogia. Portanto, estas duas IES a distância não farão parte da pesquisa por não existirem.

Uma outra universidade presencial também não fará parte da pesquisa. É uma IES que oferece cursos na área tecnológica. Após vários contatos, a pessoa responsável pelo Programa falou sobre a impossibilidade da visita para a pesquisa, visto que eles estavam de mudança de local e as coisas estavam um pouco desarrumadas, e disse que responderia o que pudesse através de e-mail. Apesar de não ser este o objetivo, foi aceita a proposta em enviar algumas perguntas básicas por e-mail, além da solicitação do número de alunos, cursos e outros. Após vários dias, a funcionária enviou a resposta às perguntas através de um e-mail (anexo 08). Infelizmente não foi possível usar as informações dadas, por serem muito sucintas. O e-mail foi respondido com agradecimento, mas dizendo que os dados eram insuficientes para a pesquisa. Contudo, uma informação dada por telefone foi muito importante. Esta universidade foi a que mais ofereceu bolsas em 2007 e 2008. Foram 64 bolsas no 2º semestre/2007 e 64 no 1º semestre/2008. No entanto, a funcionária disse que eles só têm 03 turmas funcionando, pois a Prefeitura de Campos não concedeu bolsas de estudos, e muitos alunos não renovaram suas matrículas. Logo, concluiu-se que, ou houve um grande número de bolsas que não foram usadas, ou os alunos que frequentam são apenas os do Programa, não sendo possível saber a verdade sobre os fatos.

3.2.7 - As IES que farão parte da pesquisa sem que houvessem sido planejadas

Determinada instituição foi localizada sem ter sido feito um planejamento sobre ela, pois não constava da lista de instituições que estavam inseridas no Programa. Através de um aluno, foi fornecido um dado de que nesta instituição havia também alunos do PROUNI. Ao conferir, foi observado que existem alguns alunos da primeira turma do primeiro ano, pois a instituição não está mais vinculada ao Programa. Esta IES será chamada de L. O vice-diretor foi procurado, o qual atendeu às solicitações em fornecer os nomes dos alunos e seus respectivos cursos, sendo fornecida imediatamente uma lista com estes dados e a permissão para execução da pesquisa.

A funcionária forneceu a listagem com 81 alunos, distribuídos em 06 cursos, a saber: Arquitetura, Artes Visuais, Comunicação Social, História, Letras e Matemática, com os valores que cada um deles pagava, com os cursos que frequentavam e com o tipo de bolsa que tinham, ou seja, 50% ou 100%. A pesquisa foi iniciada nesta instituição no dia seguinte, a saber, 12 de Junho de 2008 e em todos os turnos, a fim de que as salas e os alunos fossem localizados com ajuda de outros alunos da instituição, pois na listagem não estavam especificados os períodos dos alunos e nem os turnos. No intervalo, os alunos localizados eram contactados e a pesquisa foi realizada nesta IES com quase 50% dos alunos do Programa, além de conversas informais com alguns deles.

Durante o processo de visitas outra IES, que será denominada J, que em princípio não estava na listagem do Programa, foi indicada por outros alunos, como tendo bolsistas do PROUNI. Era uma faculdade na área da saúde que possuía alguns bolsistas. Na visita à universidade, a qual será chamada de J, foi também apresentada a carta de recomendação da pesquisa, onde o atendimento foi o melhor de todos. Funcionários como secretária, tesoureiro e os próprios alunos, mostraram se sentir honrados por fazerem parte de uma pesquisa da UENF. Havia apenas 10 alunos bolsistas nesta IES, dos quais, 07 foram localizados para participarem da pesquisa. As vagas foram oferecidas apenas no primeiro semestre de 2005, data em que o Programa iniciou, e todos os alunos que disseram acreditar no Programa receberam bolsas de 50% e 100% de acordo com a renda *per capita*.

Houve informação de que havia alunos bolsistas do PROUNI em uma outra faculdade, e, apesar de não ter o nome desta instituição na lista do PROUNI, o

contato foi feito. No entanto, não houve interesse do diretor, nem do funcionário responsável em fornecer as informações. Logo, esta IES tem apenas dois alunos que fazem parte da pesquisa, localizados em outros contatos e não dentro da instituição. Esta universidade será chamada de M.

3.2.8 - Tempo de encerrar o trabalho de campo

Estas experiências mostraram que um campo de pesquisa nem sempre é o que parece ser. Ele guarda muitas surpresas para todo pesquisador que se atrever a ir além dos dados iniciais que tem, e que não teme ter que mudar o seu projeto inicial por outro mais consistente e real. Foi um período de muito aprendizado sobre pesquisa.

Apesar da intenção da pesquisadora em aplicar os questionários com pelo menos a metade dos alunos em cada IES, devido ao grande tempo gasto para iniciar, devido ao início das férias dos alunos que se aproximava, a concentração destes com as provas que iniciaram, e do uso do intervalo que estes faziam para estudos em grupo para as provas e trabalhos finais, a pesquisa foi encerrada com 129 questionários, 07 entrevistas 11 conversas informais, como dito anteriormente. Segundo Bauer e Gaskell (2000, p. 70).

um ponto-chave que se deve ter em mente é que, permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada.

Para os autores citados acima, há um número limitado de versões da realidade. Mesmo que as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, estas não surgem de mentes individuais, mas são resultados de processos sociais. Por isso, a pesquisa pode ser encerrada quando se percebe que as respostas estão ficando parecidas, atingindo um grau de saturação, e na continuidade não haverá dados novos. O que estava sendo buscado foi conseguido com o número de questionários e entrevistas realizados.

4- APRESENTANDO OS DADOS: UM POUCO DA REALIDADE DO BOLSISTA PROUNI

De acordo com o IBGE, dados de 2005, o Ensino Superior em Campos dos Goytacazes teve 22.336 matrículas. Destas, 1982 são estaduais, 1975 são federais e 18.379 são de Universidades privadas. Este número de matrículas de IES privadas é geral, ou seja, engloba instituições que fazem parte do PROUNI e as que não fazem parte dele. A partir destes dados, buscou-se verificar os números de alunos matriculados em instituições privadas que cursam o ensino superior através do PROUNI.

Apenas duas universidades forneceram dados completos dos alunos, mas entende-se serem estes representativos, pois são das duas maiores IES pesquisadas. A tabela abaixo demonstra que nas duas maiores IES privadas que oferecem bolsas do PROUNI, no período compreendido entre o 1º semestre de 2005 e 1º semestre de 2008, 379 bolsas estão em utilização.

ANO	BOLSA INTEGRAL			BOLSA PARCIAL		
	INICIAL	UTILIZAÇÃO	SUSPENSAS	INICIAL	UTILIZAÇÃO	SUSPENSAS
2005	94	61	33	48	25	23
2006	175	126	49	01	01	—
2007	145	108	37	—	—	—
2008 (relativo ao primeiro semestre)	58	58	—	—	—	—
TOTAL	472	353	119	49	26	23

Tabela 03- Relação de bolsistas atuais do PROUNI nas duas maiores IES presenciais privadas, por ano, e discriminadas por tipo de bolsa, de acordo com dados fornecidos pelas mesmas.

De acordo com a tabela 03, o número de bolsas parciais sempre foi menor, mas no decorrer dos semestres foi reduzindo até chegar a zero. Este é um fator desconhecido pelas pessoas entrevistadas e também pela pesquisa realizada. Pelo número apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de matrículas em instituições privadas, entende-se que o número de bolsistas PROUNI poderia ser maior.

Quanto a este fato, de acordo com entrevista realizada com um dos gestores de IES privadas, o governo federal não executa nenhuma fiscalização nas IES a fim de verificar o número de matrículas novas a cada semestre. A instituição tem como meta oferecer bolsas do PROUNI a 10% (dez por cento) do total de alunos novos, matriculados, excluindo os que já possuem bolsas do PROUNI ou outros tipos de bolsas. Segundo o gestor L., da IES B, *“não tem como a gente ler todas as regras do Programa. O Governo burocratiza muito. Uma lei com poucos artigos atenderia, mas com tantas instruções não tem como a gente ler tudo...”*. Buscou-se também verificar como as vagas são disponibilizadas para a instituição, porém os dirigentes das IES do município de Campos dos Goytacazes recebem de suas mantenedoras o número de vagas que deve ser oferecido, não participando diretamente desta etapa.

Faz-se necessária a pergunta sobre quem realmente é beneficiado com o Programa. Caso a intenção do governo federal seja aumentar o número de vagas para os jovens brasileiros, um dos primeiros passos seria melhorar a qualidade da educação básica, a fim de os alunos poderem concorrer às vagas das universidades públicas com aqueles que concluem a educação básica em instituições privadas. Em relação ao PROUNI, os alunos que obtêm uma boa nota no ENEM são os que conseguem uma das poucas bolsas oferecidas pelo Programa, sendo assim um Programa ainda excludente.

Santos (2005), ao falar da crise da universidade pública brasileira, comenta que enquanto a universidade era um bem público que competia ao Estado, essa dependência não trouxe grandes problemas, mas a partir do momento em que o Estado reduziu o seu papel com a educação, especificamente com a universidade, transformando-a em um bem público, mas não assegurado pelo Estado, a crise se instalou na universidade pública brasileira.

Isso fica bem claro na realidade atual, quando o Estado não oferece vagas suficientes ao número de alunos que concluem o ensino médio, oferecendo um

Programa que também não supre as necessidades da população que busca o ensino superior.

Quando o Estado estabelece um percentual de bolsas oferecido pelas IES privadas, de acordo com o número de matrículas destas, ele, o Estado simplesmente se desincumbe do seu papel, ou seja, se não há mais vagas disponíveis, é porque as universidades não oferecem, pois o governo cumpre o seu papel na redução de impostos. Quando o número de vagas aumenta pode ser um indício não de melhoria de vida da população, mas de um grande esforço de alunos de baixa renda para pagarem uma instituição privada. Por fim, o esforço de alguns facilita a inserção de outros no ensino superior.

Quando o Programa estipula o número de bolsas por alunos pagantes, significa que todos os outros tipos de bolsas para inserção no ensino superior são excluídos, tornando assim um bom negócio para as instituições um grande número de bolsas de outras modalidades, pois a IES continua a receber a isenção de impostos, sem necessitar aumentar o número de vagas.

A tabela 4 oferece os dados totais de bolsistas do PROUNI nas duas maiores IES de Campos dos Goytacazes, fornecidos pelas próprias instituições. Nota-se que o número de bolsas suspensas é bem grande, quase 28%. Não foi possível aferir os motivos discriminados pelos quais os alunos tiveram bolsas suspensas, por não serem fornecidos os endereços ou telefones dos mesmos, mas somente os motivos gerais fornecidos pelas instituições. Um dos poucos contatos conseguidos foi com a aluna N. IES presencial B, que desistiu do curso, dando a justificativa de não ter se ajustado ao curso escolhido, a saber, Engenharia de Produção, desistindo assim da bolsa e se matriculando em um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Outro caso foi narrado por uma das funcionárias responsáveis pelas bolsas da IES B, a respeito de uma aluna do interior do município de São João da Barra, que era de uma família muito pobre. Tendo conseguido a bolsa através do ENEM, matriculou-se na IES presencial, porém sentiu dificuldades na assimilação dos conteúdos do curso citado, segundo a funcionária, por ter estudado em uma escola pública, além de não possuir recursos para transporte, material didático, xerox e outros, a fim de frequentar a universidade com regularidade, tendo assim sido reprovada em um semestre e por isso eliminada do Programa. Os motivos gerais da suspensão das bolsas encontram-se na tabela 5.

Anos	TOTAL DE BOLSAS INICIAIS	TOTAL DE BOLSAS EM UTILIZAÇÃO	TOTAL DE BOLSAS SUSPENSAS
2005 a 2008	521	379	142

Tabela 04- Relação de bolsistas atuais do PROUNI nas duas maiores IES privadas, por ano e discriminadas por tipo de bolsa.

A tabela 05 apresenta dados a respeito dos principais motivos de suspensão das bolsas apresentadas na tabela 3. Estes dados foram fornecidos pelas próprias IES em relatório digitalizado. O motivo trancamento não traz nenhuma observação.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE SUSPENSÃO DAS BOLSAS	TRANCAMENTO	RENDIMENTO INSUFICIENTE	SOLICITAÇÃO DO BOLSISTA OU EVASÃO	RECEBEU A BOLSA, MAS NUNCA SE MATRICULOU
	28	31	39	28

Tabela 05- Principais motivos de suspensão de bolsas do PROUNI nas duas maiores IES privadas.

O gráfico 01 e o gráfico 02 demonstram os dados apresentados nas tabelas acima, facilitando a visualização dos dados apresentados.

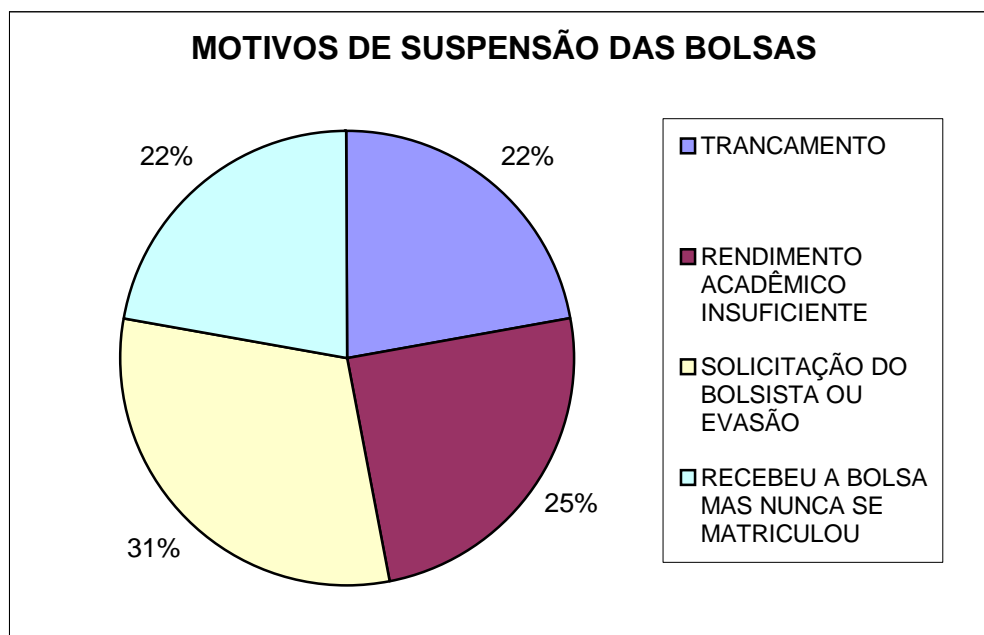


Gráfico 01- Gráfico referente a motivos de suspensão de bolsas nas duas maiores IES presenciais privadas, a partir de dados fornecidos pelas mesmas.

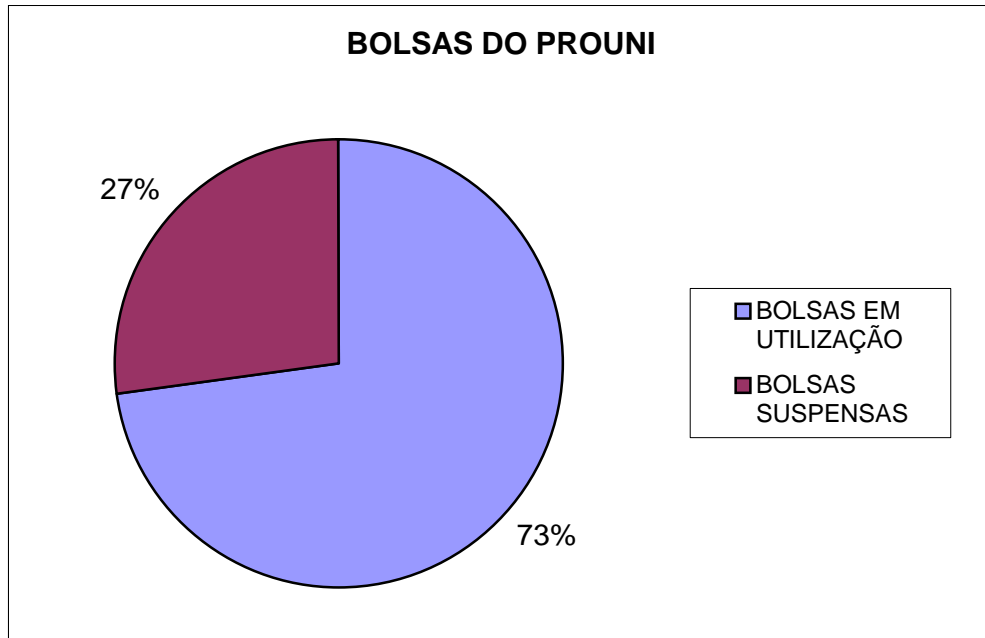


Gráfico 02- Gráfico referente ao total de bolsas do PROUNI nas duas maiores IES presenciais privadas através de dados fornecidos pelas mesmas

O perfil dos alunos entrevistados foi separado, associando os dados das IES presenciais e das IES a distância. Os gráficos indicam o perfil dos alunos pesquisados e não de todos os alunos que fazem parte do Programa nas IES.

Nas IES presenciais o número de alunos do sexo feminino é maior do que os do sexo masculino (64%, contra 36%), e nas IES a distância, a diferença entre eles é maior (75% contra 25%), conforme gráficos 3 e 4 respectivamente. Em conversa com alunas de IES a distância ficou perceptível a vontade das mesmas em retomar os estudos e recuperar o tempo perdido. Pode-se entender que a mulher de maior idade tem buscado reconquistar o seu espaço no mundo do trabalho. Esta afirmação é feita baseada na faixa etária de alunos das IES presenciais e das IES a distância.

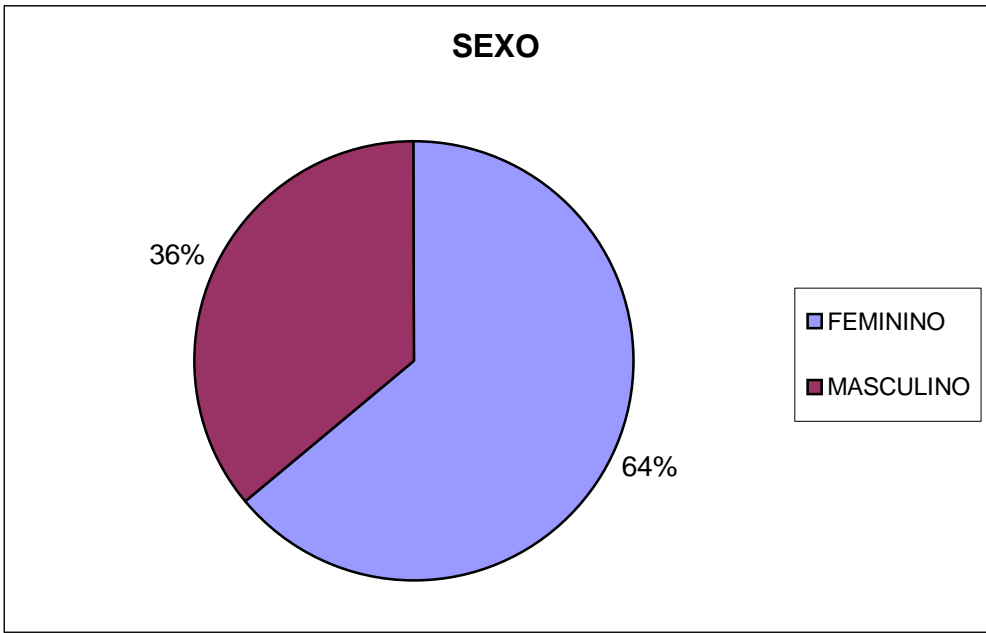


Gráfico 3- Gráfico referente ao perfil dos alunos das IES presenciais privadas.

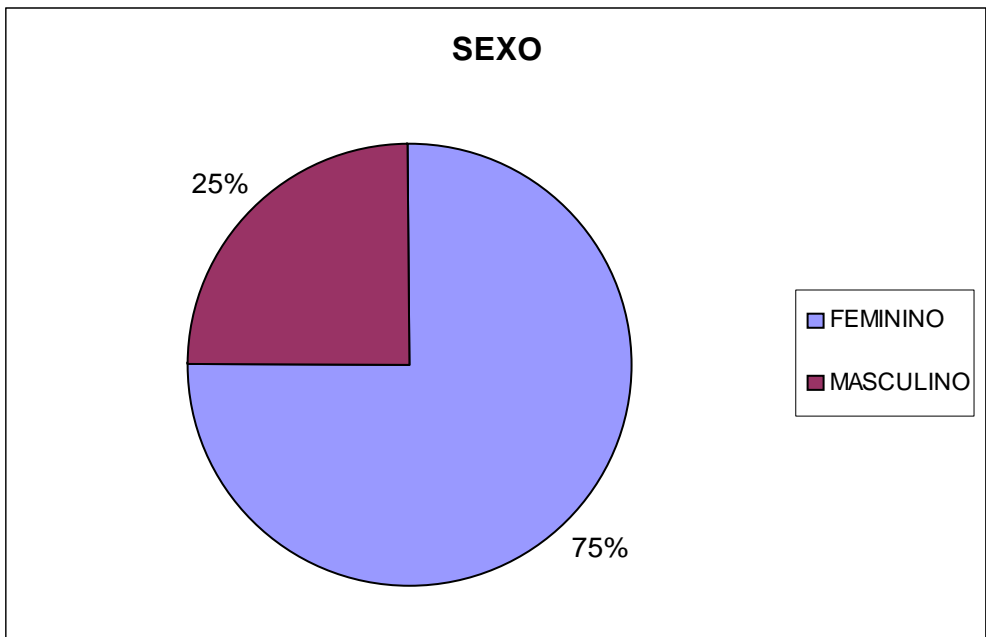


Gráfico 4- Gráfico referente ao perfil dos alunos das IES a distância privadas.

A idade também foi um fator investigado. Conforme o gráfico 05, a faixa etária das IES presenciais variou entre 19 e 39 anos. No entanto, as idades com maior índice de matrícula foram 20 e 21 anos, e não 18 e 19, idade em que se espera que o aluno já tivesse concluído o Ensino Médio. Este pequeno atraso em o aluno entrar no Ensino Superior pode ter estreita relação entre a quantidade de vezes em que tentou o vestibular para entrar em uma universidade pública. Entre 25 anos e 39 anos, os números são bem pequenos de alunos inseridos no PROUNI em IES presenciais. A pesquisa demonstra, ainda, que os jovens entre 18 e 22 anos estão buscando com mais incidência o Ensino Superior.

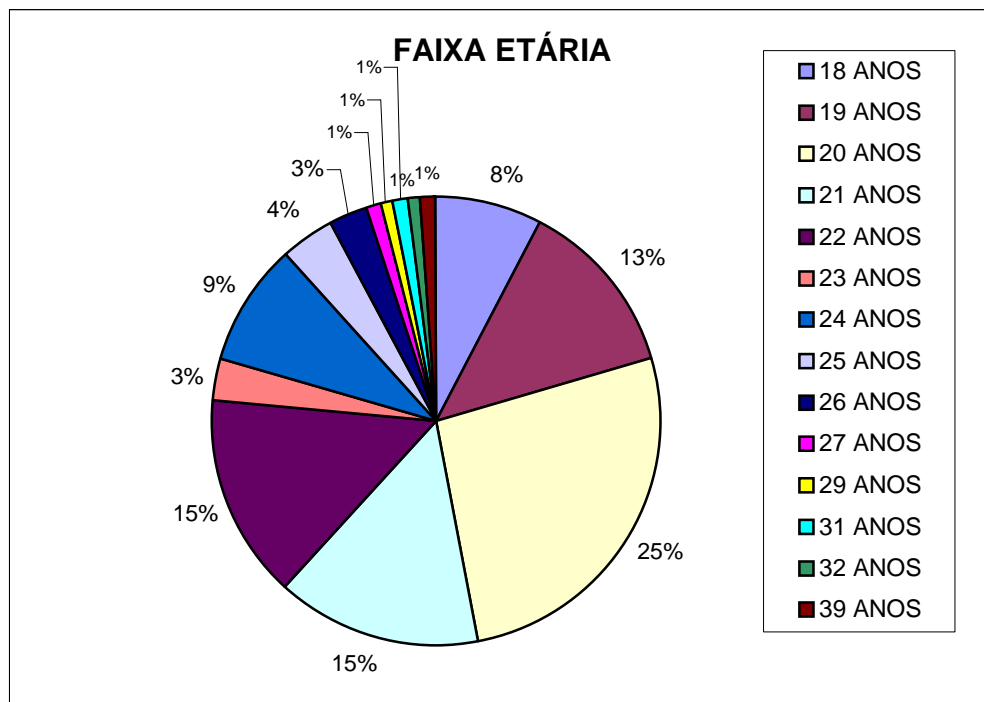


Gráfico 05- Gráfico referente à faixa etária dos alunos bolsistas do PROUNI das IES presenciais privadas.

O PNE prevê até 2010 inserir nas universidades pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos. De acordo com o gráfico 05, esta é a faixa etária em que há mais jovens matriculados, principalmente nas instituições presenciais, porém de acordo com Ristof (2006, p. 19),

a taxa de escolarização bruta em 2004, era de 18,6% e a líquida de, apenas, 10,5%. Isso quer dizer que, no primeiro caso, todos os alunos matriculados na educação superior equivalem a 18,6% dos brasileiros que estão na faixa etária de 18 a 24 anos. No segundo caso, ou taxa líquida, tem-se que os jovens entre 18 e 24 anos que freqüentam a educação superior equivalem a apenas 10,5% de todos os brasileiros que estão nessa faixa etária (18-24 anos).

Entende-se que ainda existe um grande caminho a ser percorrido para que esta meta seja alcançada até 2010. Contudo, o governo tem a seu favor a criação do REUNI, criado em 24 de abril de 2007, através do decreto 6.096. Este Programa pretende aproveitar a estrutura física e os recursos humanos já existentes nas universidades federais a fim de reduzir as taxas de evasão, ocupar as vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso especialmente no curso noturno.

Nas IES a distância, o maior número de alunos matriculados é na faixa etária de 23 anos (6%, conforme o gráfico 06), sendo as demais idades distribuídas de forma bem semelhante. São jovens e adultos oriundos da própria cidade e de outros Estados, principalmente do Espírito Santo que, em conversas informais enquanto os questionários eram preenchidos, deram algumas justificativas para estarem em uma IES a distância ou em outra cidade, como: *“Eu estou aqui porque não preciso frequentar a faculdade todos os dias e porque fica pertinho da minha casa”*. (Conversa informal 01, em 10/06/2008). *“Só agora eu me animei a fazer uma faculdade pra arrumar um emprego na área que eu gosto, que sempre sonhei”*. Esta aluna faz o curso de Serviço Social. *“Como a aula é somente uma vez por semana, dá pra vir de ônibus e voltar no mesmo dia”* (Conversa informal 02 em 04/06/2008).

Uma observação feita com estes alunos, é que eles levam bem a sério o curso e as provas. Observou-se ainda que as IES a distância pesquisadas fazem um atendimento primoroso aos seus alunos. Talvez pelo fato de serem adultos, eles se tornem mais exigentes e não querem perder tempo apenas para ganharem um diploma.

Entende-se que essa busca pelo ensino superior em uma faixa etária mais avançada está relacionada também às exigências do mercado em ter profissionais mais capacitados, e pelo receio destes, que já atuam profissionalmente, perderem o seu espaço para pessoas mais preparadas. Esta é uma consequência do neoliberalismo, lançando todo o peso sobre o mercado e o cidadão. Segundo Laurell (1995), com o avanço do capitalismo surgem lutas pela garantia de necessidades

sociais. Algumas destas necessidades são habitação, saúde e outros. Havendo necessidades sociais cada vez mais intensas, o cidadão trabalhador busca sustentar o seu emprego ou mesmo conseguir um emprego melhor a fim de prover suas necessidades.

A busca por uma instituição a distância também justifica o número de alunos em uma faixa etária maior. Muitos trabalham e não tem tempo disponível para frequentarem um curso regular, optando assim por um curso nesta modalidade, acreditando que conseguirão tempo disponível em nível individual para cumprir com as suas tarefas.

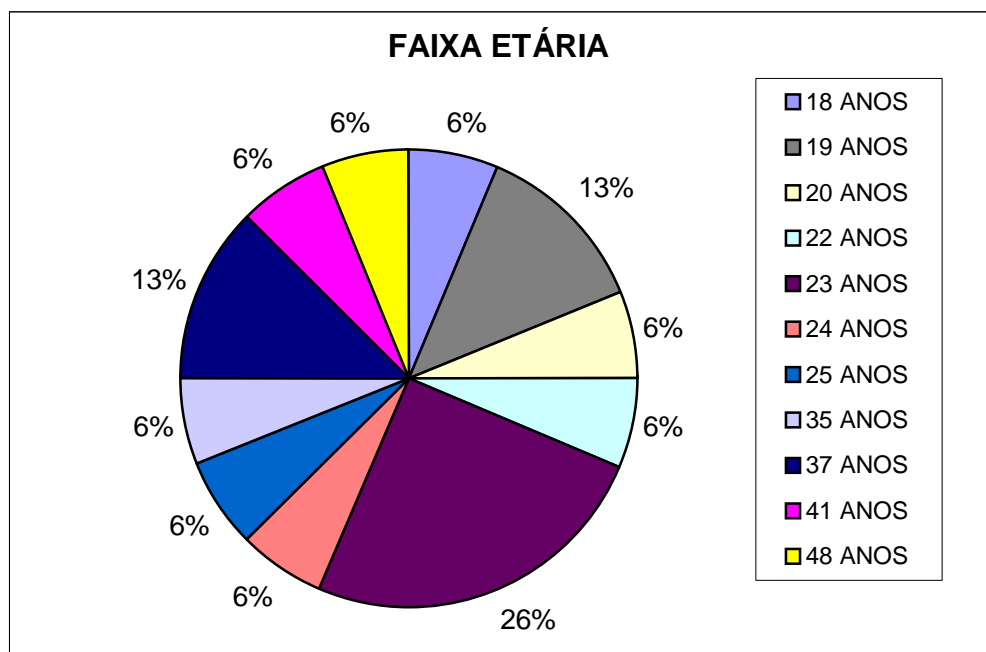


Gráfico 06- Gráfico referente à faixa etária dos alunos bolsistas do PROUNI das IES a distância privadas.

Quanto ao estado civil da amostra analisada, de acordo com o gráfico 07, o número maior de solteiros encontra-se nas IES presenciais (94% de solteiros e 6% de casados), provavelmente em função da idade. Porém, foi registrado o caso de uma aluna de outro município que decidiu “*morar com seu companheiro*” (Conversa informal 03, em 04/06/08) com receio de perder a bolsa caso se casasse, e por estar grávida, segundo ela.

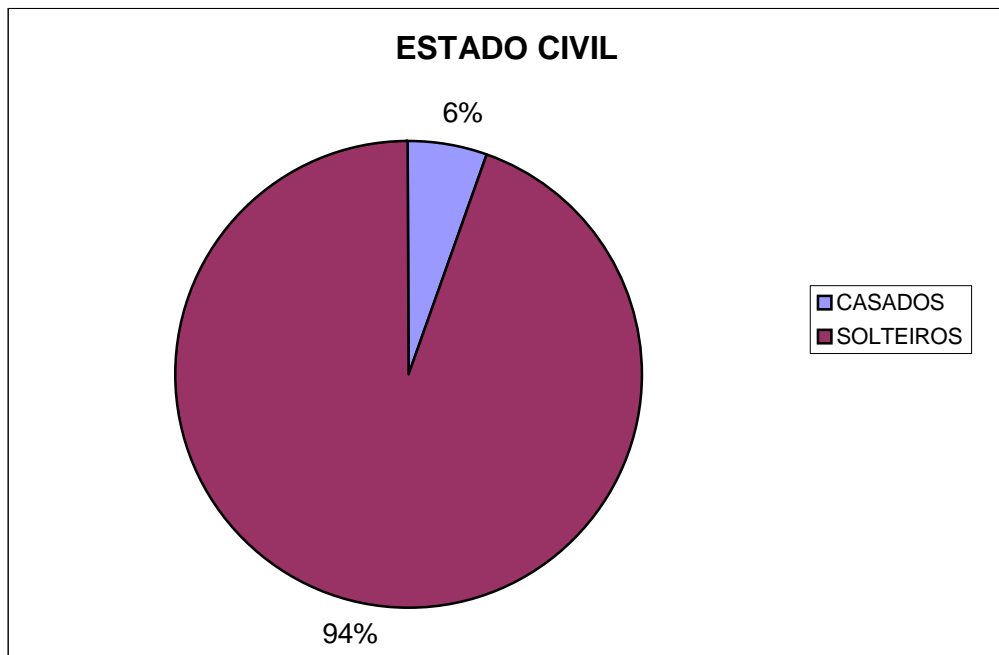


Gráfico 07- Gráfico referente ao estado civil dos alunos bolsistas do PROUNI de IES presenciais privadas.

Nas IES a distância, conforme gráfico 08, o número de pessoas casadas é mais elevado (64% de solteiros e 36% de casados), porém a faixa etária dos alunos também é maior (conforme gráfico 6).

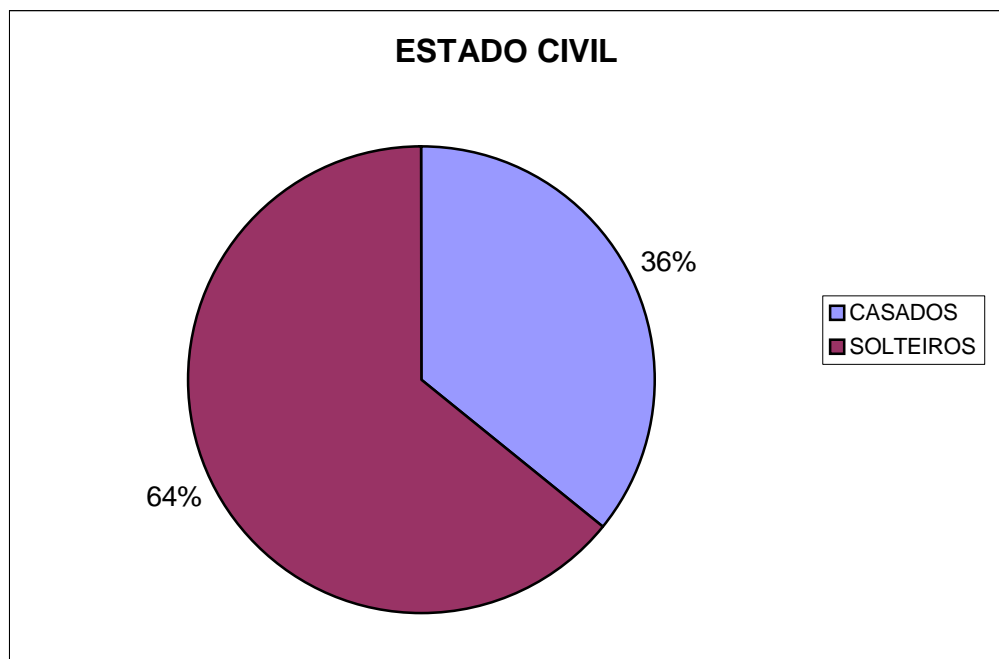


Gráfico 08 Gráfico referente ao estado civil dos alunos bolsistas PROUNI de IES a distância privadas.

A escolaridade do pai e da mãe também foi um fator para breve avaliação. Evitando fazer fortes comparações entre IES presenciais e a distância, não pode deixar de ser registrado o fato de a escolaridade dos pais nas primeiras ser mais elevada do que a escolaridade dos pais nas segundas.

De acordo com os gráficos 09, 10, 11 e 12, nas IES presenciais, quanto ao ensino fundamental, os pais que cursaram somam 47% e as mães 39%. Em relação ao ensino médio, o número dos pais é de 38% e das mães 44%. No que se refere ao ensino superior, os pais somam 5% e as mães 14%. A modalidade que foi chamada de “outros” prevaleceu nas IES a distância (47% para os pais e 46% para as mães).

Nas IES a distância, os pais que cursaram o ensino fundamental somam 40% e as mães 27%. Em relação ao ensino médio, as mães se sobressaem com 20% contra 13% dos pais. Quanto ao Ensino Superior, a maioria dos alunos com mães que o possuem, nas IES a distância, (7%) faz parte de um curso de saúde específico, onde boa parte dos alunos mora em outros estados e imagina-se que pertençam a uma classe social mais próxima das classes médias. Não foram encontrados pais com ensino superior em IES a distância. A categoria “outros” refere-se a um grau de instrução não especificado de forma proposital pelos alunos.

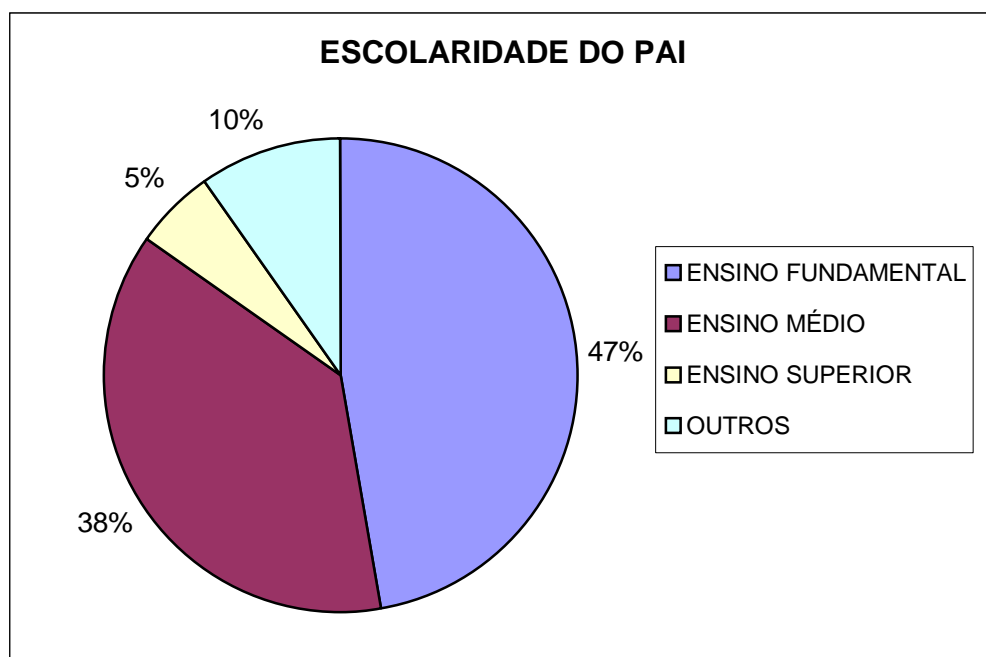


Gráfico 09- Gráfico referente à escolaridade dos pais dos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

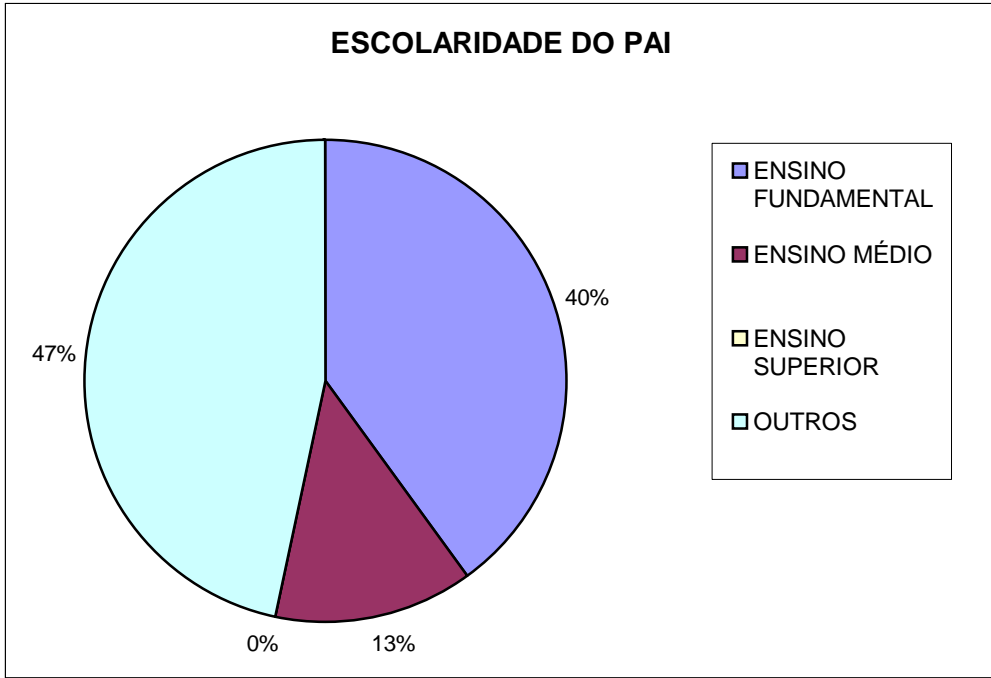


Gráfico 10- Gráfico referente à escolaridade dos pais dos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

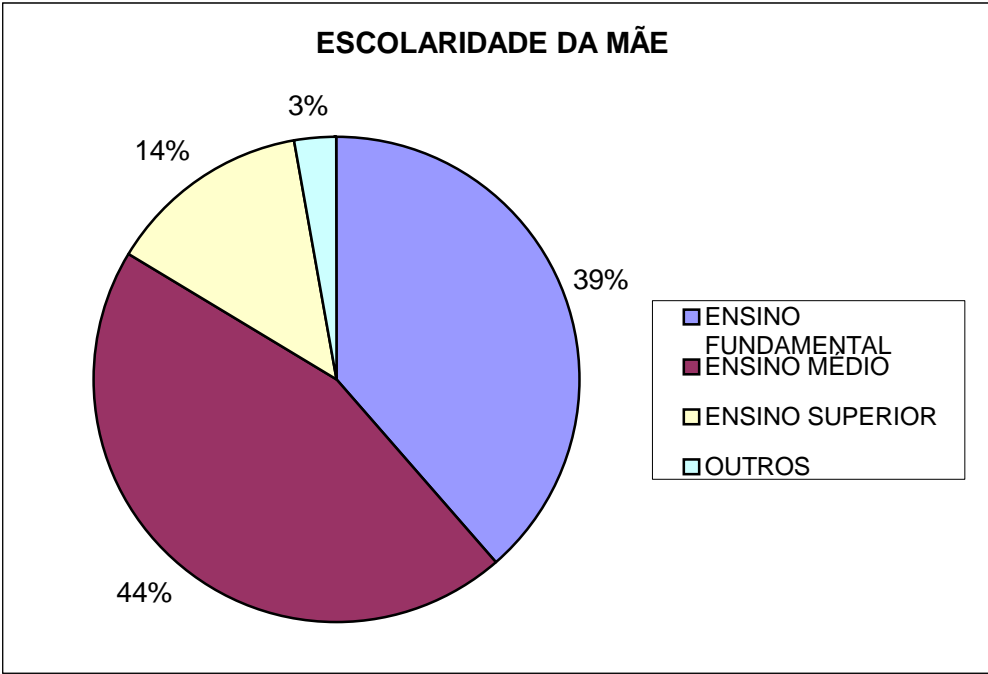


Gráfico 11- Gráfico referente à escolaridade das mães dos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

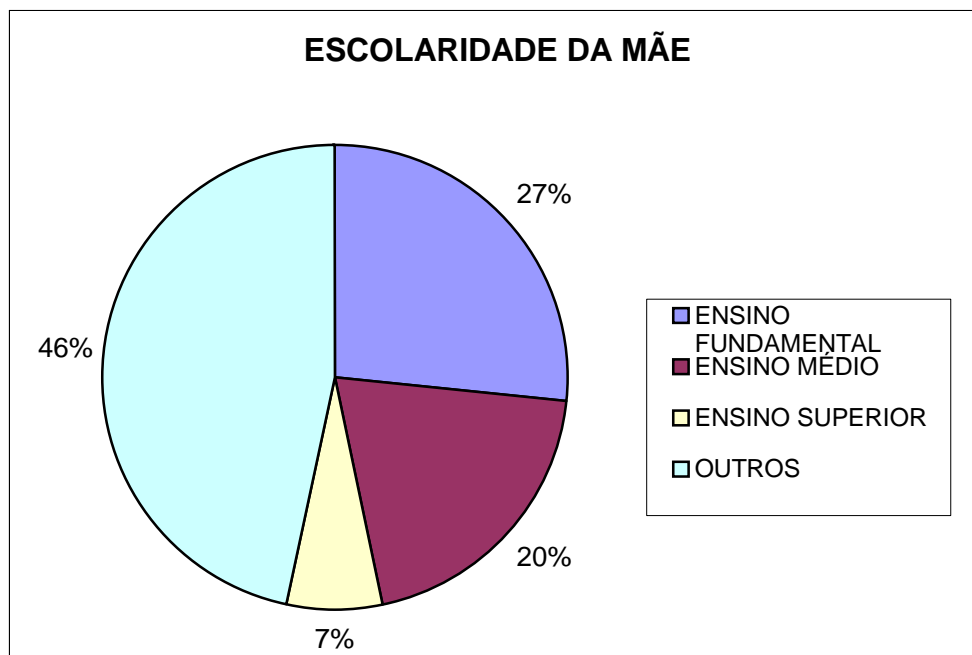


Gráfico 12- Gráfico referente à escolaridade das mães dos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Os alunos entrevistados, conforme gráfico 13, são em sua maioria, moradores do município de Campos (57%), acompanhados por aqueles que vêm a Campos todos os dias (29%). Este quadro mostra a importância do município como pólo universitário na região. Conquanto este fator se relacione nesta pesquisa apenas aos alunos do PROUNI, isso acontece também com os demais alunos que estudam em IES privadas, ou mesmo em instituições públicas, a saber, a grande procura pelo ensino superior diversificado e de qualidade oferecido pelo município. Os alunos das IES a distância, por frequentarem as aulas apenas uma vez por semana, como dito anteriormente, não necessitam morar na cidade; logo, retornam após as aulas. Os que moram na cidade somam 81%, conforme gráfico 14.

Foi registrado o depoimento de uma aluna de um curso da IES J que afirmou: *“Se eu conseguir emprego na minha área aqui na cidade de Campos, eu não volto mais para a minha cidade, pois este município apresenta melhores oportunidades para crescimento profissional”*. (Conversa informal 04, em 11/06/08).

O município tem atraído nos últimos anos um grande número de pessoas de outros municípios, e também de outros estados, que buscam melhores oportunidades de emprego.

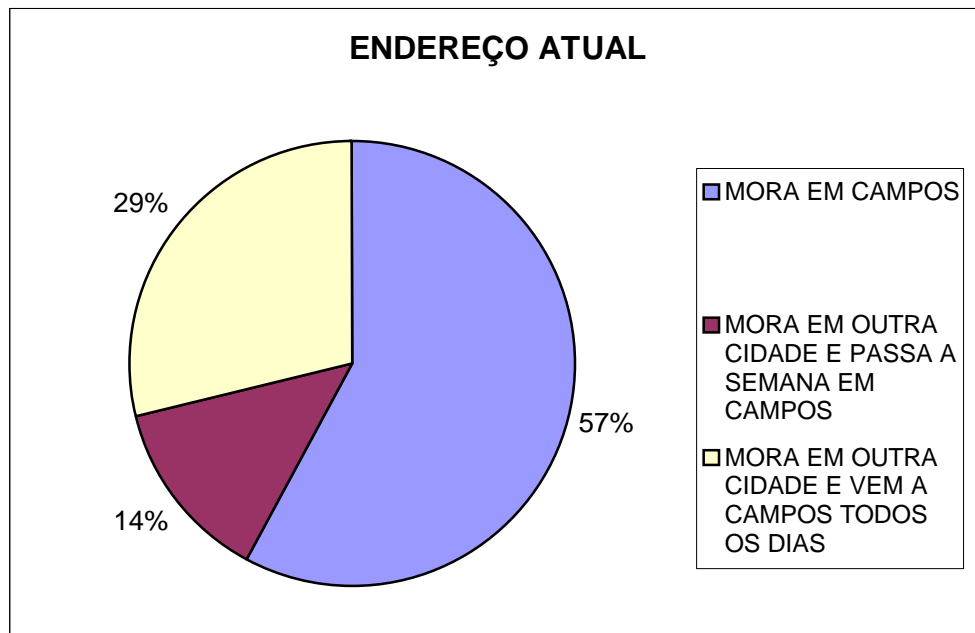


Gráfico 13- Gráfico referente ao endereço atual dos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

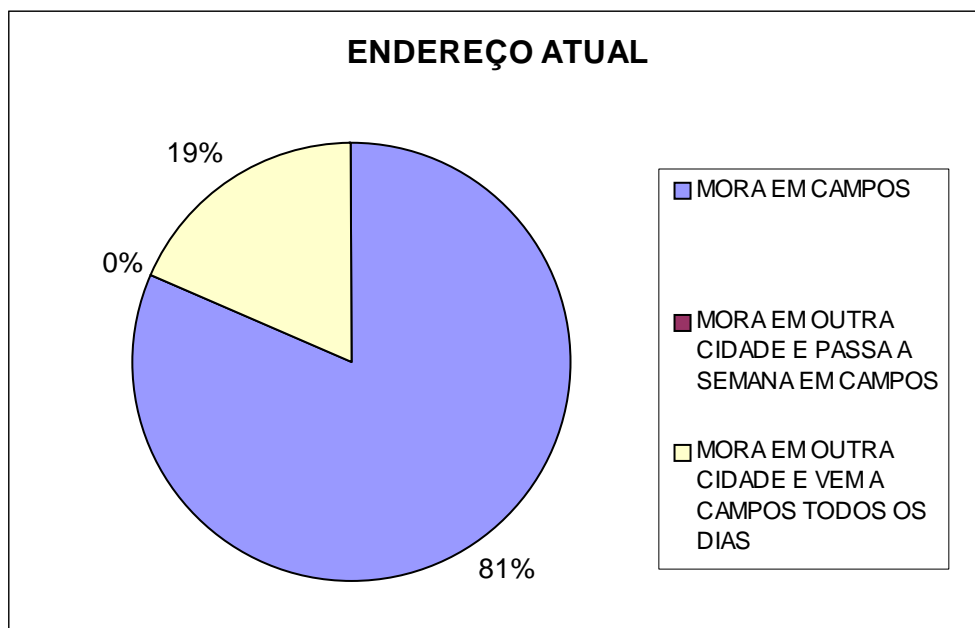


Gráfico 14- Gráfico referente ao endereço atual dos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Como já dito anteriormente, os cursos não foram selecionados de maneira estruturada, pois os alunos disponíveis no momento da pesquisa foram convidados a participar da mesma. Porém, a variedade de cursos, embora não intencionalmente selecionados, foi um fato surpreendente. Dos cursos oferecidos pelas diferentes

instituições inseridos no Programa (conforme gráficos 15 e 16), 22 cursos fazem parte da amostra, ficando excluídos apenas 05 cursos em função de os alunos não serem localizados para pesquisa. Os cursos, segundo a listagem que as IES ofereceram, que não se fazem representar na amostra, são então: Relações Internacionais, Tecnologia em Moda, Educação Física, Artes Visuais e Matemática. A variedade de cursos da amostra é bem significativa, e demonstra o interesse dos alunos pelas áreas de Humanas, Saúde, Informática e também em Ciências Exatas. Dentre os cursos com maior número de vagas inseridos no Programa, estão os cursos de Engenharia de Produção (20% nas IES presenciais) e Serviço Social (39% nas IES a distância). Esta variedade de cursos oferecidos e ao mesmo tempo procurados pelos alunos demonstra a exigência do mercado quanto à necessidade de diversidade de profissionais.

De acordo com Catani *et all* (2006, p. 02), um segmento bem amplo da população hoje, pela primeira vez na história, busca ingressar no ensino superior a fim de “disputar colocação no mercado de trabalho quanto permitir um melhor posicionamento na estrutura social”.

Apesar de o Programa oferecer bolsas para professores da rede pública sem exigência de comprovação de renda, a procura pelos cursos de licenciatura por estes professores é inexistente. Dentre os entrevistados, não foi encontrado sequer um aluno que seja professor da rede pública de ensino. Também não foi encontrado aluno que se autodeclarasse negro ou indígena. Chama atenção este dado porque seriam estes, junto aos alunos de baixa renda, os destinatários do Programa.

De acordo com um dos diretores de IES privadas, em entrevista, o que vai decidir sobre o futuro dos cursos e do Programa é o mercado. Segundo o professor e gestor L da IES B,

o que manda mesmo é o Mercado. Será que nós estamos formando no curso certo, na adequação certa? Todos querem fazer Direito, Odontologia, vai haver mercado pra isso? Nesse momento, acelerado de mercado, muita coisa pode mudar. O que o governo não controla é o mercado, pois é ele que vai dizer se a formação é adequada ou não. Deveria haver um estudo para acompanhar a formação de egressos e ver o campo de trabalho (Entrevista 03, em 15/09/08)

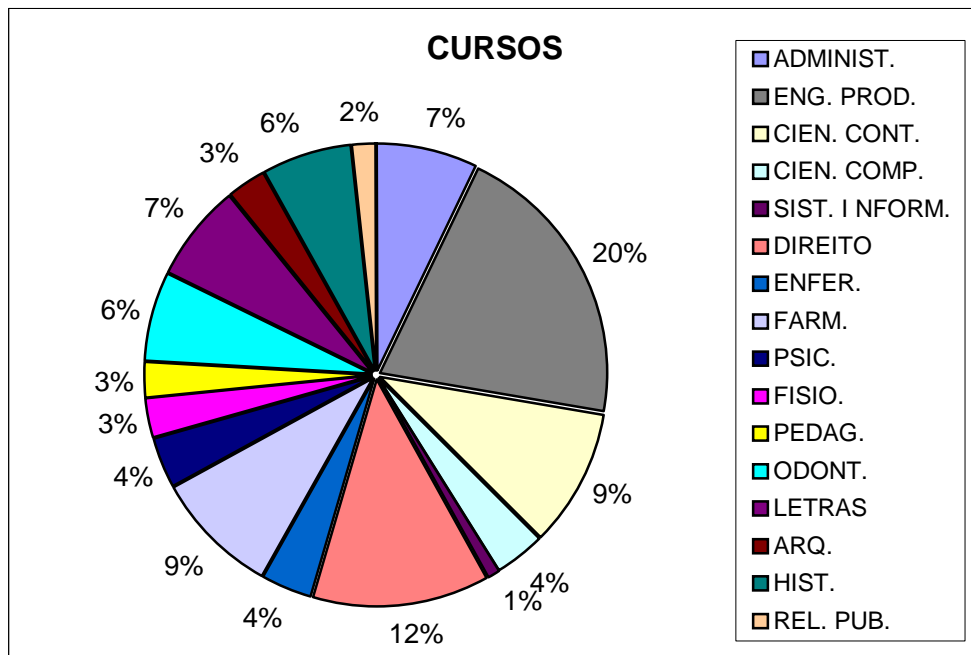


Gráfico 15- Gráfico referente aos cursos pesquisados frequentados por alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

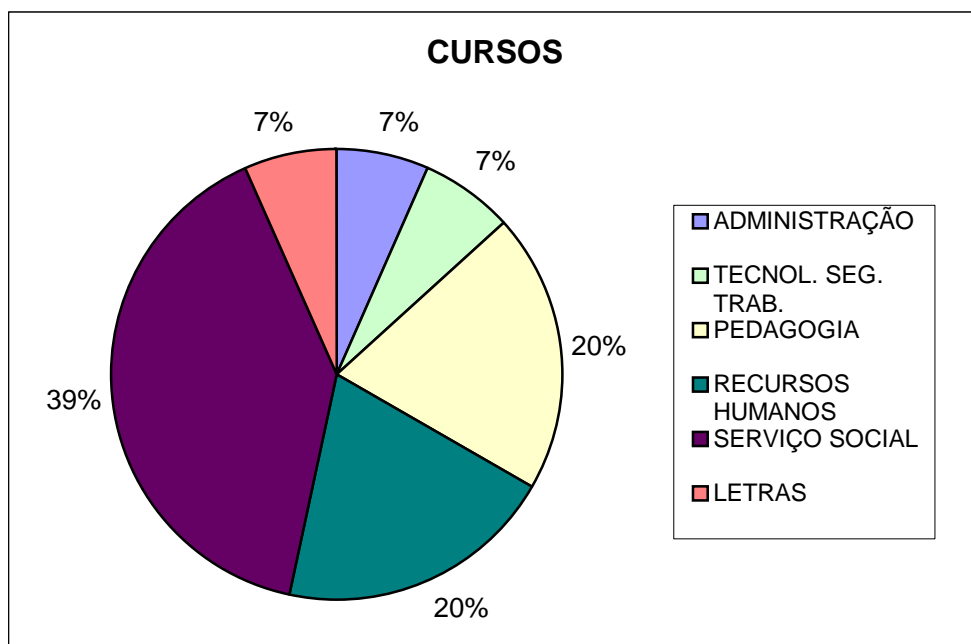


Gráfico 16- Gráfico referente aos cursos pesquisados frequentados por alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Das universidades para as quais os alunos tentaram o vestibular, de acordo com o gráfico 17, foram registradas somente as públicas, estando juntos os dados dos alunos das IES presenciais e os das IES a distância. Como a pesquisa foi

realizada no município de Campos dos Goytacazes, o destaque será para as que apresentaram maior procura, ou seja, apenas duas IES públicas do município, a saber, o Cefet/Campos, que passa a ser denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e a UENF. Estas duas universidades públicas tiveram o maior número de alunos que tentaram o vestibular (29% e 24% respectivamente).

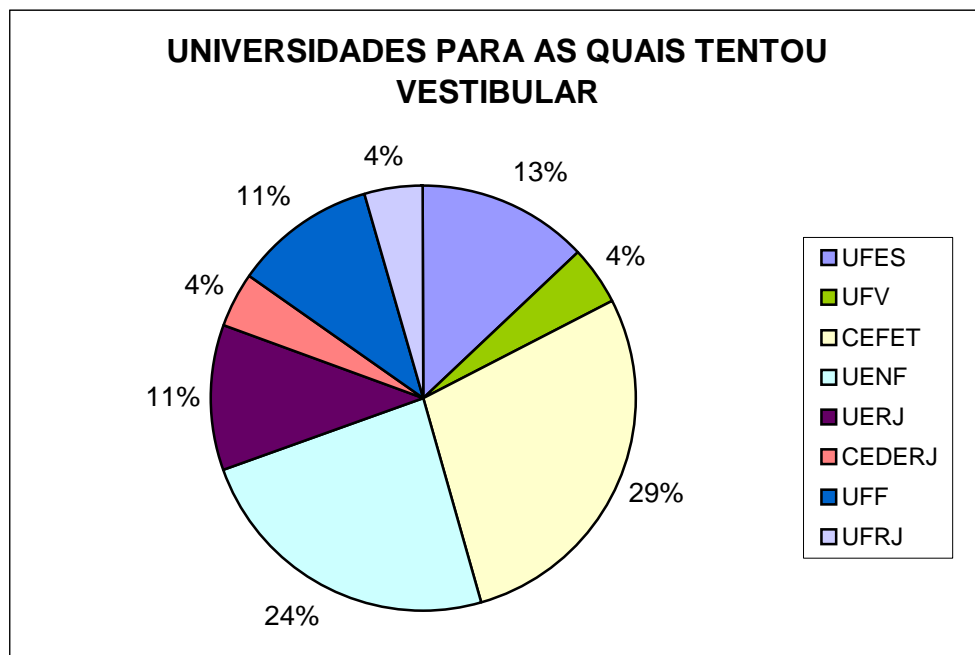


Gráfico 17- Gráfico referente às Universidades públicas para as quais os bolsistas do PROUNI de IES presenciais e a distância privadas, respectivamente, tentaram o vestibular.

O gráfico 18 e 19, (a seguir), ilustram as diversas tentativas dos alunos bolsistas do PROUNI de entrarem para uma universidade pública e a quantidade de vezes em que houve tentativa para isso, sendo que uma vez foi o que prevaleceu (60% para IES presenciais e 67% para IES a distância).

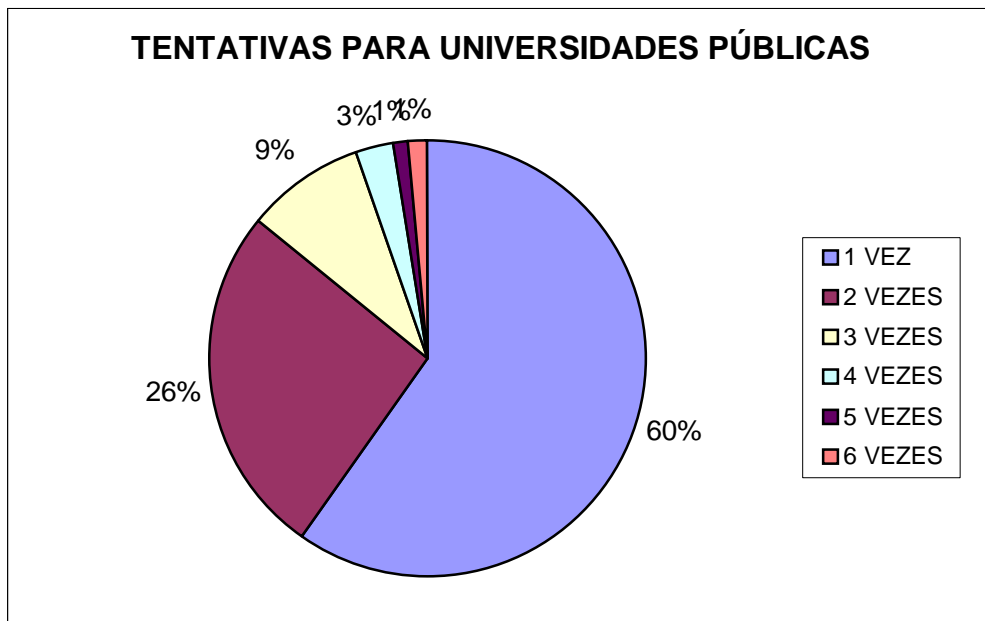


Gráfico 18- Gráfico referente às tentativas dos alunos bolsistas do PROUNI de IES presenciais privadas, de entrarem em uma universidade pública.

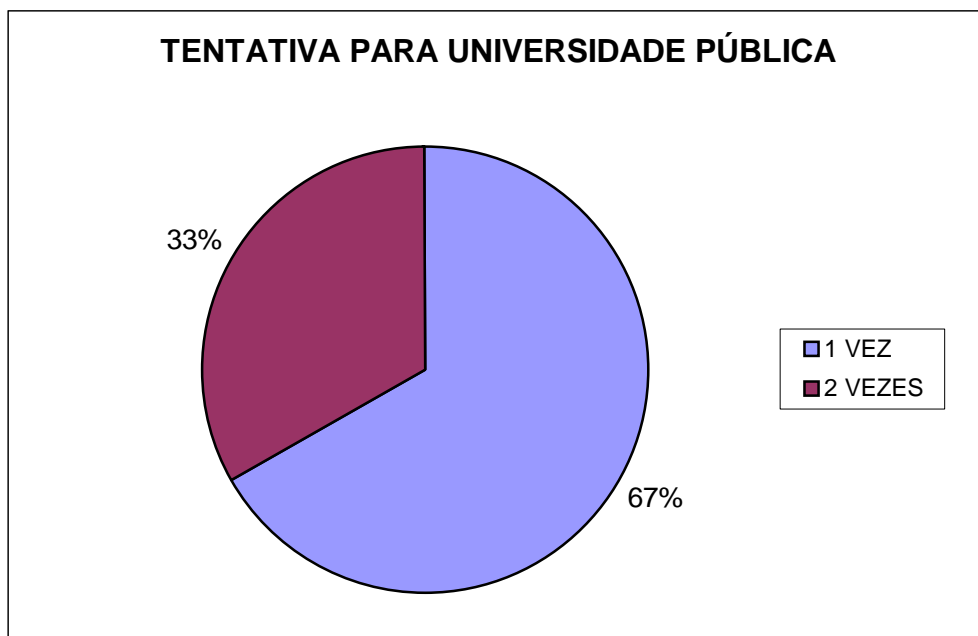


Gráfico 19- Gráfico referente às tentativas dos alunos bolsistas do PROUNI de IES a distância privadas, de entrarem em uma universidade pública.

O que se pode entender é que estes alunos só frequentam uma universidade privada porque não conseguiram passar para uma pública. Mas há alguns fatores que também contribuem para isso como, por exemplo, a ausência de cursos do interesse do aluno em uma universidade pública. A dificuldade de aprovação no vestibular também é um elemento de desistência para estes alunos. De acordo com Santos (2005, p. 07 e 08),

no momento, porém, em que o Estado, [...] decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade pública entrou automaticamente em crise institucional.

Por faltar investimento do governo nas instituições públicas, os alunos interessados em cursar o ensino superior buscam outras soluções, neste caso específico, uma bolsa PROUNI. Estas instituições públicas, sendo reestruturadas, com mais oferta de cursos e de vagas, seriam opções de qualidade para estes estudantes. Em entrevista ao gestor da IES privada B, foi declarado que as *“universidades públicas são muito caras para os governos. Existe muito espaço ocioso, além de um número grande de professores e funcionários. A universidade privada é muito mais barato”* (Entrevista 03, em 15/09/08). Este é o discurso do neoliberalismo, que entende que o Estado precisa ser mínimo para atender as necessidades do mercado.

Como pode ser visto no gráfico 17, as universidades com maior número de tentativas são o CEFET (IFF) e a UENF. Observa-se ainda que em relação à UENF, os alunos não conhecem bem os cursos oferecidos e a forma do vestibular, ou seja, eles não buscam informações, por acharem a universidade fora do alcance deles. É a visão de elitização que tomou conta da universidade pública. Prova desta falta de informação se relaciona ao curso de Ciências da Educação quando de sua criação. Segundo o aluno L, a informação recebida foi que o curso não era reconhecido pelo MEC e por isso ele não deveria fazer o vestibular, tendo se matriculado em uma IES a distância em um curso de Pedagogia.

Nas IES a distância, a maioria dos alunos terminou o Ensino Médio em anos anteriores quando ainda não havia tanta oferta de cursos na cidade, e também pelo fato de disputarem vagas com pessoas mais jovens e mais preparadas.

Mas nas IES presenciais, os alunos declararam ter tentado diversas vezes o vestibular para a universidade pública, e segundo alguns responderam, eles continuariam tentando, caso não tivessem conseguido a bolsa do Programa.

Foi mantido contato com uma aluna da UENF (conversa informal 10, em 23/06/08) que passou no vestibular ao mesmo tempo em que conseguiu a bolsa, e como já estava cursando uma IES privada, preferiu continuar nas duas, pois percebeu que as exigências da privada não eram muito grandes, esta não exigia pesquisa e assim poderia cursar as duas.

Uma das críticas ao PROUNI é que a oferta de vagas seria em instituições de nível inferior, porém este é um argumento sem justificativa. As IES privadas necessitam ter um bom índice de aprovação em seus cursos através do SINAES, caso contrário o curso não pode oferecer vagas para o Programa. Desta forma, os cursos escolhidos pelos alunos e que oferecem vagas não podem ser os piores, correndo o risco de não serem aprovados.

Quanto aos alunos do PROUNI, estes são considerados muito bons, tanto pelos gestores, pelos próprios alunos, como também pelo governo. O ministro da educação Fernando Haddad destacou que quando o PROUNI foi lançado algumas pessoas pensaram que a educação superior teria a sua qualidade rebaixada, mas “o que se viu foi exatamente o contrário: em todos os exames e avaliações os bolsistas do PROUNI têm desempenho superior aos não bolsistas”. (REVISTA PROUNI, 2008, p. 31).

Em entrevista a aluno J. de uma IES a distância, este ponderou que os alunos do PROUNI são os melhores, pois afinal eles conseguiram a bolsa por terem obtido uma nota elevada no ENEM. Isso faz deles os melhores alunos, e também os mais esforçados, pois estes não podem ser reprovados para não perderem a bolsa.

Este fato é confirmado pela Coordenadora administrativa J, da IES A, quando diz que:

Os alunos do Prouni são os melhores. Eles não são passivos, eles correm atrás, procuram saber de tudo, se preocupam com as notas, porque sabem que precisam delas. São os alunos de melhores notas. Agora mesmo eu atendi dois alunos do PROUNI que buscavam informações sobre as provas (Entrevista 01, em 01/10/08).

O aluno para estar no Programa necessita ter uma boa média no ENEM, e esta não pode ser apenas a mínima, pois, a busca por financiamento tem crescido muito. Isto significa que, de acordo com a quantidade de vagas disponíveis, o aluno necessita de uma nota cada vez maior no ENEM. Após o seu acesso, ele também não pode ser reprovado em nenhuma disciplina, caso contrário, perde a bolsa.

Entende-se que por este prisma, o PROUNI pode auxiliar na melhoria da educação, mas se observado pelo acesso, o aluno com a média exigida para entrar no Programa precisa enfrentar seus concorrentes. Caso ele não possua uma boa base na educação básica, continua excluído.

O aluno J. é um destes exemplos. Tendo conseguido a média exigida no ENEM, não conseguiu a vaga que disputava no curso de Direito através do PROUNI, sendo esta vaga ocupada por outro aluno com nota superior. Foi então oferecido a este uma vaga em outra IES através do Programa em um curso na área de petróleo, que foi uma de suas cinco opções, com um desconto menor do que o pretendido. Este fato fez com que o aluno optasse pelo curso de Direito em outra IES presencial que oferecia menor mensalidade, porém sem a bolsa. Isso faz com que o PROUNI ainda seja um Programa com certo grau de exclusão, pois ao exigir a nota estipulada no ENEM, permite que apenas os melhores alunos, ou que são mais preparados por suas escolas de Ensino Médio, consigam as vagas. Por outro lado, pode também incentivar os alunos a frequentarem a escola pública, que é uma das exigências, e melhorar o seu desempenho enquanto aluno de ensino médio.

A inclusão através de PROUNI sofre críticas de diretores de IES privadas, principalmente daqueles que não recebem muitos benefícios através do Programa. As IES com fins lucrativos recebem a isenção de cinco impostos, conforme especificado em capítulo anterior, porém, as sem fins lucrativos, já são isentas de impostos, e segundo os gestores ou diretores, não há nenhum incentivo para estas aderirem ao Programa.

Segundo o gestor da IES presencial L., para inserir alunos no Ensino Superior, não é necessário o PROUNI. A universidade da qual ele é diretor, oferece oportunidades para alunos com baixa renda. Algumas bolsas oferecidas são bolsas-trabalho. O aluno estuda em um período e no outro exerce algum tipo de função na universidade, e outras bolsas são oferecidas sem nenhuma obrigação de trabalho por parte dos alunos. Ele diz que:

Temos aqui cerca de 300 alunos bolsistas, que prestam algum tipo de trabalho, e alunos de prefeituras, como Quissamã, São João da Barra e Campos dos Goytacazes. Fornecemos ainda bolsas de 30% ou mais para completar a mensalidade de alguns alunos que têm bolsas, e outros sem bolsa. Temos ao todo cerca de 700 bolsistas. Fazemos a nossa parte, inserindo alunos de baixa renda no ensino superior, e se nós estivéssemos com alunos do PROUNI não poderíamos atender outros alunos (Entrevista 02, em 15/10/08).

A IES L aderiu ao Programa no 1º semestre de 2005, segundo o seu gestor, e recebeu alunos apenas neste período, ou seja, no semestre citado, tendo cancelado a adesão logo a seguir, por constatar que não valeria a pena para a instituição fazer parte do mesmo, por já terem isenção de impostos. Ao ser perguntado sobre o motivo da instituição ter aderido ao Programa e logo a seguir cancelado o contrato, ele declarou que:

O que motivou a entrar não sei, pois não estava aqui, mas o que fez sair foi o fato de não haver nenhum incentivo do Governo Federal para estarmos. Nós pagamos todos os impostos, não estamos isentos de nenhum, porque a faculdade não é filantrópica, é sem fins lucrativos. Então não estamos isentos de nenhum imposto, logo, não compensa termos alunos do PROUNI (Entrevista 02, em 15/10/08).

Em uma IES com fins lucrativos, as declarações foram bem diferentes. Esta IES quando da implantação do Programa, era sem fins lucrativos, mas o governo deu a estas a possibilidade de mudarem sua natureza jurídica em com fins lucrativos, conforme escrito em capítulo anterior. Com esta mudança, elas receberiam a isenção dos cinco impostos especificados anteriormente, além de isenção da quota patronal para a previdência social, conforme artigo da lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005, como se transcreve abaixo:

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7o do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7o-A da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Este artigo determina que a quota patronal destas entidades, que optarem por se tornarem com fins lucrativos, poderá ser paga no prazo de 05 anos, no valor de 20% do valor de anual. Isto implica grandes vantagens para estas instituições. Por esta razão, as instituições com fins lucrativos aprovam o Programa e demonstram satisfação com o mesmo. As declarações da funcionária responsável por esta IES com fins lucrativos foram:

Eu sou uma defensora do PROUNI. O Programa dá oportunidades de alunos carentes fazerem uma graduação. Estou na universidade desde que o Programa começou, e acho muito bom (Entrevista 01, em 01/10/08).

Entende-se que as IES com fins lucrativos são as que mais defendem o Programa, além de serem as que mais vagas oferecem a cada novo semestre. Nestas IES, quanto mais variedades de bolsas forem oferecidas, como da Prefeitura, Petrobrás e outras, tanto melhor, porque o percentual de bolsas é calculado em cima de alunos pagantes e não de alunos bolsistas. Então as IES continuam com a isenção de impostos e não necessitam ampliar o número de bolsistas PROUNI.

Nas IES a distância, a tentativa de ingresso numa universidade pública por parte dos alunos foi apenas uma ou duas vezes. Pelas conversas informais com os alunos bolsistas entendeu-se que os estudantes destas IES têm pressa em concluir o ensino superior. Outros não dispõem de tempo para um curso regular e outros por morarem em outros municípios são beneficiados na frequência semanal do curso.

Havia interesse nesta pesquisa em saber de que maneira os alunos tomaram conhecimento do Programa. Um dado interessante é que nenhum dos alunos entrevistados das IES presenciais disse ter tomado conhecimento do Programa através da divulgação da instituição. A mídia foi a grande aliada no processo de divulgação do PROUNI, segundo eles (73% nas IES presenciais e 53% nas IES a distância, conforme gráfico 20 e 21). Um depoimento colhido foi do aluno G. de uma IES presencial. Tendo sido aprovado em 2º lugar para o vestibular desta universidade, tomou conhecimento através de uma funcionária da mesma a respeito do PROUNI, em função de sua nota no ENEM ser bem expressiva (89%). Apesar de ter condição financeira razoável, conseguiu a bolsa de 100% pelo fato de seus pais serem autônomos e não terem como comprovar renda. Neste caso específico, o aluno tomou conhecimento do Programa através da ajuda de uma funcionária da universidade, mas não da universidade enquanto instituição.

O diretor da IES presencial L. comentou que não há interesse para as instituições divulgarem o Programa, mas que o interesse é do próprio governo. Desde a sua implantação em 2005, o governo tem aumentado a divulgação na mídia, mostrando exemplos de alunos que perseveraram até ingressarem no ensino superior através do PROUNI. No ano de 2008, o MEC criou uma cartilha para alunos do Programa e uma revista PROUNI para divulgação de diversas experiências de alunos bolsistas, e também para comemorar a formação dos primeiros bolsistas, que encerraram o curso no final do primeiro semestre de 2008.

Alunos de um curso de saúde, da faculdade J, entraram no Programa no 1º semestre de 2005, ou seja, a primeira turma do PROUNI. Os alunos disseram ter recebido em casa uma correspondência “muito atraente” do MEC, parabenizando-os por terem sido aprovados no ENEM e convidando-os a participarem do PROUNI. De um total de 40 alunos, 10 destes se inscreveram e estão terminando o curso, no segundo semestre de 2008, os demais não acreditaram que um Programa iria dar bolsas para um curso caro como o deles. Esta foi a primeira e única turma beneficiada com o Programa desta instituição, pois a faculdade não aderiu ao mesmo nos semestres seguintes. Segundo estes alunos, eles não teriam condições de terminar o curso, estando agora no 7º período, caso não tivessem conseguido a bolsa.

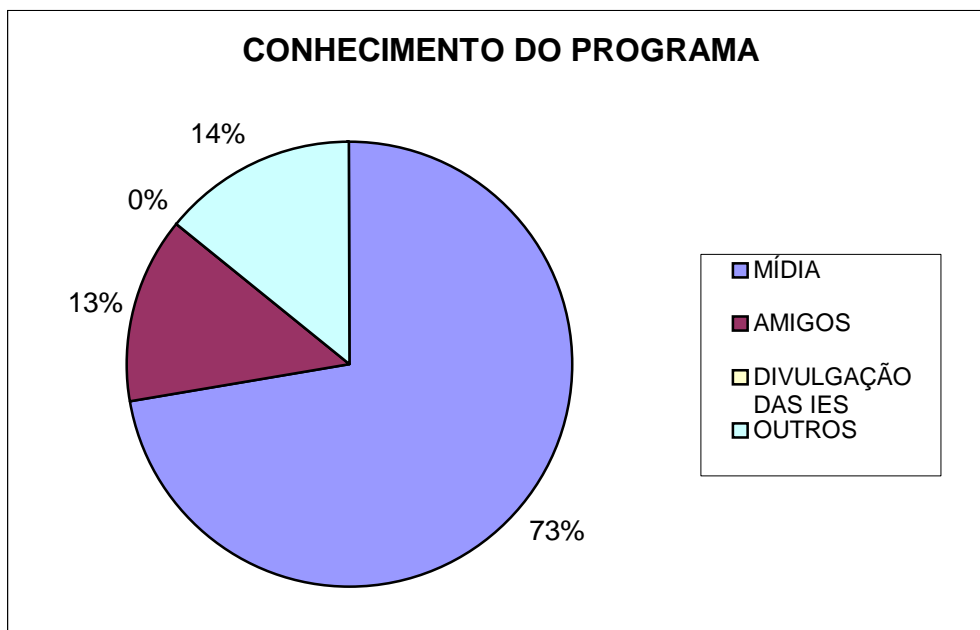


Gráfico 20- Gráfico referente à divulgação do Programa PROUNI entre os alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

Nas IES a distância foram encontrados alguns alunos que receberam informações do Programa na própria universidade (21%), ao contrário do que ocorreu nas IES presenciais (0%). Este fato pode ter ocorrido em função da busca de espaço no ensino superior desta modalidade de ensino, que cresce bastante nos últimos anos.

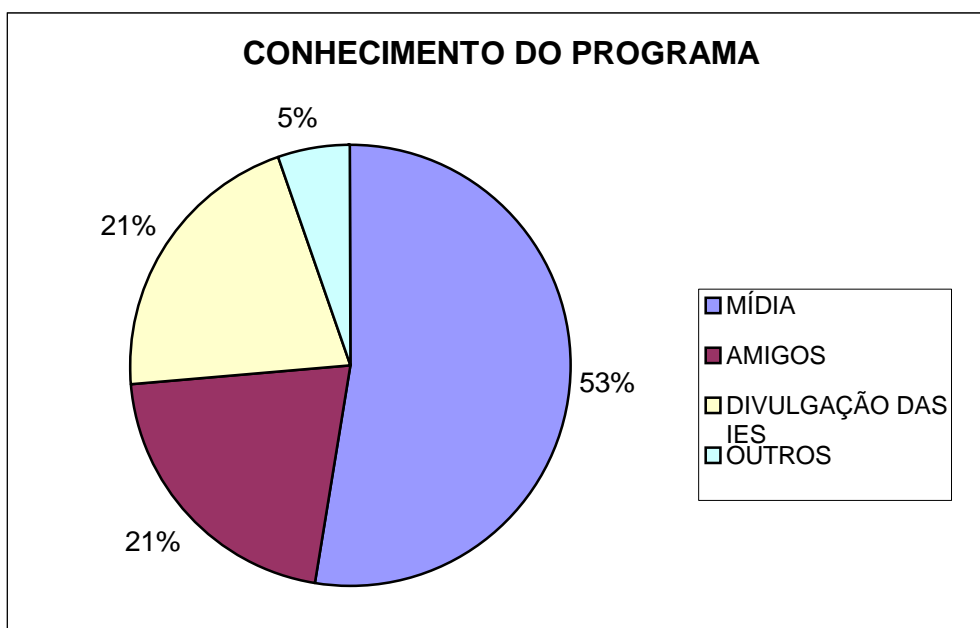


Gráfico 21- Gráfico referente à divulgação do Programa PROUNI entre os alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Um outro ponto alvo da investigação está relacionado à decisão do estudante bolsista em fazer um curso superior. De acordo com a lei 9294/96, a finalidade do Ensino Superior é estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos e que estejam aptos para serem inseridos em setores profissionais, incentivar trabalho e pesquisa e investigação científica.

Devido ao crescimento do capitalismo, a busca por um ensino superior está mais relacionada à inserção no mercado de trabalho do que desenvolvimento do espírito científico e outros. Os que já possuem um emprego anseiam por um emprego melhor, e os que ainda não possuem não querem fazer parte do grupo de desempregados ou sem qualificação. Fernandes (1966, p. 208) escreve que

Nossas universidades apontam para o futuro, exigindo dos que nelas trabalham (ou dos que a julgam), bastante audácia e imaginação para concebê-las no presente em função das necessidades intelectuais, 'especulativas' ou 'práticas', que elas terão de satisfazer com o progressivo desenvolvimento da sociedade brasileira.

Há que se conceber uma universidade para preparar os estudantes para o campo profissional, mas não somente isto, mas incentivá-los a buscarem o conhecimento a fim de que a sua formação não seja apenas um diploma, mas na consolidação de cidadãos conscientes, inseridos no mundo do trabalho e no conhecimento.

Não se está contra a formação profissional, mas na busca de uma educação de qualidade para não fazer desta apenas um comércio, mercantilizando a educação. Este é o papel daqueles que pensam a educação no nosso país.

De acordo com a pesquisa realizada, a procura por um curso superior está relacionada prioritariamente à busca por um emprego melhor (91% nas IES presenciais e 85% nas IES a distância, conforme os gráficos 22 e 23). Alguns destes alunos já trabalham, outros não responderam de maneira escrita, apenas oral, por receio de perderem a bolsa. Mas não foram encontrados alunos que já tivessem um emprego estável. A busca por um emprego melhor foi o fator principal de buscarem um curso superior. Nas IES a distância, o número de alunos que buscou o ensino

superior para não ficar parado foi maior do que nas IES presenciais, mas em relação à busca por um emprego melhor foi também a resposta prioritária nestas.

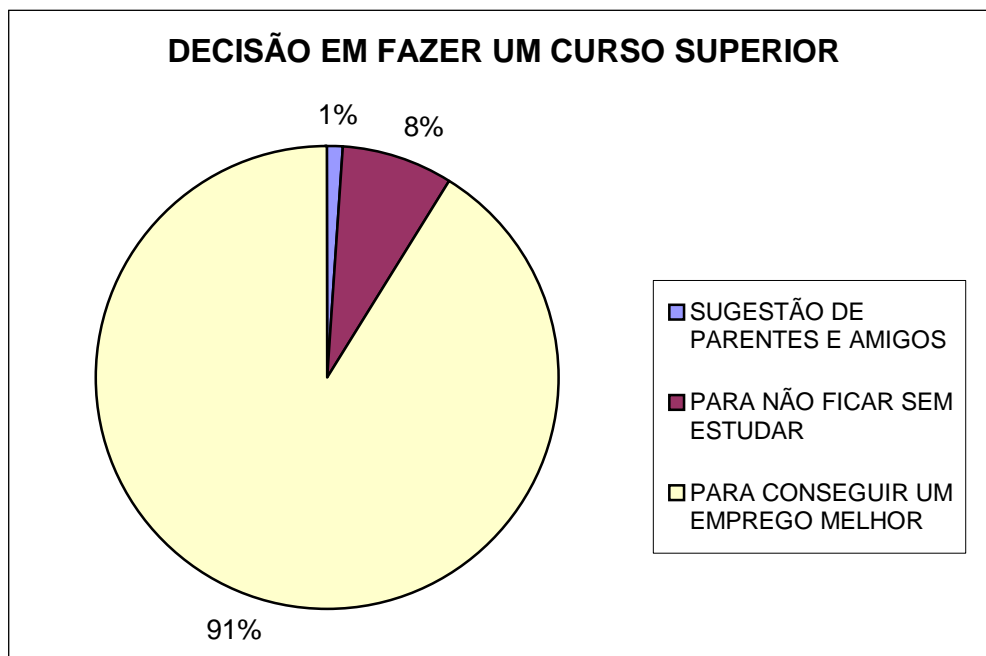


Gráfico 22- Gráfico referente à decisão dos alunos bolsistas do PROUNI em fazer um curso superior em IES presenciais.

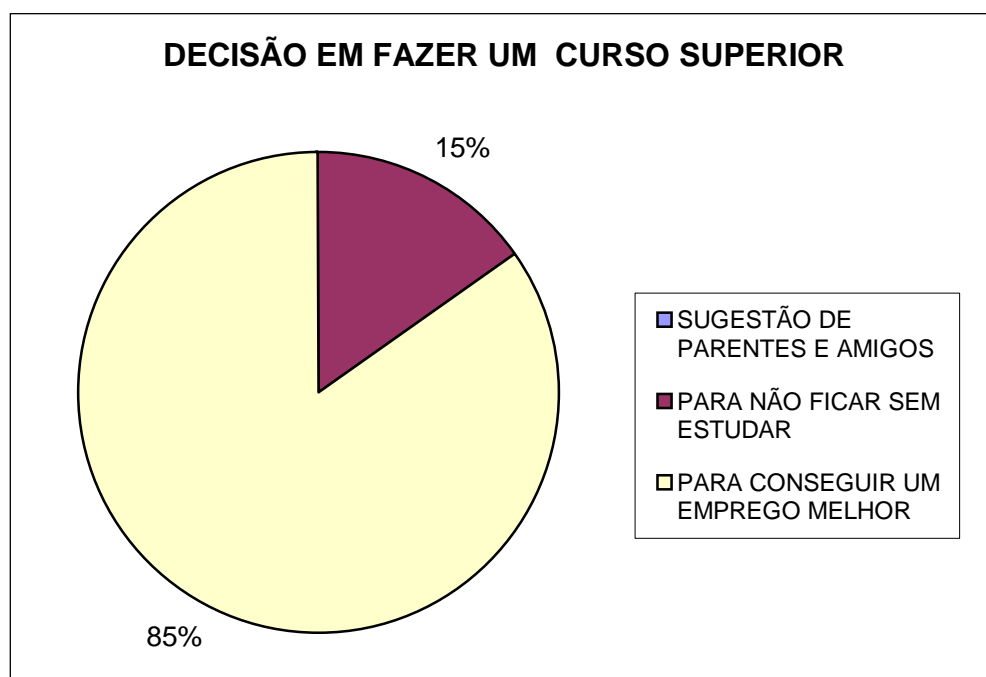


Gráfico 23- Gráfico referente à decisão dos alunos bolsistas do PROUNI em fazer um curso superior em IES a distância.

A escolha pela universidade também foi um instrumento de detalhada observação. Nas respostas semiabertas, observam-se respostas como: *“Estou feliz por cursar uma universidade de qualidade”* (Conversa informal 7, em 20/06/08); *“Esperava encontrar rejeição dos colegas por seu bolsista, mas fui muito bem recebida e até admirada por eles por ter conseguido a bolsa”* (Entrevista 8, em 20/06/08).

Em um encontro de bolsistas do PROUNI, chamados por eles de “prounistas”, que ocorreu em Nova Iguaçu, (anexo 9), existe uma reivindicação “pela não distinção de alunos prounistas, inibição da identificação dos bolsistas pela matrícula e da criação de turmas exclusivas de bolsistas”. Mas esta não é a situação de alunos do município de Campos dos Goytacazes. Pôde-se observar que não há distinção entre eles. Um dos diretores entrevistados afirmou que, em conversas com gestores de IES de outros municípios, foi revelado por estes a distinção de alunos do Programa, até mesmo a existência de turmas exclusivas para eles, mas isso não ocorre no município de Campos.

A escolha da IES pelos alunos, também em função de ter o curso escolhido, também demonstra que os alunos estão mais exigentes, e não querem somente fazer um curso superior.

Na opção do motivo da escolha do curso, ficou evidenciado que a maioria dos alunos deseja fazer um curso superior em uma área na qual eles se identificam. No entanto, a escolha pela IES ainda está relacionada com o acesso ao Programa (41% nas IES presenciais e 52% nas IES a distância, conforme os gráficos 24 e 25). Em entrevista realizada com o sr. L., gestor da IES B, uma das perguntas feitas foi qual vantagem ou quais vantagens a universidade tem por estar inserida no Programa. A resposta foi que não há praticamente nenhuma vantagem, pois a isenção não modifica as IES comunitárias, pois já existe isenção de impostos, por serem sem fins lucrativos, e eles não perceberam outras vantagens.

Pra nós mudou pouco. Trouxe vantagens para o governo. O dinheiro é dele, ele quer controlar. O governo tem uma política geral para desestimular a filantropia, isso aí vai acabar, porque está muito ligado à Igreja e tal. (Entrevista 03, em 15/09/08).

Mas de acordo com as respostas dadas pelos alunos, o fato de esta estar inserida no PROUNI foi um dos motivos pela escolha, acompanhado pelo fato de ter o curso escolhido.

Para J., Coordenadora Administrativa da IES A, com fins lucrativos, a opinião foi bem diferente. Segundo ela, o fato de a universidade oferecer o Programa ajuda na divulgação da mesma. Ela diz: “*Ele (o PROUNI) divulga a universidade. Os alunos ligam pra saber se tem o curso que eles querem*”. (Entrevista 01, em 01/10/08). A diferença de opiniões pode estar relacionada à falta de informações a respeito dos bolsistas ou ao retorno financeiro que o Programa apresenta.

Um dos diretores da IES C., sem fins lucrativos, também opinou sobre a pouca importância que tem para a instituição, no que se refere à divulgação, estar ou não inserida no PROUNI, dizendo que a divulgação só é importante para o governo.

Nas IES a distância, o número maior de alunos disse ter escolhido esta universidade pelo fato de esta estar inserida no Programa (52%, como dito anteriormente). Fica evidente que as IES que não recebem nenhum benefício com o PROUNI não apoiam o Programa, e também não vêm vantagens em estarem inseridas nele.

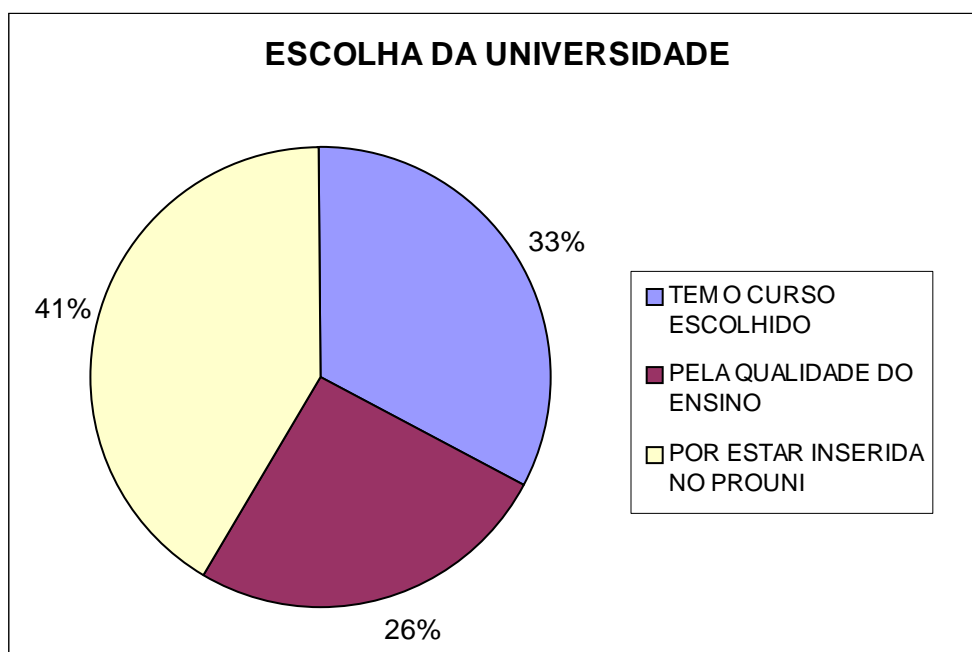


Gráfico 24- Gráfico referente à escolha das IES privadas pelos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

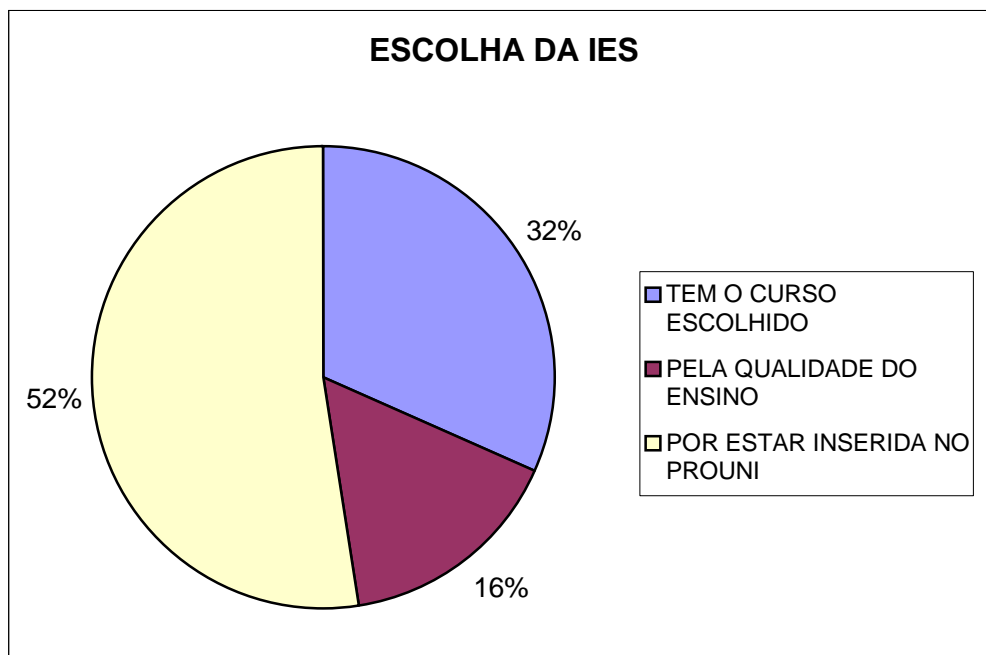


Gráfico 25- Gráfico referente à escolha das IES privadas pelos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

A pesquisa pela escolha do curso surpreendeu um pouco, principalmente pelo fato de a grande maioria dos entrevistados apresentar uma mesma resposta, a saber, a escolha do curso em função da identificação com ele (77% nas IES presenciais e 69% nas IES a distância, conforme os gráficos 26 e 27).

Outro exemplo que foge ao declarado pela maioria, coletado durante a pesquisa, foi do aluno G. da IES B, que frequenta um curso na área de petróleo tendo iniciado o curso no 1º semestre de 2006. O aluno disse ter estudado em uma escola pública de Ensino Médio e durante este período participado do programa “Jovem Aprendiz”, um programa promovido pela Licenciatura de Física da UENF. Participou do *pré-vest* para tentar vestibular para Física, obtendo excelente resultado, segundo ele. No entanto, não passou na 1ª fase do vestibular, o que o levou a buscar outro curso em uma universidade particular, tendo desistido do seu sonho de cursar Física. Neste caso, houve a mudança de preferência em função da facilidade de cursar o ensino superior em outra instituição.

Outro exemplo é o da aluna T, de 21 anos, que cursa Direito na IES M, uma IES presencial, ao fazer opção pelo curso, fez as 05 opções em áreas totalmente diferentes, como Turismo, Odontologia, mas de acordo com as universidades escolhidas e a nota do ENEM, ela disse ter sido selecionada para a 5ª opção. Iniciou o curso e está satisfeita, pois começou a gostar, segundo ela.

Apesar de ser em número menor, existem alunos que abandonam o Programa por não conseguirem se identificar com o curso após o início do mesmo. A aluna N. é um exemplo disso, sendo selecionada para o Curso de Engenharia de Produção na IES presencial B, e após iniciar, percebeu que não se identificava com o curso e apesar de ter obtido uma bolsa de 100%, abandonou o mesmo e se matriculou em um curso técnico privado, não se arrependendo disso, segundo ela.

Para C. gestor da IES presencial L., o aluno deveria ter mais liberdade para escolher o curso e a universidade que desejar. Ao falar sobre as diversas bolsas oferecidas pelas universidades, declara:

Em outros municípios a prefeitura negocia diretamente com o município. Isso dá a ele a oportunidade de escolher a universidade de sua preferência, o curso também. Mas quando a negociação é feita diretamente com a universidade, o aluno não pode escolher. (Entrevista 02, em 15/10/08).

No caso do PROUNI, de acordo com dados colhidos de alunos, eles procuram a IES que tenha o curso desejado, ou até mesmo o mais próximo do que ele cursaria. A coordenadora J. da IES privada A, com fins lucrativos, defende que “em sua universidade” praticamente todos os cursos estão inseridos no Programa.

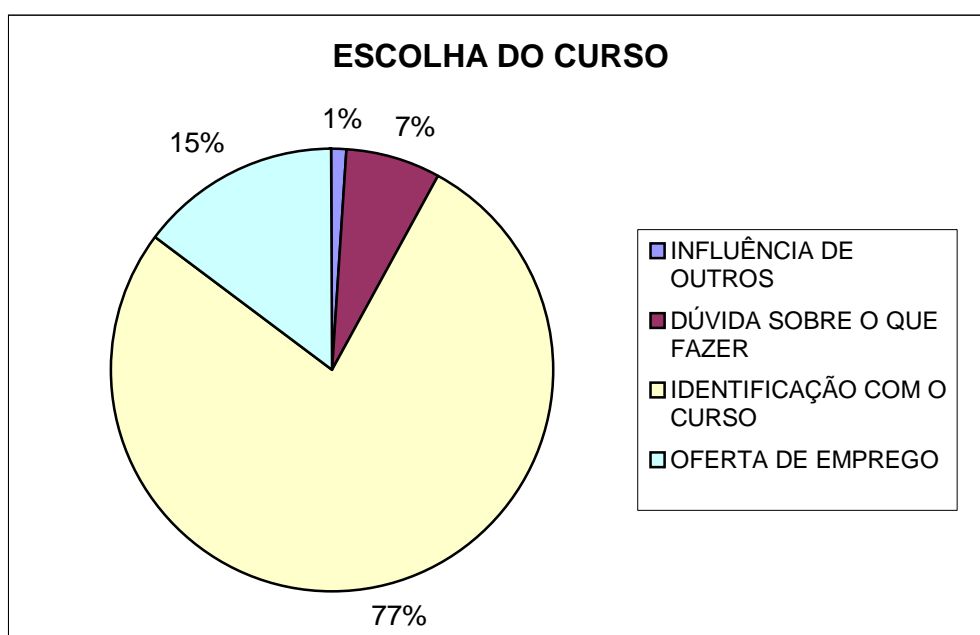


Gráfico 26- Gráfico referente à escolha do curso pelos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

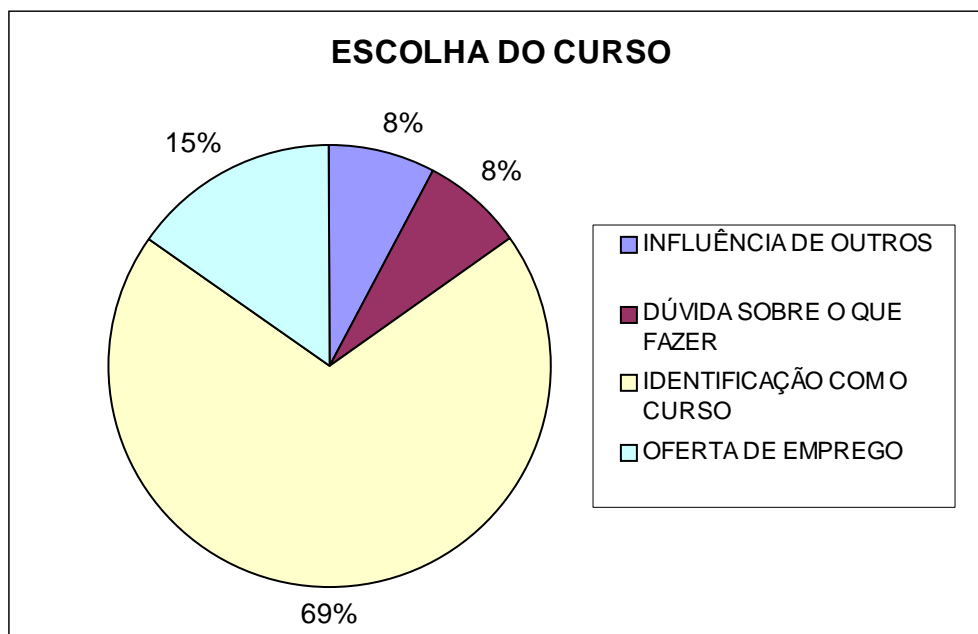


Gráfico 27- Gráfico referente à escolha do curso pelos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Os gráficos 28 e 29 demonstram esta realidade. O Programa oferece 05 opções de escolha do curso. De acordo com a nota do ENEM o aluno tem possibilidades de ser atendido na sua opção. Caso haja muitos candidatos para um determinado curso de uma IES, os alunos com maiores notas são selecionados, e os demais ficam com a próxima opção feita.

De acordo com as respostas dadas, os alunos pesquisados tiveram, em sua maioria, a primeira opção atendida (76% nas IES presenciais e 58% nas IES a distância, conforme gráficos 28 e 29). Muitos ainda fazem opção por mais de uma instituição. Temos como exemplo o aluno L. da IES Y, que com 20 anos, optou pelo curso de Pedagogia, sendo selecionado para 03 universidades que possuíam o curso, mas escolheu a IES que oferecia o curso a distância, pois, segundo ele, *“assim eu tenho tempo para trabalhar durante o dia e estudar em casa o conteúdo dado, e por estar trabalhando, eu não tenho tempo disponível para cursar uma universidade presencial”*. Segundo o aluno, *“educação e ensino não depende da universidade, mas da pessoa”*. (Entrevista 06, em 05/05/08).

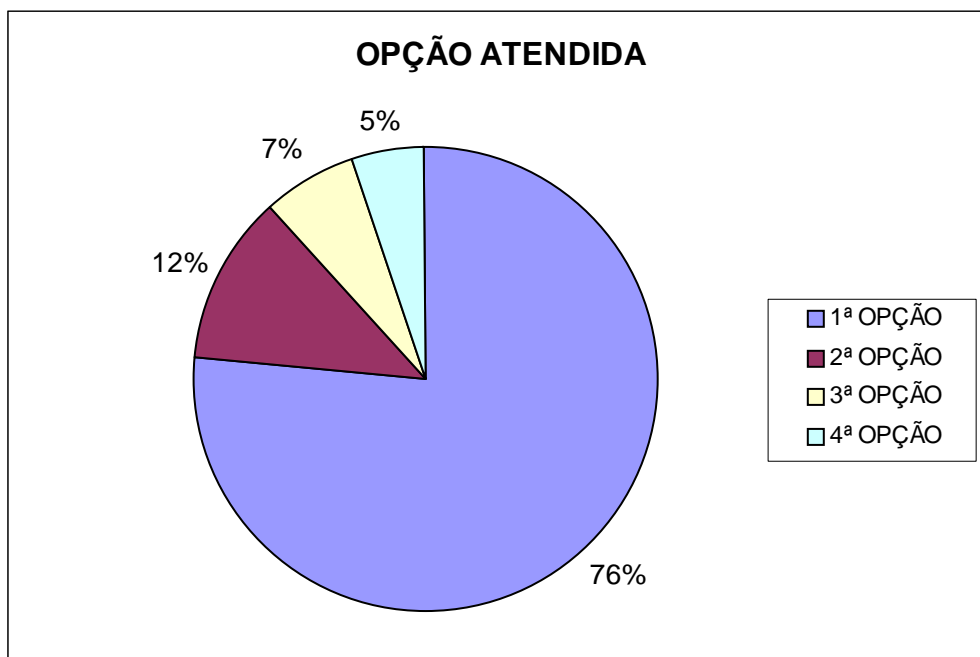


Gráfico 28- Gráfico referente à opção atendida pelo Programa aos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

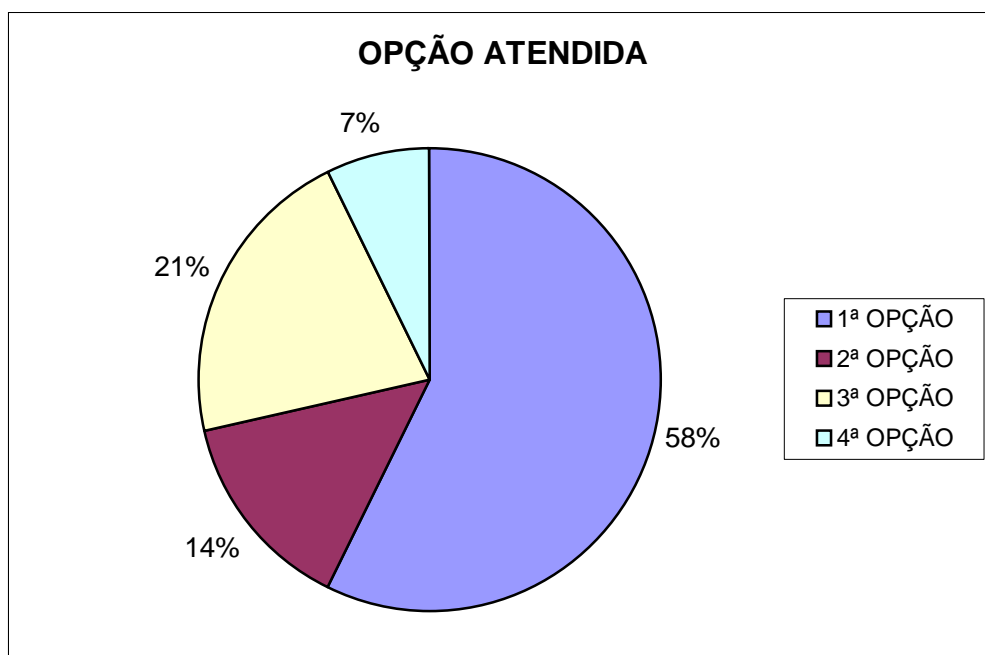


Gráfico 29- Gráfico referente à opção atendida pelo Programa aos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Conforme demonstrado no gráfico 30, a pesquisa contemplou alunos de todos os períodos das IES presenciais e 05 períodos das IES a distância, conforme gráfico 31. O número maior de alunos do 7º período (32%) das presenciais deve-se ao fato de haver uma IES com vários alunos que iniciaram o curso em 2005 e

permaneceram no Programa até o presente ano. Esta instituição foi inserida no Programa em 2005, mas a partir de 2006 saiu do mesmo, portanto não possui alunos dos primeiros períodos.

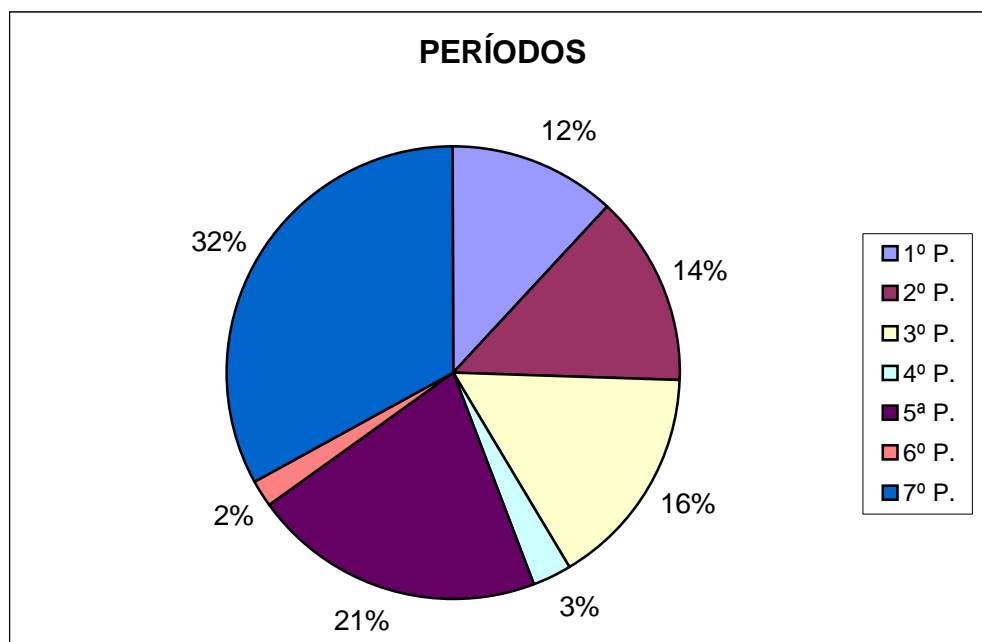


Gráfico 30- Gráfico referente aos períodos pesquisados dos alunos bolsistas do PROUNI em IES presenciais privadas.

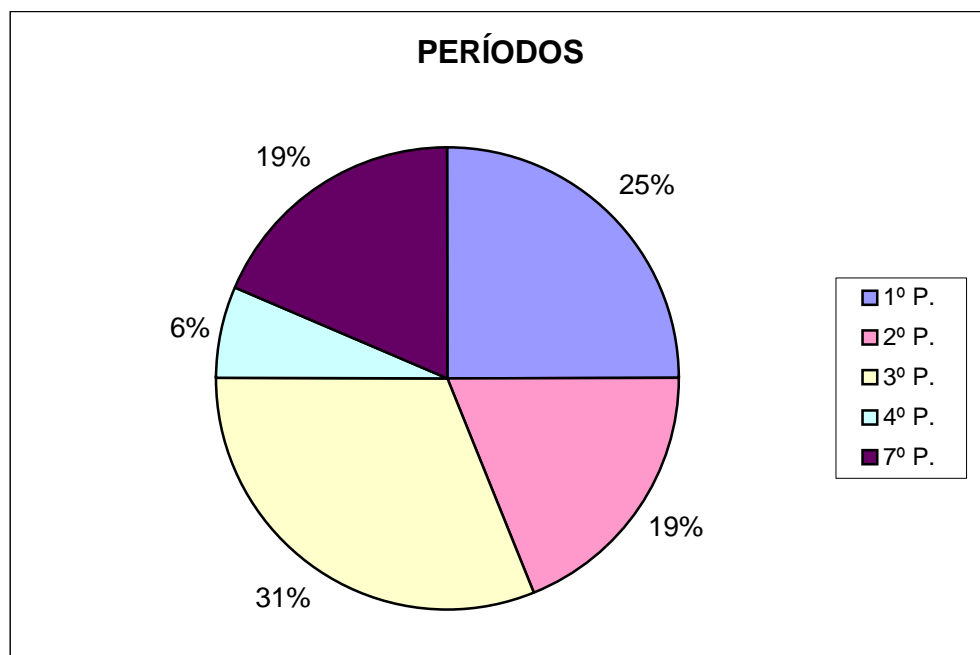


Gráfico 31- Gráfico referente aos períodos pesquisados dos alunos bolsistas do PROUNI em IES a distância privadas.

Quanto aos turnos, de acordo com o gráfico 32, os alunos das IES presenciais pesquisados são em maioria do curso noturno (55%), enquanto os alunos pesquisados das IES a distância estudam todos no período noturno, frequentando a universidade apenas uma vez por semana, não sendo necessário gráfico explicativo. No período de entrevista, foi observada a diferença entre os alunos do período noturno e do diurno. Os primeiros atendiam com muita pressa, sempre com muitas tarefas durante os intervalos, estavam sempre correndo e ansiosos. Os segundos foram mais solícitos, ajudando a localizar os demais colegas, perguntando sobre o Programa, sobre o próprio mestrado, demonstrando assim uma tranquilidade maior do que os primeiros.

Com o Programa REUNI do governo federal, este pretende incentivar os cursos noturnos. Muitos alunos dizem não poder cursar algumas universidades públicas pela exigência de ter apenas cursos diurnos e, como necessitam trabalhar, acabam optando por uma IES privada.

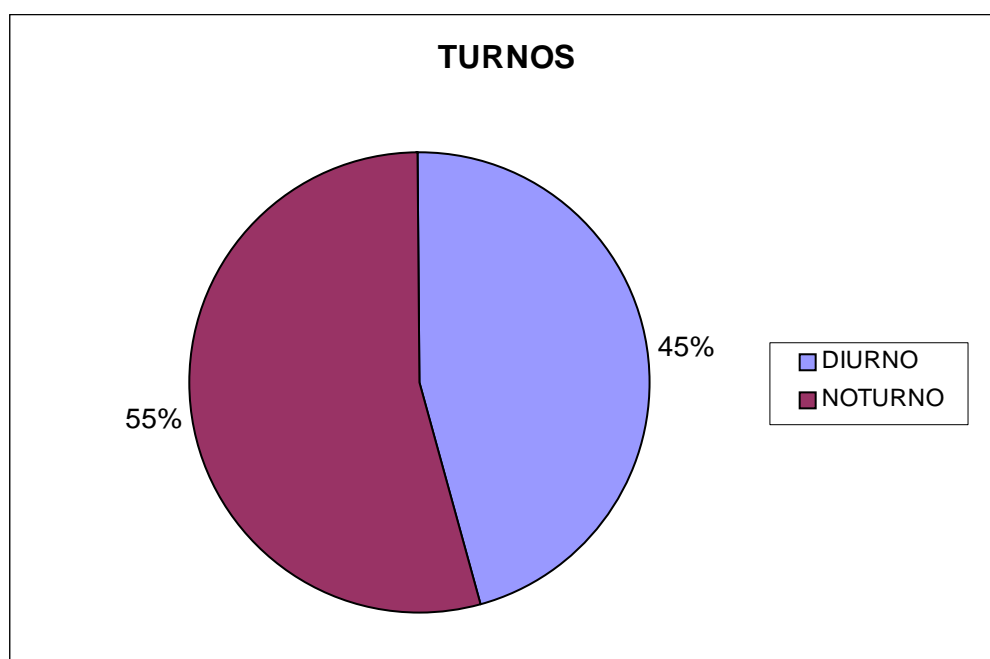


Gráfico 32- Gráfico referente ao turno dos alunos pesquisados em IES presenciais privadas.

As bolsas integrais predominam. Um dos fatores pode estar relacionado ao fato de os alunos inscritos no Programa serem carentes, ou seja, a grande maioria tem uma renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, valor necessário para

ser beneficiado com uma bolsa integral (89% para IES presenciais, e 100% para IES a distância, conforme os gráficos 33 e 34).

Em entrevista ao professor e gestor da presencial B, o sr. L., ele sugere que o Programa deveria oferecer mais opções de desconto. Ele diz:

... eu sinto na prática que o que conseguiria viabilizar a permanência do aluno, deveria haver percentuais menores de bolsa, haveria mais facilidade, teria condições de atender um número maior de alunos. A classe C e D começa a chegar nas IES privadas, e às vezes o que falta para eles é apenas 30% ou 40%. (Entrevista 03, em 15/09/08).

Foi argumentado então sobre o fato de haver inadimplência com a possibilidade de bolsas menores, ao que ele respondeu:

O pobre tem vergonha de ficar devendo, é questão de honra. Os mais ricos são mais inadimplentes. Eles podem pagar na hora que quiserem, e isso gera inadimplência. (Entrevista 03, em 15/09/08).

Nas IES a distância, não foram encontrados alunos com bolsa parcial. Quase todas as IES pesquisadas, são sem fins lucrativos. Isto significa que para uma instituição ser sem fins lucrativos ela necessita oferecer 20% da sua receita em programas ou em bolsas para pessoas de baixa renda. No caso da IES presencial dirigida pelo sr. L, ela é sem fins lucrativos. Segundo ele, a universidade já oferecia bolsas para pessoas carentes antes do PROUNI. Com a chegada do Programa, a universidade teve alguns problemas financeiros, pois não deixou de atender as bolsas existentes, e ainda teve que ampliar o número de bolsas. Ele diz:

Pra mim é complicado como filantrópico eu sou obrigada a dar parte da minha receita para isso. Tenho uma parte assistencialista que eu já fazia, dando 20, 30% de bolsas. Eu já fazia isso. Quando chegou o PROUNI, foi um pouco complicado. Eu não podia cortar essas bolsas que eu já oferecia. Tenho Petrobrás, prefeituras, outros órgãos públicos. A faculdade tem uma política de quem mora a mais de 100 k do município tem desconto, e eu precisava honrar o compromisso com os alunos, porque eles entram com uma expectativa de terminar o curso, eu não podia cortar essas bolsas. Passei uma parte meio apertada de caixa por isso. (Entrevista 03, em 15/09/08).

Contudo, a opinião de alunos beneficiados com o Programa é bem diferente. No dia 13 de março de 2008, a União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE-RJ), realizou o Encontro Municipal de Estudantes do PROUNI de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. Segundo divulgação através da Revista Planeta (2008, p. 19), o evento contou com a participação de cerca de 200 estudantes. Neste encontro, foram levantadas propostas encaminhadas aos diretores das instituições de ensino que são conveniadas ao PROUNI. Os estudantes que fazem parte do Programa no município de Campos ajudaram na elaboração de uma carta que foi levada ao Encontro de Estudantes do PROUNI do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu (RJ), no dia 29 de Março de 2008. Um dos alunos que faz parte da presente pesquisa participou do encontro, trazendo a carta com as reivindicações e a cartilha do Programa que está disponível no *site* do mesmo.

Neste encontro, os alunos discutiram algumas reivindicações e elaboraram a carta final, “Carta de Nova Iguaçu”. Segundo a carta, as reivindicações foram elaboradas após 47 pré-encontros de 28 universidades de 16 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Este documento demonstra uma satisfação dos alunos com o Programa, mas enumera alguns pontos que necessitam de revisão; dentre eles: aumento do percentual de bolsas para cada IES; assistência estudantil; vinculação do valor da bolsa permanência²⁹ à base do salário mínimo nacional, e extensão da bolsa permanência a todos os bolsistas do PROUNI; criação do auxílio-material didático; auxílio moradia para estudantes de outros municípios; criação de passe livre para os bolsistas do PROUNI; isenção de taxas nas IES como declarações, 2ª chamada de provas e outros; cotas mensais de xerox e outros. O documento sugere um programa essencialmente assistencialista.

Esta é uma crítica que Cardoso (2004) faz sobre o assistencialismo. É necessário ensinar às pessoas assistidas a mudarem de lugar e não ficarem dependentes do Estado, mas na medida em que for sendo desnecessária a ajuda, ou esta puder ser reduzida, a assistência deve ser dada a outros que necessitam.

A carta dos estudantes prounistas mostra o distanciamento da compreensão de uma política social, quando querem que o governo doe tudo, mas não se

²⁹ A bolsa permanência é um benefício de \$300,00 dado pelo PROUNI, apenas para bolsistas que tem uma carga horária de 6 horas diárias de permanência na universidade. Segundo informações do Programa, não é necessário o aluno requer o auxílio, ele chega automaticamente para os alunos que estão dentro das exigências.

dispõem a doar nada. Tarefas sociais poderiam ser desempenhadas, ou mesmo sugeridas, como acompanhamento a alunos com dificuldades de aprendizagem de escolas públicas, ou outros serviços à comunidade.

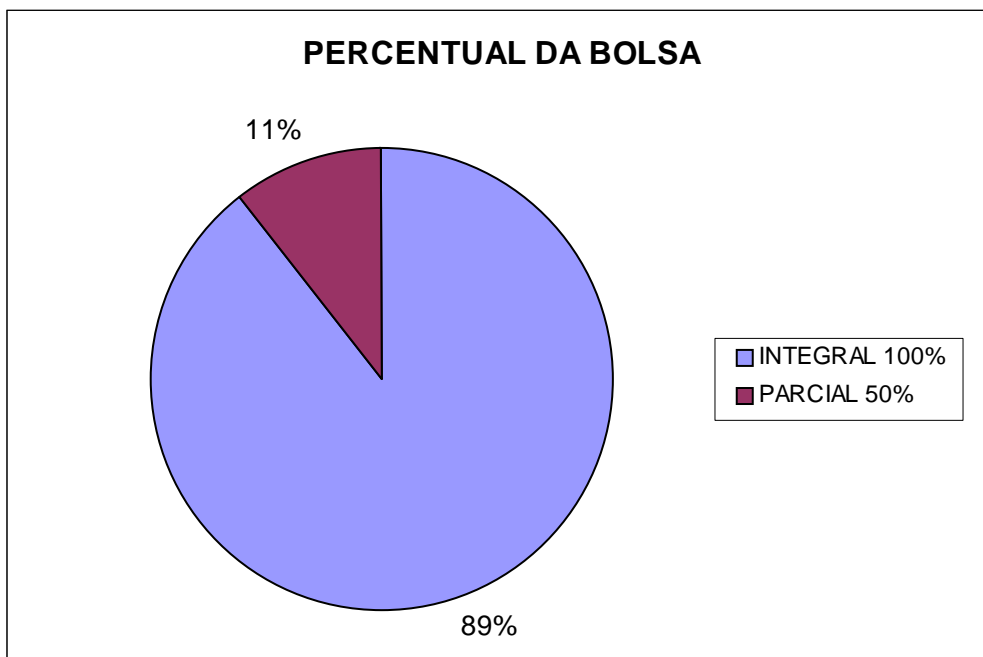


Gráfico 33- Gráfico referente ao percentual de bolsas dos alunos do PROUNI em IES presenciais privadas.

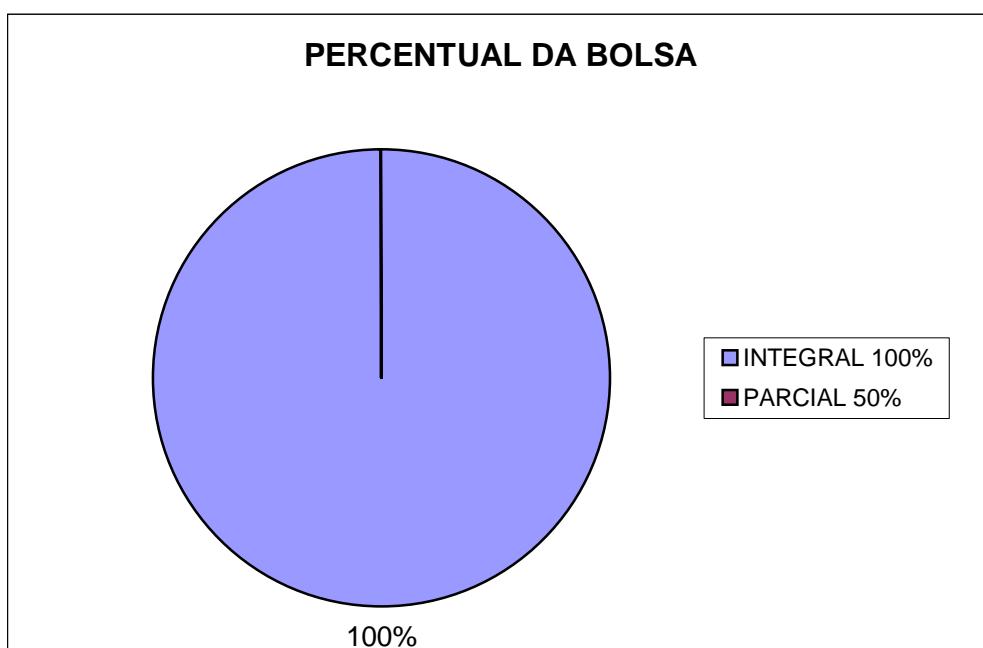


Gráfico 34- Gráfico referente ao percentual de bolsas dos alunos do PROUNI em IES a distância privadas.

Os alunos disseram estar muito satisfeitos com o Programa (76% nas IES presenciais e 94% nas IES a distância, conforme gráficos 35 e 36). Os que responderam que estão somente satisfeitos tem algumas justificativas (23% e 6% respectivamente). A aluna T. da IES M disse que: *“Eu estou satisfeita, mas não muito, pois sempre pode melhorar um pouco mais”*. (Entrevista 05, em 25/03/08). Outros alunos em conversas informais disseram: *“A bolsa foi uma oportunidade de fazer um curso superior”*; (Conversa informal 06 em 18/06/08). *“O PROUNI tem sido até hoje a possibilidade de estar dentro de uma faculdade, me profissionalizando, o que sem a existência da bolsa não seria possível”*. (Conversa informal 09 em 20/06/08). *“A bolsa trouxe a oportunidade de estudar, pois sem ela não poderiam fazê-lo”*; Disse ainda: *“A bolsa permitiu uma realização pessoal, um sonho, pois estou cursando uma universidade de qualidade sem pagar nada”*. (Conversa informal 11 em 09/01/08).

Os alunos que estão apenas satisfeitos sentem a falta de mais informações sobre o Programa; reclamam da falta da bolsa permanência, e do fato de o aluno do PROUNI não poder fazer estágio remunerado. Isto já está sendo mudado a partir do segundo semestre de 2008, com a possibilidade de estágio na caixa Econômica Federal, como divulgado no *site* do PROUNI.

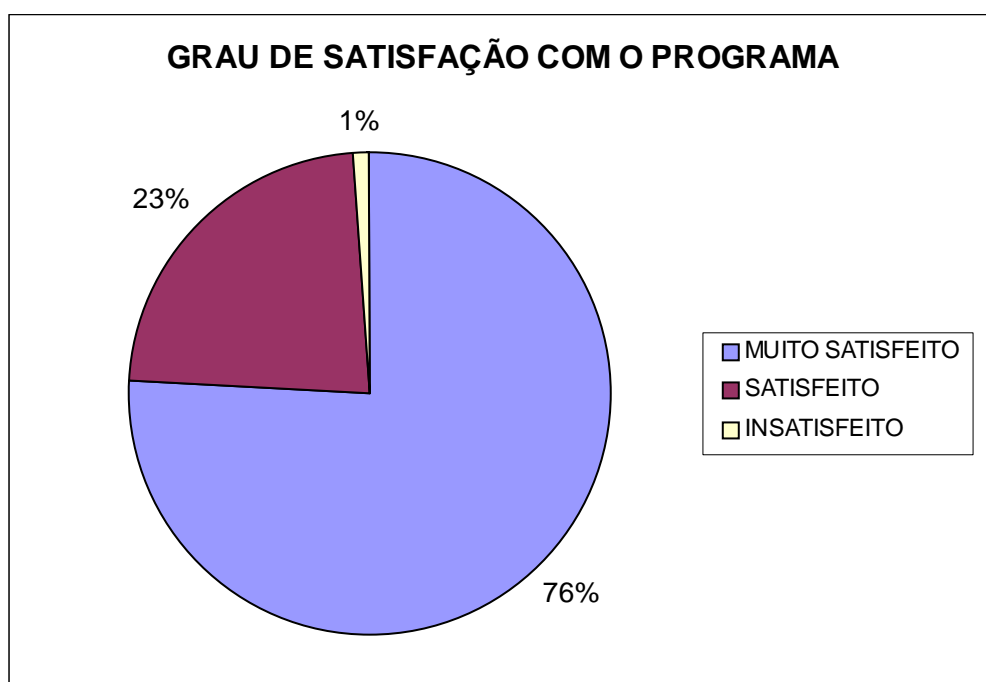


Gráfico 35- Gráfico referente ao grau de satisfação dos bolsistas do PROUNI com o Programa em IES presenciais privadas.

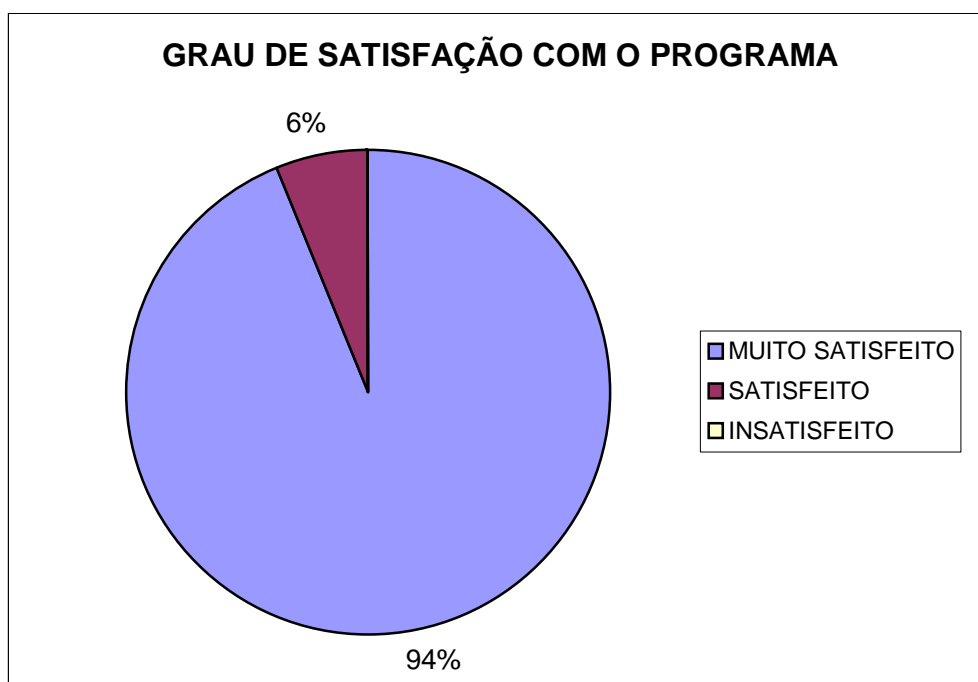


Gráfico 36- Gráfico referente ao grau de satisfação dos bolsistas do PROUNI com o Programa em IES a distância privadas.

Uma das perguntas que consta do questionário com os alunos, e que teve grande relevância para a pesquisa, foi o que o aluno faria caso não tivesse conseguido a bolsa. A grande maioria (72% nas IES presenciais e 53% nas IES a distância, conforme gráficos 37 e 38), respondeu que continuaria tentando uma universidade pública. Poucos pagariam uma universidade privada, segundo respostas dadas. Isto significa que para estes alunos, a opção pela universidade privada é essencialmente por não conseguirem vaga em uma pública. Isso fica muito claro quando se observa, no gráfico 17, a preferência pelo CEFET e UENF e, no gráfico 18, as tentativas feitas para a universidade pública. Isso demonstra ainda que a universidade pública não está acessível para jovens de classes desfavorecidas, por isso eles buscam outras soluções, como bolsas das prefeituras, bolsas do estado, do PROUNI e outras.

Para minimizar esta situação, o governo federal está lançando o REUNI, a fim de conseguir inserir um número maior de jovens no ensino superior com qualidade, como exposto anteriormente. Para sr. L. gestor da IES privada B, este Programa cria uma situação difícil para as IES privadas. Ele diz:

A gente de IES privadas, com a política mudando a cada 8 ou 10 anos, fica complicado pra gente. A oferta de vagas na instituição pública é uma concorrência com o PROUNI. A oferta de vagas na instituição pública vai concorrer com o PROUNI. (Entrevista 03, em 15/09/08).

Como já foi dito, no município de Campos dos Goytacazes, temos duas universidades federais. Uma delas, a UFF (Universidade Federal Fluminense), que até o momento da realização desta pesquisa oferece apenas um curso, e o IFF que oferece vários cursos em Licenciatura, Tecnologia e outros. O que o sr. L. da IES B disse em seu depoimento é que com a abertura de vagas, os alunos ganham, mas as IES privadas perdem, pois se os alunos conseguem vagas em universidades federais, eles não necessitarão de bolsas do PROUNI para estudarem em IES privadas. As IES privadas perdem de dois lados: perdem os alunos para universidades públicas e os professores, que tentarão concurso para estas, segundo ele.

Ainda as IES privadas têm receio na ampliação de vagas nas instituições públicas por perceberem o ensino superior como um negócio e este bem lucrativo.

Dentre outras respostas a esta pergunta semiaberta, caso o aluno não tivesse conseguido a bolsa do PROUNI, algumas outras respostas espontâneas foram dadas, como por exemplo: “*pagaria um curso mais barato*”; “*faria um pré-vestibular para tentar uma universidade pública*”; “*tentaria conseguir outro tipo de bolsa*”; “*tentaria pagar uma universidade privada até onde desse*”. No entanto, conforme os gráficos 37 e 38, alguns estariam sem estudar.

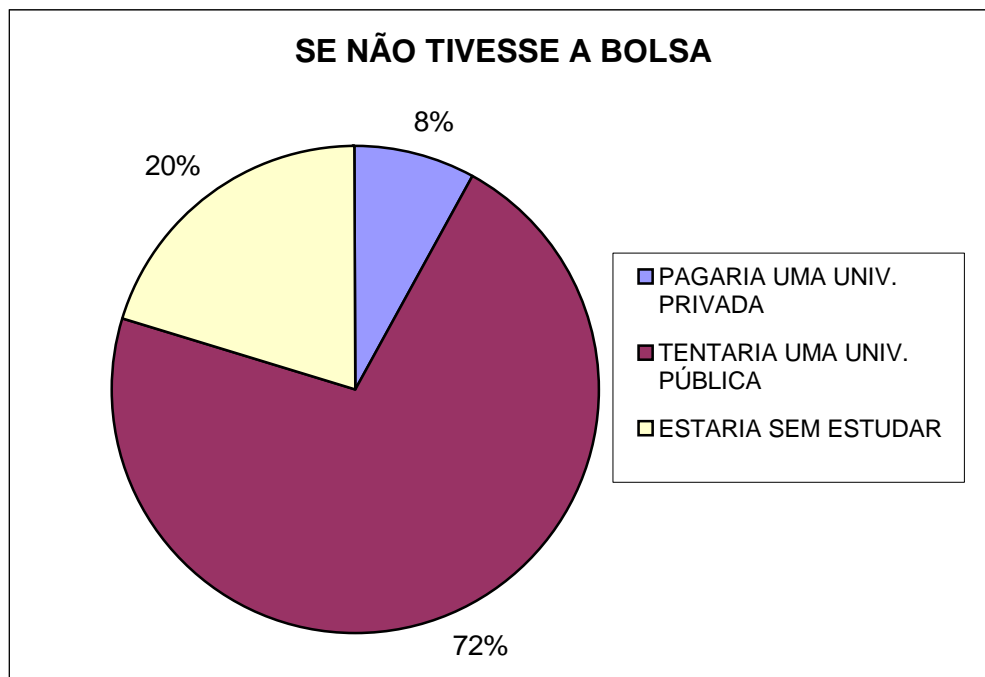


Gráfico 37- Gráfico referente à opinião dos alunos bolsistas do PROUNI, caso não tivessem conseguido a bolsa, em IES presenciais privadas.

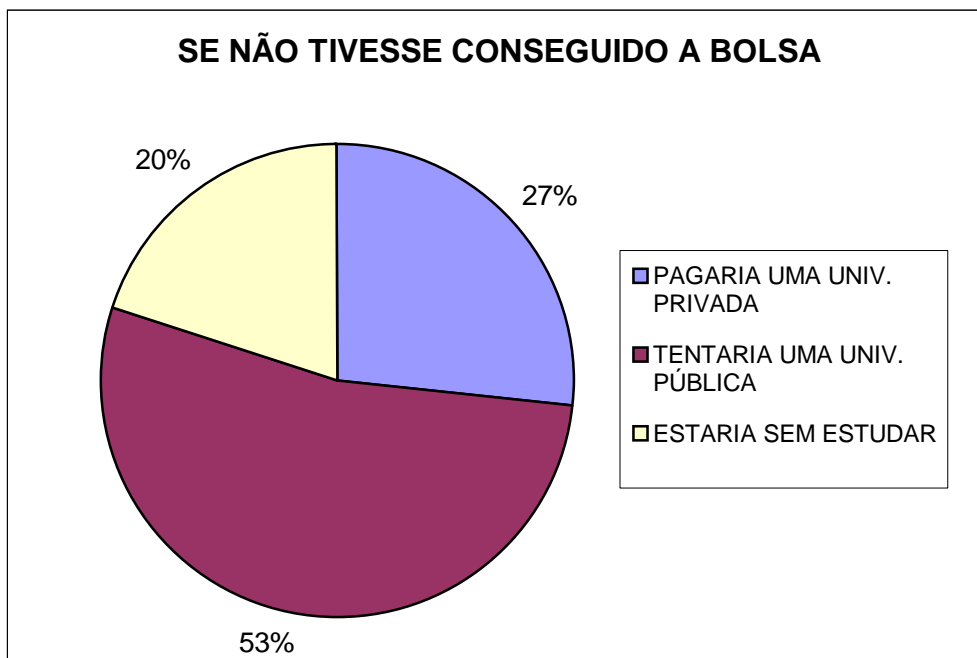


Gráfico 38- Gráfico referente à opinião dos alunos bolsistas do PROUNI, caso não tivessem conseguido a bolsa, em IES a distância privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise feita dos dados, chega-se a algumas conclusões. O que se pode observar é que as políticas públicas e sociais brasileiras são utilizadas pela população de baixa renda, ou de classes menos favorecidas, mas antes de beneficiar a estas, elas servem primeiro a uma pequena população, seja de políticos, de pequenos empresários que detêm o poder e de outros grupos privilegiados.

Este fato ocorreu no início da implantação de políticas públicas e sociais no Brasil, quando apenas uma parcela privilegiada da população tinha direito a elas. Os trabalhadores rurais e outros sem carteira assinada nada recebiam. Assim também ocorreu com a educação. Apenas os de classes mais favorecidas tinham acesso a uma educação de qualidade, os demais recebiam formação apenas para suprimento de mão-de-obra especializada, a fim de que os filhos das classes que detinham o poder continuassem com uma educação que os possibilitasse continuar exercendo-a sobre os demais.

Na educação sempre se contou também com o *lobby* dos empresários de instituições privadas, principalmente da igreja católica, que em troca de apoio político, financeiro e outros, conseguia sempre a aprovação de artigos em leis que os beneficiassem. Isso permitiu, e ainda permite, que haja o que foi chamado de “privatização do público” e “publicização do privado”, quando os benefícios que deveriam ser ofertados à população pelo poder público, são apropriados pelo poder privado, sendo utilizados por este para regular a economia. Assim também a “privatização do público”, ao se verificar a inversão dos papéis, quando o poder privado exerce com propriedade as funções que seriam inerentes ao poder público. O poder privado deve cumprir o seu papel na economia e nos serviços sociais que couber a ele, pois conforme a Constituição Federal, essa é uma tarefa que lhe cabe, porém o principal responsável deveria ser o Estado, exercendo o seu papel de mantenedor e fiscalizador de políticas públicas e sociais.

Essa situação ainda não mudou. Quando se observa o PROUNI, em um primeiro momento, se entende que este é um Programa para beneficiar alunos de baixa renda, principalmente jovens, que não conseguiram entrar em uma universidade pública, ou não possuem recursos para arcarem com as despesas de uma universidade privada.

Uma política focalizada, como escreve Cardoso (2004), não basta para diminuir as desigualdades sociais, se não houver investimento nas pessoas assistidas, a fim de que elas não vivam constantemente na dependência do Estado. Além da dependência do Estado, pode facilitar o surgimento de ações populistas e clientelistas por parte de políticos que queiram tirar proveito da situação. Cada pessoa assistida poderia ter prazo estipulado pelo Governo para ser assistida e, no caso do PROUNI seria o término do curso.

Entende-se que, caso o governo desejasse que os jovens tivessem oportunidades iguais a uma educação de qualidade, ele investiria em uma educação básica para tal, com salários para professores adequados, escolas em condições de uso, capacitação para professores, valorizando o magistério, buscando uma política social, não para pobres, mas para propiciar igualdade de oportunidades para todos. A descentralização foi um passo importante para a autonomia dos municípios, mas isso não deveria isentar o Estado de contribuir para a melhoria da educação básica. A idéia então seria: ou se universaliza políticas sociais para todos, permitindo que todos os jovens tenham o mesmo direito a uma educação de qualidade; ou, caso se use a focalização, que esta seja direcionada, com projetos em médio e longo prazo.

Caso este projeto fosse cumprido, seria necessário viabilizar melhoria das universidades públicas, com quantitativo suficiente de professores para atender os alunos, cursos pré-vestibulares que os ajudassem na hora do ingresso universitário, a fim de que eles competissem com os que tiveram acesso a uma educação tanto familiar, como em nível de instituição de excelente qualidade. Aumentar o número de vagas em instituições públicas também seria necessário, além de diminuir a morosidade de implantação de cursos diurnos e de interesse dos estudantes, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Durante quase uma década, aguarda-se o cumprimento das metas do PNE, por isso não se pode esperar que em poucos anos se faça um esforço para alcançá-las, como está sendo feito pelo governo. Além de ser difícil de se obter o acesso de 30% de jovens no ensino superior até 2010; não é demonstrado, pelo governo federal, o interesse em manter estes alunos no mesmo, fazendo uma ressalva para o REUNI, que prevê isso, mas que ainda não foi colocado em prática em sua totalidade.

Entende-se que algumas críticas em relação ao PROUNI são exageradas, principalmente as que dizem que as vagas são disponibilizadas apenas em

instituições de baixa qualidade. Isso não pode ser verdadeiro, visto que, a própria avaliação feita dos cursos pelo governo insere ou não um curso no Programa. No entanto, algumas críticas podem ser verdadeiras, uma delas está relacionada com a intenção do governo em beneficiar as instituições privadas, antes de beneficiar os alunos. De acordo com a pesquisa realizada, os benefícios a IES com fins lucrativos se tornam mais atraentes dos que as que são sem fins lucrativos. Isto significa que o Programa beneficia mais os grandes empresários, pois estes lutaram mais pelas mudanças feitas, entre os quais estão as 292 emendas realizadas, conforme verificado no trabalho.

Foi proposta, através da Lei que instituiu o PROUNI, a organização de comissões de acompanhamento local do Programa, porém não há notícias destas comissões na cidade de Campos dos Goytacazes. Caso estas comissões estivessem em funcionamento, poderiam ter dados mais concretos sobre o Programa, pois eles não mostram consistência com o quadro atual.

Em relação às vagas pode-se verificar que estas não são suficientes para cumprir a demanda num universo crescente de alunos oriundos do ensino médio a cada ano. Verifica-se ainda que ao deixar a disponibilidade de vagas atrelada ao número de alunos novos, pagantes na universidade, o governo cria uma política diante da qual ele não se responsabiliza pelo número de vagas existentes, deixando que o mercado as defina.

Explicando melhor: a disponibilidade de vagas depende do número de alunos pagantes. Quando a universidade tem um pequeno número de alunos novos pagantes, os impostos aos quais ela fica isenta não são mudados. Caso o número aumente, a redução dos impostos continua o mesmo. No entanto, o número de vagas disponíveis pode diminuir ou aumentar, ficando assim o governo federal e as universidades sem nenhuma responsabilidade com isso. O mercado continua ditando as regras. Quanto mais alunos se matriculam e pagam integralmente a universidade, é sinal de que o mercado está aquecido; se existem poucos alunos, o mercado está menos aquecido. Com isso, o governo federal cumpre o seu papel de enviar recursos, mas o fato de a população poder receber não é responsabilidade deste. Além desse quadro exposto, o acesso é contabilizado, porém a permanência não. E os motivos expostos demonstram que existem algumas razões pelas quais os alunos não permanecem no curso superior.

Muitos alunos que buscaram o benefício da bolsa PROUNI tentaram antes o vestibular para uma universidade pública. Isso deixa claro que o aluno está em uma IES privada pelo motivo de não ter conseguido entrar em uma pública, e porque tem a bolsa. Não foram encontrados alunos que não tivessem tentado uma universidade pública. Porém, caso todos tivessem conseguido passar no vestibular, não haveria vagas suficientes para eles, e alguns não teriam condições de trabalhar, pela escassez de cursos noturnos.

Ao instituir o PROUNI, o governo resolve alguns problemas, as exigências dos grandes empresários da educação por ajuda financeira do Estado, a qual historicamente têm sempre recebido; a ocupação de vagas ociosas em IES privadas pelos alunos bolsistas; o cumprimento de políticas públicas e sociais por parte do governo, cumprindo o seu papel de provedor da educação e a tentativa de cumprir as metas do PNE.

Conclui-se que este Programa pode beneficiar alunos de baixa renda na inserção no ensino superior, mas o número de vagas é insuficiente para cumprir este propósito. O governo pode implantar políticas públicas e sociais na área de ensino superior, mas não pode se esquecer de investimento maciço em educação básica. Fica uma pergunta: a falta de investimento na educação básica pelo poder público poderia ter a intenção de receber nas universidades públicas apenas um grupo seleto de alunos que pudessem satisfazer o mercado em curto prazo, e os demais de escolas públicas de baixa qualidade servirem para mão-de-obra menos especializada?

Entende-se ainda que não é suficiente criar vagas de acesso, mas garantir a permanência, tendo projetos de acompanhamento tanto de alunos matriculados, como de acompanhamento das IES.

O governo deveria modificar a forma de acesso, que dá simplesmente todas as oportunidades, mas não exige nada em troca por parte dos beneficiários. Algumas pessoas estão acostumadas a exigir muitos benefícios, e cada vez mais, mas muito poucos estão dispostos a contribuir para o benefício de outros. Desta maneira, os bolsistas poderiam exercer alguma função social, como auxílio a alunos com dificuldades de aprendizagens, trabalho voluntário, e tantos outros projetos sociais existentes e a serem criados.

Quando não se educa a população, esta não se empenha em crescer, por saber que sempre será beneficiada, criando assim um Estado paternalista. Cada um

pode contribuir para a melhoria de seu bairro, cidade, estado e nação, enquanto é ajudado, a saber, com dinheiro público de outros em momentos que necessitam.

Cury (1999), como dito anteriormente, descreve a rede positivamente discriminada e a rede negativamente afirmada, na qual há investimento por parte da família em uma educação que a prepare para disputar vagas em instituições públicas, enquanto os da classe mais desfavorecida estudam em uma escola pública, e no ensino superior são cooptadas para as instituições privadas, obrigando, de certa forma, o governo a investir no seu estudo, confirmando a dependência dos órgãos públicos, podendo ainda trazer acomodação a muitos estudantes e suas famílias, por terem as suas necessidades assistidas e por isso não necessitarem investir de maneira mais intensa no futuro.

Os jovens pesquisados que são assistidos pela bolsa, conforme demonstrado em capítulo anterior, disseram em sua maioria estarem satisfeitos com o Programa, pois em função do mesmo eles podem cursar o ensino superior sem custo algum. Isso demonstra que no que tange ao atendimento aos alunos bolsistas, o PROUNI cumpre a sua tarefa.

Finalmente, o Programa apresenta pontos positivos e negativos, e a partir desta pesquisa eles podem ser melhor estudados para fornecer ajuda e contribuir para que todos os jovens, adultos e crianças tenham uma educação de qualidade, com igualdade de acesso, e conquanto também privada, mas preferencialmente pública, com o Estado exercendo a sua função de provedor de políticas públicas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no governo Lula. Revista Novos Estudos, n 70, São Paulo: CEBRAP, novembro, 2004. Disponível em: [. <http://www.cebrap.org.br/index.asp?Fuseaction=Conteudo&ParentID=1430&Menu=368,490,0,0&Materia=1410&str_busca=maria%20herminia>](http://www.cebrap.org.br/index.asp?Fuseaction=Conteudo&ParentID=1430&Menu=368,490,0,0&Materia=1410&str_busca=maria%20herminia). Acesso em 20/08/08.
- BAUER W. Martin; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Para uma teoria geral da política. 4 ed. 5ª reimpressão. Paz e Terra, 1995, RJ.
- BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação- uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução: Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Baptista. Porto Editora: Portugal, 1994.
- BOLDES, Crisolícia Regina Pizani. Campos dos Goytacazes: eixo de referência do ensino superior. Dissertação de mestrado da Universidade Cândido Mendes do Curso Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Campos dos Goytacazes, 2005. Disponível em: [<http://www.ucamcidades.ucam-campos.br/dissertacoes/2005/Crisolicia%20Regina%20-%20Defesa%2017-05-05.pdf>](http://www.ucamcidades.ucam-campos.br/dissertacoes/2005/Crisolicia%20Regina%20-%20Defesa%2017-05-05.pdf). Acesso em 2009.
- BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira- inovações e tendências a partir dos anos de 1980. In: Dossiê: “O público e o privado na Educação Brasileira”. Editora Autores Associados, Campinas, SP. Janeiro/Junho 2003. Disponível em: [<www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE.pdf>](http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE.pdf). Acesso em: 25/06/08.
- BRANDÃO, Zaia. Pesquisa em Educação- conversas com pós-graduandos. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988- Vade Mecum, 5 ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. Revista Prouni/MEC?SESu. Ed. 01/2008. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/prouni/arquivos/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf>](http://portal.mec.gov.br/prouni/arquivos/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf). Acesso em 03/01/09.

BRASIL, Ministério da Educação. LDBN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: março a dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. LEI 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes>>. Acesso em: Março a novembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/provao/default.asp>>. Acesso em outubro de 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. PROUNI. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni/index.php?option=com_content&task=view&id=137&Itemid=147>. Acesso em: 02/12/08.

BRASIL, Ministério da Educação. REUNI. Disponível em: <<http://200.156.25.73/reuni/D6096.html>>. Acesso em: 22/01/09.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o PROUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 18/06/09.

BRASIL, Ministério da Educação. Medida Provisória nº 203 de 10 de setembro de 2004. PROUNI. Disponível em: <http://www.prouni.com.br/index.php?edicao_id=1&menu_id=22>. Acesso em 10/10/08.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria para criação do CONAP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&dir=DESC&order=date&Itemid=122&limit=5&limitstart=25>. Acesso em: 10/08/2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Projeto de Lei nº 3582/2004, substitui a MP. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=253965>. Acesso em: 25/10/08.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O público e o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Orgs.). Administração dos sistemas públicos de Educação Básica. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século XXI. Revista São Paulo em Perspectiva. 18(2): 42-48, 2004.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. Finanças Públicas, Renúncia Fiscal e o ProUni no Governo Lula. Revista Impulso. Vol. 16 nº 40, p. 93-104, maio/ago.2005. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp40intro.pdf>>. Acesso em: 09/07/08.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? Dossiê: Política de Educação Superior no Brasil no contexto da Reforma Universitária. Educar em Revista. N 28 Curitiba: UFPR, p. 125-140- July/Dec. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 06/08/08.

CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.DE CAMPOS. Disponível em: <<http://www.cefetcampos.br/processos-seletivos/vestibular-2009/relacao%20candidato%20vaga%20vestibular.pdf/view>>. Acesso em: 20/01/09.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, n 24, set/Out/Nov/Dez 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27502402.pdf>>. Acesso em: 24/07/08.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. ACS- Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/documentos/artigos/2005.6.16.18.278.pdf>>. Acesso em: 15/05/08.

CUNHA, Luiz Antonio. Limites da escola particular na democratização do ensino. In: _____ (Org.) Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo: Cortez editora, editora autores associados, 1985.

_____ Luiz Antonio. A universidade reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2007.

_____ Luis Antônio. O Desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o Mercado. Revista Educação e Sociedade. V. 28 nº 100 Campinas Out.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300009&script=sci_arttext&tlng=%5D>. Acesso em: 22/07/08.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE Marisa. (Org.). Política e trabalho na escola: Administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. Revista: Trabalho, Educação e Saúde. V. 4, n. 2, set/2006. págs. 143-158. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br>>. Acesso em: 08/05/08.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002. págs. 95-108.

DRAIBE, Sônia M. Dossiê: Liberalismo/Neoliberalismo- Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista Usp nº 17. março/abril/maio, 1993. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/17/dossie7.pdf>>. Acesso em: 27/05/08.

_____. Sônia M. Políticas públicas: proteção e emancipação. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp12.htm>>. Acesso em: 02/06/08.

ESPING -ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. In: O presidencialismo em questão & Welfare e experiências neoliberais. Lua Nova, Cedec, n 2, Setembro, 1991.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Caderno gestão pública e cidadania. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. Revista de Administração pública. Vol. 35, n 1. jan./fev. 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educ. rev. n. 28 Curitiba July/ Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=isso>. acesso em: 18/11/08

FERNANDES, Florestan. Reforma universitária e mudança social. R. Bras. Est. Ped., Brasília, v. 73, n 175, p. 523-546, set./dez. 1992.

_____. Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus editora, 1966.

FIORI, José Luis. Estado do Bem-Estar Social: Padrões e crises. IEA- Instituto de Estudos avançados da Universidade de São Paulo, 1997.

<<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em 24/07/08.

FOLHA DE SÃO PAULO: O Prouni é um retrocesso na política educacional? São Paulo, SP, 11/12/2004.

GENTILI, Pablo. A universidade na penumbra. O círculo vicioso da precarização e a privatização do espaço público, p. 97-128. In: _____ (Org.). Universidade na penumbra. Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio; ALMEIDA, Paulo Roberto. Morte do Consenso de Washington? Os rumores a esse respeito parecem exagerados. Rio de Janeiro, Outubro, 2003.

Textos para discussão 103, BNDES. Disponível em:

<<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-103.pdf>>. Acesso em 08/01/09.

GOVERNO FEDERAL. Constituição Federal de 1934. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>.

Acesso em: 13/08/08.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 27/10/08.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Dados sobre educação superior no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/>>. Acesso em 10/08/2008.

JORNAL DA CIÊNCIA SBPC, notícias, 15/09/2004. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=21543>>. Acesso em: 04/08/09.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? Textos para discussão. UFF/economia. Outubro/2005.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. (Org.). In: _____ Estado e Políticas Sociais no liberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCAS, Luiz Carlos Gonçalves; LEHER, Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira? Revista Educação e Sociedade, v. 22 nº 77/2001.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10/09/08.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do Estado Regulador. Revista Novos Estudos. CEBRAP, n 76, novembro, 2006, p. 139-156. Disponível em:

<http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_formacao_do_estado_regulador.pdf> Acesso em: 08/05/09.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 1972

<http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_economia_brasileira.pdf>. Acesso em: 26/06/08.

PEREIRA. Luis Carlos Bresser. Revista Usp, nº 17. Reformas econômicas em tempos anormais. Disponível em:

<<http://www.usp.br/revistausp/17/dossie9.pdf>>. Acesso em: 10/09/09.

PINHEIRO, Vinícius C. Planejamento e Políticas Públicas, nº 12, jun/dez de 1995.

IPA Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp12.pdf>>. Acesso em: 30/09/09.

PIQUET, Rosélia; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. In: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Revista Rio de Janeiro, interior fluminense. O Rio de Janeiro para além da metrópole carioca. N. 18-19, jan.-dez. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo. Considerações sobre o Brasil. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 3-16, 2004.

REVISTA CAROS AMIGOS. 91. Outubro, 2004. Disponível em:

<http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed91/republica.asp>. Acesso em: 17/07/08.

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA, nº 39. 17/11/2004. Disponível em:

<<http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php/edicoes/37-39/181-pacote-de-polemicas.html>>. Acesso em: 28/07/08.

REVISTA PLANETA. Ano I, nº 2. Maio/2008.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Orgs). Educação Superior Brasileira – 1991-2004. Rio de Janeiro/Brasília: INEP, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 29 ef. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade do Século XXI. Para uma reforma democrática da universidade, 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 11/11/09.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Teoria social e análise de políticas públicas. In: _____ Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SAVIANI, Dermeval. História da escola pública no Brasil - questões para pesquisa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO; Maria Isabel Moura. (Orgs.) A escola pública no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. Universalidade e crise das universidades. Est. Av. vol. 3, n 5, São Paulo: Jan./Apr. 1989.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 6 ed. Editora UERJ, 1999, RJ.

] UNIVERSIDADE ESTADUAQL DO NORTE FLUMINENSE. Disponível em: <http://www.uenf.br/arquivos/PORTAL_UENF/arquivos/CANDIDATO_VAGA_UENF_ESTADUAL_2009.pdf>. Acesso em: 19/01/09.

XAVIER, Libânea Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. Revista Brasileira de História da Educação, n 5. In: Dossiê: “O público e o privado na Educação Brasileira. Editora Autores Associados, Campinas, SP. Janeiro/Junho 2003. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE.pdf>. Acesso em: 22/04/08.

ANEXO 1



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.

Mensagem de veto

Regulamento

Conversão da MPv nº 213, de 2004

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

~~§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.~~

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007)

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do Prouni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar no 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos seqüenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do Prouni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do Prouni, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do Prouni, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004, cabendo à entidade comprovar ao Ministério da

Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao Prouni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas Prouni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7o do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7o-A da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembléia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a gradação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao Prouni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no art. 6o da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de ensino superior aderentes ao Prouni, inclusive na vigência da Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004.

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subseqüentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004, ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4º e no caput do art. 5º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paralímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O Anexo I da Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184^ª da Independência e 117^ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.1.2005

ANEXO I

Bolsa-Atleta – Categoria Atleta Estudantil

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Mensal
<p>Atletas a partir de 12 (doze) anos, participantes dos jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. (NR)</p> <p>.....</p>	<p>R\$ 300,00 (trezentos reais)</p>

ANEXO 2

RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS E CONVERSAS INFORMAIS.

ENTREVISTAS:

- 01- Entrevista realizada com a aluna J. da IES A, em 01/10/08
- 02- Entrevista realizada com o gestor C. da IES L em 15/10/08
- 03- Entrevista realizada com o gestor L. da IES B, em 15/09/08
- 04- Entrevista realizada com o aluno G. da IES B, em 25/03/08
- 05- Entrevista realizada com a aluna T. da IES M, em 25/03/08
- 06- Entrevista realizada com o aluno L. da IES Y., em 18/06/08
- 07- Entrevista realizada com o aluno J, em 19/03/08

CONVERSAS INFORMAIS

- 01- Conversa Informal com a aluna L. da IES X, em 10/06/08.
- 02- Conversa Informal com a aluna G. da IES B, em 04/06/08.
- 03- Conversa Informal com a aluna R. da IES B, em 04/06/08.
- 04- Conversa Informal com a aluna M. da IES J, em 11/06/08.
- 05- Conversa Informal com a aluna E. da IES L, em 20/06/08.
- 06- Conversa Informal com o aluno L. da IES Y, em 18/06/08.
- 07- Conversa Informal com o aluno E. da IES A, em 20/06/08.
- 08- Conversa Informal com o aluno S. da IES L, em 20/06/08.
- 09- Conversa Informal com o aluno F. da IES L, em 20/06/08.
- 10- Conversa Informal com a aluna W. da IES L, em 23/06/08.
- 11- Conversa Informal com a aluna M. da IES A, em 09/10/08.

ANEXO 3



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS- CCH

PESQUISADORA: JOSETE PEREIRA PERES SOARES

ENTREVISTA A SER REALIZADA COM ALUNOS DE IES PRIVADAS QUE FORAM SELECIONADOS NO PROUNI (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS)

GARANTIMOS AOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS O SIGILO ABSOLUTO SOBRE A ENTREVISTA, ASSIM COMO A IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE. O NOME SERÁ USADO APENAS PARA EVENTUAIS DÚVIDAS, OU PARA SELEÇÃO DA ENTREVISTA. DESDE JÁ AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO.

I- DADOS DO ENTREVISTADO

- 1- NOME: _____
 2- SEXO: _____
 3- IDADE: _____
 4- ESTADO CIVIL: _____

II- DADOS DA INSTITUIÇÃO

- 1- NOME DA INSTITUIÇÃO: _____
 2- CURSO: _____
 3- PERÍODO: _____
 4- TURNO: _____
 5- ANO QUE INICIOU O CURSO: _____
 6- DURAÇÃO DO CURSO: _____
 7- SUA UNIVERSIDADE É: () PRESENCIAL () A DISTÂNCIA

III- CURSO

- 1- FOI REPROVADO EM ALGUM PERÍODO? () SIM () NÃO
 CASO A RESPOSTA SEJA SIM, EM QUANTOS PERÍODOS FOI REPROVADO? _____
 2- MUDOU DE CURSO? () SIM () NÃO
 3- ESTÁ SATISFEITO COM O CURSO? () SIM () NÃO
 4- A ESCOLHA DO CURSO SE DEU:
 () INFLUÊNCIA DE OUTROS

- DÚVIDA SOBRE O QUE FAZER
 IDENTIFICAÇÃO PESSOAL COM O CURSO
 PELA OFERTA DE EMPREGO
 POSSIBILIDADE DE MAIORES SALÁRIOS NA PROFISSÃO
 OUTRO

IV- VESTIBULAR

1- PRESTOU VESTIBULAR:

- UNIVERSIDADE PARTICULAR _____ VEZES
 UNIVERSIDADE PÚBLICA _____ VEZES
 QUAL OU QUAIS? _____

V- TRABALHO

1- VOCÊ TRABALHA? () SIM () NÃO

2- CASO A RESPOSTA SEJA SIM, QUANTAS HORAS VOCÊ CONSEGUE PARA SE DEDICAR AOS ESTUDOS? _____

3- CASO A RESPOSTA SEJA NÃO, DE ONDE VEM O SEU SUSTENTO?

- PAIS () OUTROS

VI- PROUNI

1- COMO VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO DO PROUNI:

- ATRAVÉS DA MÍDIA
 ATRAVÉS DE AMIGOS
 DIVULGAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
 OUTROS _____

2- EM QUE ANO VOCÊ FOI INSERIDO NO PROGRAMA (PROUNI)? _____ EM QUE SEMESTRE? _____

3- SUA BOLSA DO PROUNI É DE:

- 50% () 100%

4- CASO VOCÊ NÃO TIVESSE CONSEGUIDO A BOLSA VOCÊ:

- PAGARIA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA
 TENTARIA UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA
 ESTARIA SEM ESTUDAR
 OUTROS _____

5- EM RELAÇÃO A BOLSA PROUNI, VOCÊ ESTÁ:

- MUITO SATISFEITO
 SATISFEITO
 INSATISFEITO?
 OUTROS _____

POR QUÊ? _____

6- NO ATO DA INSCRIÇÃO DO PROUNI SÃO FEITAS VÁRIAS OPÇÕES DOS CURSOS OFERECIDOS. A SELEÇÃO DO QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO FOI A:

- 1ª OPÇÃO () 2ª OPÇÃO () 3ª OPÇÃO () 4ª OPÇÃO () 5ª OPÇÃO

VII- FAMÍLIA

1- QUANTO À ESCOLARIDADE DO PAI:

- () ENSINO FUNDAMENTAL
 () ENSINO MÉDIO
 () ENSINO SUPERIOR
 () OUTROS

2- QUANTO À ESCOLARIDADE DA MÃE:

- () ENSINO FUNDAMENTAL
 () ENSINO MÉDIO
 () ENSINO SUPERIOR
 () OUTROS

2- RENDA FAMILIAR:

- () ATÉ 01 SM () 01 A 02 SM () 02 A 03 SM () 04 A 05 SM

VII- ENDEREÇO ATUAL

1- VOCÊ RESIDE ATUALMENTE:

- () CAMPOS DOS GOYTACAZES
 () MORA EM OUTRA CIDADE E PASSA A SEMANA EM CAMPOS
 () MORA EM OUTRA CIDADE E VEM A CAMPOS TODOS OS DIAS
 QUAL CIDADE? _____

IX- ENSINO MÉDIO

1- CONCLUIU O ENSINO MÉDIO:

- () ESCOLA PÚBLICA
 () ESCOLA PARTICULAR COM BOLSA INTEGRAL
 () ESCOLA PARTICULAR COM BOLSA PARCIAL

2- EM QUE ANO CONCLUIU O ENSINO MÉDIO _____

X- CURSO SUPERIOR

1- VOCÊ DECIDIU FAZER UM CURSO SUPERIOR:

- () POR SUGESTÃO DE PARENTES E AMIGOS
 () PARA FICAR NO MESMO NÍVEL DE SEUS AMIGOS QUE JÁ FAZEM UM CURSO SUPERIOR
 () PARA NÃO FICAR PARADO (SEM ESTUDAR)
 () PARA CONSEGUIR UM EMPREGO MELHOR
 () OUTROS

XI- UNIVERSIDADE**1- A ESCOLHA DA UNIVERSIDADE EM QUE ESTÁ MATRICULADO:**

- FOI POR TER O CURSO ESCOLHIDO
- PELA QUALIDADE DO ENSINO
- SER DE FÁCIL ACESSO
- POR SUGESTÃO DE AMIGOS
- POR ESTAR INSERIDA NO PROUNI
- OUTROS

XII- VOCÊ GOSTARIA DE DIZER ALGO MAIS QUE NÃO LHE FOI PERGUNTADO?

ANEXO 4**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS- CCH****PESQUISADORA: JOSETE PEREIRA PERES SOARES****ENTREVISTA A SER REALIZADA COM DIRETORES DE IES PRIVADAS QUE ADERIRAM AO PROUNI (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS) NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E QUE PERMANECEM NO MESMO DESDE A SUA IMPLANTAÇÃO.****GARANTIMOS AOS DIRETORES ENTREVISTADOS O SIGILO ABSOLUTO SOBRE A IDENTIDADE DO ENTREVISTADO E DA UNIVERSIDADE. O NOME SERÁ USADO APENAS PARA EVENTUAIS DÚVIDAS.****DESDE JÁ AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO.****ROTEIRO DE ENTREVISTA A DIRETORES DE IES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES****PESQUISA: O PROUNI E AS POLÍTICAS SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.****DATA:****HORA DO INÍCIO:** _____**HORA DO TÉRMINO:** _____**AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAR:** _____**DADOS DO ENTREVISTADO:****1- NOME:** _____**2- UNIVERSIDADE:** _____**3- CARGO OCUPADO:** _____**4- TEMPO QUE OCUPA O CARGO:** _____**1-A UNIVERSIDADE É UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR COM FINS LUCRATIVOS? SEMPRE FOI?**

2- QUAIS OS TIPOS DE BOLSAS DE ESTUDO QUE A UNIVERSIDADE OFERECE?

4- SOBRE O PROUNI:**A) EM QUE ANO A UNIVERSIDADE ADERIU AO PROGRAMA?** _____**B) O SENHOR ERA O DIRETOR NA ÉPOCA?** _____

C) A UNIVERSIDADE TEM ALGUM OUTRO VÍNCULO COM O GOVERNO FEDERAL?

D) HOUVE ALGUM TIPO DE TEMOR EM ADERIR AO PROGRAMA? SE HOUVE, QUE TIPO?

5-SOBRE A ISENÇÃO FISCAL:

ELA TRAZ REALMENTE ALGUM BENEFÍCIO PARA A UNIVERSIDADE?

6- ALÉM DA ISENÇÃO FISCAL, O PROGRAMA TROUXE OU TRAZ ALGUM OUTRO BENEFÍCIO PARA A UNIVERSIDADE?

7- QUAL FOI A PRINCIPAL MOTIVAÇÃO EM PARTICIPAR, COMO UNIVERSIDADE, DO PROGRAMA?

8- O PROUNI RECEBEU PRINCIPALMENTE NO INÍCIO DE SUA IMPLANTAÇÃO ALGUMAS CRÍTICAS, COMO: “É UM PROGRAMA PARA OCUPAR AS VAGAS OCIOSAS DE IES PRIVADAS.” O QUE O SENHOR ACHA DISSO?

9- NA SUA OPINIÃO ESTE PROGRAMA TEM INSERIDO REALMENTE JOVENS DE CLASSE BAIXA NA UNIVERSIDADE? OU SEJA, O NÚMERO DE ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA TEM SIDO SUFICIENTE PARA O QUE O PROGRAMA PROPÕE?

10- O MEC EXIGE ALGUM TIPO DE RELATÓRIO DAS IES PARTICIPANTES, OU EXERCE ALGUM TIPO DE FISCALIZAÇÃO?

11- GOSTARIA DE DIZER ALGO MAIS QUE NÃO LHE FOI PERGUNTADO?

ANEXO 5



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS- CCH

PESQUISADORA: JOSETE PEREIRA PERES SOARES

ENTREVISTA A SER REALIZADA COM DIRETORES DE IES PRIVADAS QUE ADERIRAM AO Prouni (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS) NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E QUE ATUALMENTE NÃO ESTÃO INSERIDOS NO MESMO.

GARANTIMOS AOS DIRETORES ENTREVISTADOS O SIGILO ABSOLUTO SOBRE A IDENTIDADE DO ENTREVISTADO E DA UNIVERSIDADE. O NOME SERÁ USADO APENAS PARA EVENTUAIS DÚVIDAS.

DESDE JÁ AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO.

ROTEIRO DE ENTREVISTA A DIRETORES DE IES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

PESQUISA: O Prouni E AS POLÍTICAS SOCIAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.

DATA: _____

HORA DO INÍCIO: _____

HORA DO TÉRMINO: _____

AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAR: _____

DADOS DO ENTREVISTADO:

1- NOME: _____

2- UNIVERSIDADE: _____

3- CARGO OCUPADO: _____

4- TEMPO QUE OCUPA O CARGO: _____

1- QUAIS OS TIPOS DE BOLSAS DE ESTUDO QUE A UNIVERSIDADE OFERECE?

4- SOBRE O Prouni:

A) EM QUE ANO A UNIVERSIDADE ADERIU AO PROGRAMA? _____

B) O SENHOR ERA O DIRETOR NA ÉPOCA? _____

C) HOUVE ALGUM TIPO DE REAÇÃO POSITIVA OU NEGATIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DESTA INSTITUIÇÃO QUANDO DO SURGIMENTO DO Prouni?

D) HOUVE ALGUM TIPO DE TEMOR DA UNIVERSIDADE EM ADERIR AO PROGRAMA? SE HOUVE, QUE TIPO?

E) DURANTE QUANTOS SEMESTRES A UNIVERSIDADE ESTEVE NO PROGRAMA? _____

F) QUAL FOI A PRINCIPAL MOTIVAÇÃO EM PARTICIPAR, COMO UNIVERSIDADE, DO PROGRAMA?

G) QUAL FOI O PRINCIPAL MOTIVO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO OU DA FACULDADE SAIR DO PROGRAMA?

H) HOUVE ALGUMA PERDA EM TERMOS DE MATRÍCULA OU OUTROS AO SEREM DESVINCULADOS DO PROUNI?

I) A UNIVERSIDADE TEM ALGUM OUTRO VÍNCULO COM O GOVERNO FEDERAL?

5-SOBRE A ISENÇÃO FISCAL:

ELA TROUXE REALMENTE ALGUM BENEFÍCIO PARA A UNIVERSIDADE? QUAL A OPINIÃO DO SENHOR EM RELAÇÃO A ISSO?

6- ALÉM DA ISENÇÃO FISCAL, O PROGRAMA TROUXE ALGUM OUTRO BENEFÍCIO PARA A UNIVERSIDADE?

7- O PROUNI RECEBEU PRINCIPALMENTE NO INÍCIO DE SUA IMPLANTAÇÃO ALGUMAS CRÍTICAS, COMO: “É UM PROGRAMA PARA OCUPAR AS VAGAS OCIOSAS DE IES PRIVADAS.” O QUE O SENHOR ACHA DISSO?

8- NA SUA OPINIÃO ESTE PROGRAMA TEM INSERIDO REALMENTE JOVENS DE CLASSE BAIXA NA UNIVERSIDADE? OU SEJA, O NÚMERO DE ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA TEM SIDO SUFICIENTE PARA O QUE O PROGRAMA PROPÕE?

9- O MEC EXIGIU ALGUM TIPO DE RELATÓRIO DAS IES PARTICIPANTES, OU EXERCEU ALGUM TIPO DE FISCALIZAÇÃO?

10- GOSTARIA DE DIZER ALGO MAIS QUE NÃO LHE FOI PERGUNTADO?

ANEXO 6**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a aluna Josete Pereira Peres Soares do curso de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) a utilizar trechos da entrevista concedida por mim em (07/10/2008), em sua dissertação de mestrado, que tem como título: “O PROUNI e as Políticas Sociais: O caso do município de Campos dos Goytacazes”. A autorização foi concedida após garantia da preservação da identidade do entrevistado e da Universidade.

ANEXO 7

RESPOSTA DO PROUNI

Caro(a) senhor(a),

Em atenção a sua mensagem, a fim de obter as informações pertinentes, orientamos o interessado(a) a acessar em nosso endereço eletrônico, o item a seguir assinalado:

- () informações ao bolsista
- () informações ao candidato
- (x) dados e estatísticas
- () legislação
- () bolsa permanência

Para mais informações sobre o ProUni acesse www.mec.gov.br/prouni ou ligue 0800-616161.

ProUni – Programa Universidade para Todos

Secretaria de Educação Superior
Ministério da Educação

T12

De: Josete Pereira Peres Soares [mailto:josete.perez@terra.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 27 de outubro de 2008 10:47

Para: prouni@mec.gov.br

Assunto: Resultados

Tipo de Mensagem: Solicitação

Bom dia, sou mestranda da UENF, do curso de Políticas Sociais em Campos dos Goytacazes. Estou pesquisando os alunos do PROUNI do meu município, mas estou encontrando dificuldades em achar os dados corretos. De acordo com as IES pesquisadas, o número de bolsas concedidas não está igual ao do fornecido pelo Programa nos dados e estatísticas. Gostaria se possível, me fornecerem as IES beneficiárias do município desde 2005 e as vagas oferecidas a elas. Desde já agradeço.

Josete

ANEXO 8

Prezada Josete,

Segue abaixo as respostas:

1- Nomes, endereços, e e-mail de alunos matriculados (com bolsas do Prouni) no 2º semestre/2007 e 1º semestre/2008. Porém se você puder me fornecer os mesmos dados de 2006 e 2007 serão muito úteis.

Não temos permissão para divulgar dados pessoais dos alunos.

2- Dados da secretaria:

*As vagas oferecidas pela universidade foram preenchidas? (no caso em 2007 e 2008) E quantas vagas sobraram?

A cada semestre a xxxxx disponibiliza 3 bolsas integrais e 5 bolsas parciais para cada curso. As bolsas remanescentes poderão ser preenchidas por alunos, escolhidos pela faculdade, desde que cumpram os requisitos do ProUni.

*Quantos alunos que se matricularam no 2º semestre de 2007 e que permanecem no 1º semestre/2008?

A faculdade foi vendida e por isso não temos essa informação.

*Em que ano a universidade aderiu ao programa?

A adesão da faculdade ao proUni foi em 2005

*A adesão ao programa trouxe vantagens para a Universidade? Se trouxe, quais?

As vantagens no caso são relativas.

*Dos alunos que se matricularam nos semestres anteriores, houve evasão? Se houve, a universidade tem informações sobre o motivo?

A IES teve algumas evasões pelo fato do bolsista residir longe e não poder arcar com despesas do tipo: moradia, alimentação, transporte

*Em caso de evasão, a universidade tem informação se os alunos se matricularam em outras universidades?

Neste caso a bolsa é encerrada e na situação de evasão, (abandono) fica difícil para a Faculdade ter informações sobre o aluno. É diferente da situação da transferência quando a instituição sabe para onde foi o aluno, se mudou de curso, etc.

Espero ter ajudado.

Att,
L.

ANEXO 9

CARTA DE NOVA IGUAÇU

Ninguém liberta ninguém,
Ninguém se liberta sozinho:
Os homens se libertam em comunhão."
(Paulo Freire)

A universidade tem como papel fundamental a produção de idéias e de conhecimento para interferir na realidade da sociedade, para isso é importante a inclusão de todos os segmentos da população nessa área do saber acadêmico. Ao se constituir como ponto de convergência de pensadores, a universidade brasileira se elitizou historicamente na hierarquização do trabalho intelectual com vantagens na apropriação não apenas do saber, mas também, através dos salários e da renda do saber, de parte da riqueza da sociedade e para manterem este privilégio, monopolizaram o saber.

Um dos principais elos da cadeia que aprisiona a universidade é o mercado. Desde que se transformou em elemento da produção, a universidade passou a se organizar de forma a produzir a mão-de-obra desejada pelo mercado. Abandonou o papel de formar pensadores e dedicou-se apenas a formar profissionais e teóricos programados para cumprir papel específico na economia de mercado.

Para a universidade brasileira restam duas opções: assumir e auxiliar a elite brasileira na construção de uma sociedade autoritária e segregadora, como ocorreu com a universidade da África do Sul, quando a minoria branca implantou um sistema de apartheid, ou optar por ser um instrumento da construção de uma sociedade integrada, rompendo com a segregação e construindo uma sociedade soberana, eficiente e integrada.

Optar pela segregação significa também uma forma de incompetência e morte da universidade.

Para crescer com qualidade a universidade precisa de liberdade e ajudar a libertar, o que é incompatível com uma sociedade dividida. Não há futuro para a universidade brasileira se não houver futuro para a liberdade brasileira. E esta não ocorrerá se não contemplar uma sociedade integrada, caminhando para a igualdade.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº11.096, de 13 de janeiro de 2005 é um exemplo de ação governamental pautada na responsabilidade de gerir políticas de inserção social.

Desde sua implementação em 2005 o PROUNI beneficiou, só no Estado do Rio de Janeiro, mais de 30 mil pessoas, cerca de 50 % delas matriculadas na capital. O mesmo tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Outra importância do PROUNI é a de criar perspectivas de fiscalizar e regulamentar as universidades particulares adeptas do programa. Este mecanismo é essencial em um país aonde empresários transformam educação em mercadoria, depreciando a qualidade da educação em troca de lucro. Hoje, no Brasil, aproximadamente 80% dos universitários estão em universidades privadas o que demonstra a força deste setor a ser regulamentado. Dada a importância deste projeto no processo de inclusão social, por alterar o perfil econômico do estudante universitário brasileiro e abrir o debate sobre a regulamentação das universidades

particulares, o PROUNI é considerado pelo movimento estudantil um dos maiores projetos de democratização do acesso e moralização da universidade brasileira.

O PROUNI se constitui em um esforço legítimo na direção da democratização do acesso à educação superior. Ideologicamente, o PROUNI tem a sua responsabilidade social atrelada à defesa de ideais humanísticos, com base em princípios e valores como fraternidade, solidariedade, dignidade da pessoa, bem comum, equidade social e respeito à diversidade.

Como qualquer política pública nova, o PROUNI ainda possui alguns problemas. A falta de informação, a impossibilidade de transferência de curso, a exigência de comprovação de renda anual, a desigualdade de concorrência nos espaços acadêmicos e a falta de assistência estudantil são apenas alguns dos mais diversos problemas encontrados pelos bolsistas em diversas instituições.

Sendo assim, pontuaremos nesta carta as principais reivindicações que surgiram nos 47 pré-encontros de 28 universidades de 16 municípios do estado do Rio de Janeiro:

- . Necessidade de uma regulamentação única do PROUNI para todas as IES;
- . Normatização clara e geral dos processos de seleção. Proibição de mecanismos seletivos aplicados sobre o resultado do ENEM pelas IES;
- . Pela adoção gradual da Avaliação de Rendimento no Ensino Médio no processo seletivo, segundo uma lógica de superação do vestibular;
- . Normatização clara e geral dos processos de renovação de bolsas. Definição pelo MEC de uma documentação padrão para a renovação;
- . Proibição da exigência de comprovação semestral ou anual de renda do bolsista já selecionado pelas IES;
- . Para que a duração do contrato da bolsa respeite o tempo que o aluno levar para concluir a graduação, respeitando-se o máximo estabelecido pelas diretrizes do MEC para cada curso;
- . Para que o tempo de trancamento da matrícula seja descontado no tempo do contrato da bolsa, estabelecendo-se um máximo de períodos de trancamento, de acordo com a duração do curso.
- . Aumento súbito das bolsas do PROUNI de 8,5% para 10% por IES.
- . A necessidade de maior clareza nas informações aos bolsistas e candidatos;
- . Qualificação dos veículos de serviço de atendimento do MEC;
- . Efetivação de uma ouvidoria do Ministério, relacionada à CONAP;
- . Orientação por parte do MEC para que as IES definam equipes e designem responsáveis pelo atendimento ao estudante no âmbito da instituição;
- . A situação do bolsista e a demanda por Assistência Estudantil;
- . Vinculação do valor da bolsa-permanência à base do salário-mínimo nacional;
- . Extensão da oferta de bolsa-permanência a todos os estudantes bolsistas do PROUNI;
- . Criação do auxílio-material didático; Criação do auxílio-moradia para estudantes oriundos de outros estados ou municípios;
- . Criação da Lei do Meio-Passe para os estudantes.
- . Isonomia do bolsista do PROUNI a taxas nas IES (como carteira da universidade, declarações, 2ª chamada, 2ª via, etc.);
- . Cotas mensais de xérox para os bolsistas.
- . Normatização das atividades de monitoria, estágio e pesquisa pelo bolsista do PROUNI. . .
- . Pela possibilidade de o bolsista experimentar a iniciação científica e pela inibição de monitorias e estágios não-remunerados sob o argumento de acúmulo de bolsas;
- . Flexibilização das normas para a transferência de curso, turno ou *campus*, especialmente em situações que envolvam emprego e/ou moradia;
- . A questão acadêmica e a qualidade do ensino;
- . Fiscalização da qualidade do ensino e do exercício de função social pela IES através do PROUNI;
- . Adoção de propedêuticas de nivelamento para os ingressantes que apresentarem dificuldades de assimilação das aulas;
- . Adoção de políticas de incentivo à pós-graduação;
- . Combate ao preconceito e à discriminação;

. Pela não distinção de alunos prounistas. Inibição da identificação dos bolsistas pela matrícula e da criação de turmas exclusivas de bolsistas;

. Pela exigência do MEC para que as IES constituem ouvidorias no âmbito da universidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse no dia 28 de fevereiro, durante visita à futura sede do pólo universitário de Quixadá (CE), que a expansão de vagas no ensino superior e na educação profissional e tecnológica representa revoluções na educação brasileira. O presidente destacou o PROUNI. "É quase proibido a uma grande parte da juventude estudar", disse Lula. Para o presidente, "os jovens de baixa renda encontram dificuldades para conseguir uma vaga em universidades federais e acabam tendo de pagar caro para realizar os estudos em instituições privadas". Por isso, o presidente considera o PROUNI, em que são concedidas bolsas a alunos de baixa renda, "uma pequena revolução na educação".

O presidente lembrou que há mais de 300 mil alunos bolsistas do PROUNI. "Queremos chegar, até 2010, a 400 mil alunos da periferia e das escolas públicas". Sendo assim, para Lula, não faltarão recursos ou vontade política para concluir as ações que buscam ampliar o acesso à educação superior.

O movimento estudantil vem por meio desta carta ratificar a nossa vontade de mudar a educação e o acesso a universidade no Brasil, e que estamos cotidianamente atentos no que está acontecendo e confiantes na mudança, expomos aqui as palavras do próprio presidente:

"Tem dinheiro, tem vontade política do presidente, tem decisão do ministro da Educação, tem a vontade do povo brasileiro (...) Vamos fazer isso porque compreendemos que sem formar a nossa juventude, sem aumentar o nível de escolaridade e de conhecimento do nosso povo, a gente não dá o salto de qualidade que o Brasil precisa", finalizando seu discurso.

Portanto o desafio da universidade é situar-se no contexto da sociedade brasileira, colaborando na criação de um pensamento capaz de ajudar na construção de uma idéia de nação que conquiste sua soberania, que organize sua sociedade de forma eficiente e que caminhe para a integração de uma crescente igualdade entre seus habitantes.

"A grandeza de um homem se define por sua imaginação. E sem uma educação de primeira qualidade, a imaginação é pobre e incapaz de dar ao homem instrumentos para transformar o mundo."

(Florestan Fernandes)